

cadernos do

terceiro mundo

Mensal • Maio 1986 • Esc. 100 • Kz 80 • Mt 80 • PG 80 • CV 80\$ • Cz\$ 15,00 • Ano IX • Nº 89

**FRELIMO: nova vitória
militar contra a RENAMO**

**- GUERRA -
NO
MEDITERRÂNEO**



CHILE
O começo do fim

Angola, terra da liberdade.



TAAG

LINHAS AÉREAS DE ANGOLA
Ao Serviço da Reconstrução Nacional

Um acto de loucura

Depois da queda de Duvalier e Marcos, aumentaram as esperanças de um desenlace a curto prazo no Chile que possa reconduzir o país à vida democrática.

A Matéria de Capa sobre o Chile que oferecemos aos leitores estava programada desde o ano passado, mas adquiriu uma nova actualidade à luz destes acontecimentos. Juntamente com o nosso correspondente em Santiago, Fernando Reyes Matta, um dos directores-pesquisadores do Instituto Latino-Americano de Estudos Transnacionais, coordenámos uma cobertura que permitisse avaliar em que medida a expectativa internacional poderá ser compensada com factos concretos.

Mas os nossos planos tiveram que ser parcialmente alterados à última hora, com a agressão norte-americana à Líbia,

acontecimento que quase provocou uma guerra no Mediterrâneo — que para muitos poderia ser o início do holocausto nuclear — e cujas consequências ainda haveremos de sentir por muitos meses. Neiva Moreira, nosso director, assina o Editorial deste número, mostrando o isolamento internacional em que Reagan ficou depois deste acto de loucura. Apresentamos ainda um artigo sobre a nova conjuntura regional em El Salvador e uma avaliação da situação militar e da evolução do seu quadro político interno. Na secção Especial, o nosso correspondente em Maputo, Etevaldo Hipólito, traz-nos um testemunho da sua visita às bases militares do movimento contra-revolucionário RENAMO, desmanteladas numa ofensiva vitoriosa das forças armadas moçambicanas, lideradas por um combatente da FRELIMO do tempo da guerra anticolonial.

Publicações com informações e análises das realidades, aspirações e lutas dos países emergentes, destinadas a consolidar uma Nova Ordem Informativa Internacional

Director Geral:
Neiva Moreira

Director Geral Adjunto:
Pablo Piacentini

Editora:
Beatriz Bissio

Sub-Editores:
Carlos Castilho (África)
Roberto Remo Bissio (América Latina)

Conselho Editorial Internacional:
Darcy Ribeiro
Juan Somavia
Henry Pease Garcia
Aquino de Bragança
Wilfred Burchett (1911-1983)

Tiragem desta edição: 21.000 exemplares
Número de registo do Serviço de Depósito Legal: 789/82.

Edição portuguesa

Director: Artur Baptista
Coordenação de Redacção:
Carlos Pinto Santos
Propriedade:
Tricontinental Editora, Lda.
Sede da Administração:
Calçada do Combro, 10-1.º
1200 LISBOA
telef.: 32 06 50/32 07 51
Redacção e Publicidade:
Rua das Salgadeiras, 36-2.º-E
1200 LISBOA
telef.: 36 38 04/37 27 15
Telex:
42720 CTM TE P
Impressão:
Gráfica Europam, Lda
2726 — Mem Martins (CODEX)

DISTRIBUIDORES

ANGOLA: EDIL — Empresa Distribuidora
Livreira UEE, Avenida Luis de Camões, 111,
Luanda. BELIZE: Cathedral Book Center,
Belize City. BOLÍVIA: Tecnolibros S. R. L.,
Casilla de Correo 20288, La Paz. BRASIL:
Fernando Chinaglia S. A., rua Teodoro da
Silva, 907 — Rio de Janeiro. CABO VERDE:
Instituto Caboverdeano do Livro, rua 5 de
Julho, Praia. CANADÁ: Third World Books
and Crafts, 748 Bay St. Ontario, Toronto —
The Bob Miller Book Room, 180 Bloo St.
West, Toronto. COLÓMBIA: Ediciones Su-
américa Ltda., Carrera 30 No. 23-13, Bogo-
tá. COSTA RICA: Semanario Nuevo Pueblo,
Av. 8 Calles 11 y 13 No. 1157, San José.
CHILE: Distribuidora Sur, Dardignac 306,
Santiago. EQUADOR: Ediciones Sociales, Cór-
dova 601 y Menduburo, Guayaquil — RAYD
de Publicaciones, Av. Colombia 248, of.
205. Quito Ed. Jaramillo Arteaga, Tel. 517-
590, Reg. Sendip Pex. 1258. EL SALVA-
DOR: Librería Tercer Mundo, Primera Calle
Poniente 1030, San Salvador — El Quijote,
Calle Arce 708, San Salvador. ESTADOS
UNIDOS: Guild News Agency, 1118 W. Ar-
mitage Ave., Chicago, Illinois — New World
Resource Center, 1476 W. Irving Pl., Chica-
go, Illinois — Librería Las Américas, 152
East 23rd Street, New York, N. Y. 10010 —
Third World Books, 100 Worcester St., Bos-
ton, Mass 02118 — Librería del Pueblo,
2121 St. New Orleans, LA 70130 — Papyrus
Booksellers, 2915 Broadway at 114th St.,
New York, N. Y. 10025 — Tom Mooney
Bookstore, 2595 Folsom Street, San Francis-
co, CA 94110 — Book Center, 518 Valencia
St., San Francisco, CA — Red and Black,
4736 University Way, Seattle — Groundwork
Bookstore, U. C. S. D. Student Center B-023,
La Jolla, CA. FRANÇA: Centre des Pays de
Langue Espagnole et Portugaise, 16 Rue des
Ecoles, 75005 Paris. GRÁ-BRETTANHA: La-
tin American Book Shop, 29 Islington Park
Street, London. GUINE-BISSAU: Depart-
amento de Edição-Difusão do Livro e Disco,
Conselho Nacional da Cultura. HOLANDA:
Athenaeum Boekhandel, Spui 14-16, Amster-
dam. HONDURAS: Librería Universitaria
"José Trinidad Reyes", Universidad Auto-
noma de Honduras, Tegucigalpa. ITÁLIA:
Paesi Nuovi, Piazza di Montecitorio 59/60,
Roma — Feltrinelli, Via de Babuino, 41 Ro-
ma — Alma Roma, Piazza P. Paoli, 4 A Ro-
ma — Spagnola, Via Monserrato, 35/6, Roma —
Uscita, Bianchi Vecchi, 45 Roma. MEXI-
CO: Unión de Expendedores y Vendedores
de Periódico, Humboldt No. 47, México 1, D.
F. — Distribuidora Sayrols de Publicaciones,
S. A., Mier y Pesado No. 130, México 12,
D. F. — Librerías México Cultural, Mier y Pe-
sado No. 128, México 12, D. F. — Metropoli-
tana de Publicaciones, Librería de Cristal e
100 livrarias em todo o país. MOÇAMBI-
QUE: Instituto do Livro e do Disco, Ave.
Ho Chi Minh 103, Maputo. NICARÁGUA:
IMELSA, A. P., nº 2705, Managua, Nicará-
gua. PANAMÁ: Librería Cultural Parameña,
S. A., Ave España 16, Panamá. PERU: Dis-
tribuidora Runamarka, Camaná 878, Lima 1.
PORTO RICO: Librerías La Tertulia, Amalia
Marín Esq. Ave González, Río Piedras — Pen-
samiento Crítico, P. O. Box 29918, 65th in-
Station, Río Piedras, P. R. 00929. REPÚ-
BLICA DOMINICANA: Centro de Estudios
de la Educación, Juan Sánchez Ramírez 41,
Santo Domingo — DESVIGNE, S. A., Ave
Bolívar 354, Santo Domingo. REPÚBLICA
FEDERAL DA ALEMANHA: Con. Medien
und Vertriebs GMBH, Osterstr. 36, 2800 Bre-
men. S. TOMÉ E PRÍNCIPE: Ministério de
Informação e Cultura Popular. SUÉCIA:
Wenngren-Williams AB, S-10425, Stock-
holm. VENEZUELA: Publicaciones España-
las, S. A., Ave. México Lechoso a Pte. Brion,
Caracas.

PORTUGAL: CDL, Central Distribuidora Li-
vreira, Av. Santos Dumont, 57, 1000-Lisboa.

Coordenador de Produção:
José Carlos Gondim
Redacção Permanente:
Antônio Aragão; Baptista da Silva, Cláudia Neiva, Cris-
tina Canoura, Guiomar Belo Marques, Horácio Castellano
Moya, João Macedo dos Reis, Raul Gonçalves, Roberto
Bardini, Victor Bacchetta.
Departamento de Arte:
Samaral (editor), Sônia Freitas, Miguel Efe
Paginação:
Sônia Freitas, Vanda Freitas, Miguel Efe, Pedro Toste.
Centros de Documentação:
Helena Falcão, Lídia Freitas, Elizabeth Mesquita, Eunice
H. Senna (Rio de Janeiro); Cristina Assis (Lisboa); Sybil-
le Flaschka (Cidade do México)
Composição:
Ronaldo Fonseca, João de Abreu, Luis Correa
Revisão:
Estevam Reis (Lisboa); Sandra Castelo Branco, Cléa Soa-
res, Ricardo Soa (Rio de Janeiro)
Serviços Comerciais:
Manuela Fernandes
Publicidade:
Cristina Campos, Conceição Alves (Lisboa)
Correspondentes:
Argentina: Horacio Verbitsky
Laval 1282 — 1er. piso Of. 12 y 14 — Telef.: 35-81-94
Buenos Aires, Capital Federal
Chile: Fernando Reyes Matta
Casilla 16637 — Correo 9 Providencia, Santiago de Chile
Ecuador: José Steinsleger
Apartado 8968, suc. 7 — Torres de Almagro, Quito
Peru: Rafael Roncagliolo
Apartado 270031, Lima-27
Colômbia: Guillermo Segovia Mora
Apartado Aéreo 10465 — Telef.: 285-66-14 — Bogotá
Nicarágua: Arqueles Morales
Apartado 576 — Managua
Estados Unidos: Gino Lofredo
1648 Newton St. N. Y. Washington D. C. 20010
Moçambique: Etevaldo Hipólito
Rua de Pina 109 Sommerchild, Maputo

BRASIL

Director e Editor:
Neiva Moreira
Editora Terceiro Mundo, Lda.
Rua da Glória, 122/105-106 — CEP 20241 Rio de Janeiro,
RJ — Telef.: 242-19-57 — Telex: 21-33054 CTMB-BR

*** Edições em espanhol**

MÉXICO, CARAÍBAS, AMÉRICA CENTRAL

Editor:
Rubén Aguilar
Gerente Geral:
Roberto Castellanos F.
Editores do Suplemento Centroamericano:
Roberto Bardini, Horacio Castellanos Moya

Editorial Periodistas del Tercer Mundo
California 98 A — Colonia Parque San Andrés, Coyoacán
Telef.: 689-17-40 — 04040 México, D. F.

RIO DA PRATA

Directores:
Gerónimo Cardoso, Roberto Remo Bissio

A. C. U. S./A.
Avda. 18 de Julio 1263, 3er piso — Montevideo, Uruguay

Colaboradores: Abdul Nafey, Agostinho Jardim Gonçalves,
Alan Nairn, Alberto B. Marantoni, Alex Mashinini,
Alice Nicolau, Ana Maria Urbina, Antônio, Antônio Sil-
va, A. Prado, Ash Narain Roy, A. W. Singham, Carlos
Cardoso, Carlos Nutez, Carolina Quina, Cedric Beltra-
ge, César Arias Quincot, Claude Alvares, David Fig,
Deborah Huntington, Eduardo Molina y Vedia, Eugénio
Alves, Ezequiel Dias, Fernando Molina, Francesca Gar-
gallo, Gregório Selser, Grívia Kuncar, Herbert de Sou-
za, Hugo Neves, Jim Cason, João Melo, Jorge A. Ri-
chards, José Monserrat Filho, Ladislau Dowbor, Laurine
Platsky, Luis Maira, M. Venugopala Rao, Maluza Stein,
Manuel Freire, Marcos Arruda, Mark Fried, Mário de
Cautin, Moacir Werneck de Castro, Mia Couto, Narinder
Koshla, Nils Castro, Nilton Santos, Octavio Tostes, Oto-
niel Martínez, Pablo Maníez, Peter Law, Phill Harris,
Orlando Senna, Orlando Neves, Ricardo Bueno, Ravin-
dran Casinader, Rodolfo de Bonis, Rodrigo Jaubert,
Roger Rumlil, Sam Ramsamy, Theotônio dos Santos.

Foto de capa: Agência Keystone

cadernos do terceiro mundo utiliza os serviços das seguintes agências: ANGOP (Angola), AIM (Moçam-
bique), INA (Iraque), IPS (Inter Press Service), PRESSUR (Uruguai), SALPRESS (El Salvador), SHI-
HATA (Tanzania), Wafa (Palestina) e o pool de agências dos Países Não-Alinhados. Mantém também
intercâmbio editorial com as revistas Africa News (Estados Unidos), Nueva (Ecuador), Noviembre (An-
gola), Tempo (Moçambique), ALTERCOM (Ilet-México-Chile) e Third World Network (Malásia).

Circulação em 70 países

4 **Cartas**

6 **Panorama Tricontinental**

14 **Editorial — Reagan: a orfandade internacional,**
Neiva Moreira

Matéria de capa — Chile: Será 1986?

17 Um ano decisivo, *Fernando Reyes Matta*

23 A gravação do golpe

25 Carta aberta a Pinochet

28 A Cultura: esse grito de liberdade

33 "A Junta está isolada sem qualquer apoio", *Guiomar Belo Marques*

34 Armamento: Uma indústria de subdesenvolvimento, *Marcela Otero*

África

38 Angola: Cimeira de Luanda condena apoio de Reagan à UNITA

40 Relações Israel-África: A ofensiva diplomática israelita

América Latina

42 El Salvador: "Queremos a paz, mas preparamo-nos para uma longa guerra", *Roberto Remo Bissio*

Ásia

48 Sri Lanka: Um paraíso fiscal ameaçado, *Ravindran Casinader*

53 A comunidade organiza-se

58 Hawaii: Uma visita indesejável, *Adrián Soto*

60 **Exclusivo — Norte/Sul: O Terceiro Mundo perante a**
reunião de Tóquio, Beatriz Bissio e Maluza Stein.

Reflexões

68 Sobre o Plano Baker, *Pompeyo Márquez*

Minorias

70 Qual o preço do "avanço da civilização?", *Teresa Apin*

Meio Ambiente

75 A justiça do lado dos pequenos, *Yap Bing Nyi*

Cultura

78 Um "best-seller" sobre Olga Prestes, *Artur José Poerner*

83 O Momo anti-imperialista, *Mauricio Ubal*

89 **Especial — Moçambique: Nova vitória militar contra**
a RENAMO, Etevaldo Hipólito

96 **Humor: Pedro Toste**



Libia bombardeada: uma agressão mundialmente condenada



Luanda: a condenação à política de Reagan dos países da "Linha da Frente"



A FRELIMO toma de assalto mais uma base militar da RENAMO



Carta do mês

Do embaixador da Argélia no Brasil

Renovo os meus parabéns pela seriedade e firmeza da vossa revista cujo artigo sobre o Sara Ocidental, no número 87, é particularmente esclarecedor. A respeito desse problema, a diplomacia marroquina continua a utilizar a técnica da grande mentira na esperança de que, por força da repetição, alguma coisa permanecerá. É lamentável ver o senhor representante de Marrocos, no Brasil a entregar-se actualmente, através da imprensa, a uma campanha histérica dirigida contra a Argélia, em que sua excelência expressa opiniões mais "realistas" do que as do próprio rei ao mesmo tempo que se proclama antimonárquico. Com a sua habitual serenidade, a Argélia continuará a preconizar a

paz e a concórdia entre todos os países do Magreb.

Com os 96 países membros das Nações Unidas que adoptaram a resolução a respeito do Sara Ocidental na 40ª Assembleia Geral da Organização das Nações Unidas, o meu país continuará a advogar pela negociação de um cessar-fogo entre as duas partes em conflito, Marrocos e a Frente Polisário, e pela organização, sob o patrocínio da OUA e da ONU, de um referendo isento de quaisquer pressões, administrativas ou militares.

Bachir Ould Rouis — embaixador da Argélia no Brasil

Observação: Foi enviada cópia desta carta a todos os senhores membros do governo brasileiro, parlamentares e responsáveis universitários, políticos e sindicais do Brasil.

Cultura e desporto

Quero desejar êxitos no vosso labor diário, mensal e anual, de informar todos aqueles que não têm possibilidades de estar em contacto com os quatro cantos do nosso globo. (...)

No que diz respeito às páginas culturais, elas estão ainda muito pobres. Acho que deveria haver maior profundidade nesse capítulo, para enriquecer mais a revista, por ser mais um dos veículos mais actualizados e internacionais, que nos chega à mão a tempo e horas.

Em relação ao desporto, a vossa produção é muito restrita no plano africano, visto que as grandes multinacionais é que controlam os meios de informação e dificilmente falam do desporto africano, seus ídolos, suas dificuldades, sua evolução, enfim, tópicos que nos interessam.

Jaime Pedro da Silva — Luanda — Angola



As grandes multinacionais que controlam a informação raramente falam do desporto africano



CACHAPUZ

1928 • MAIS DE MEIO SÉCULO DE EXPERIÊNCIA DE FABRICO • 1986



«INTERNATIONAL TROPHY QUALITY», 1979-1980-1981-1982
«INTERNATIONAL AWARD TO EXPORT», 1982-83
«AFRICA AWARD», 1984

O MAIOR FABRICANTE E EXPORTADOR PORTUGUÊS DE

EQUIPAMENTOS PARA PESAGEM

BÁSCULAS E BALANÇAS DE
TODOS OS TIPOS PARA



- **INDÚSTRIA**
- **AGRICULTURA**
- **PECUÁRIA**
- **PESCAS**
- **COMÉRCIO**
- **MINAS**
- **TRANSPORTES**

EXPORTADOR PARA

- **CUBA**
- **ANGOLA**
- **MOÇAMBIQUE**
- **MARROCOS**

JOSÉ DUARTE RODRIGUES, LDA.

TELEF. 73604/73606 - TELEX 32125 CAXPUZ P
APARTADO 12 - 4701 BRAGA CODEX - PORTUGAL

Repúdio à UNITA

Quero repudiar, através da revista *cadernos do terceiro mundo*, a visita do chefe fantoche da UNITA aos Estados Unidos, a fim de manter contactos com as autoridades norte-americanas. (Paulo Francisco Salvador "Lino" - Luanda - Angola)

Intercâmbio

- **Marcos Eustaquio dos Santos**
Rua Manoel Macedo, 685 - casa 2 - São Cristóvão
31130 - Belo Horizonte - MG - Brasil
- **Enoch Fonseca - Kim**
Caixa Postal, 708 - 17600 - Tupã - SP - Brasil
- **Domingues Claudio Vannucci**
a/c Pascoal Pelly - Tribunal Judicial da Comarca do Namibe - Caixa Postal 02 - Namibe - Angola
- **Caroll Colber de Lemos**
Av. Santana, 1027 - Agenor de Campos - Moncágua - SP - Brasil
- **David Alfredo**
a/c de Alfredo David - Caixa Postal, 5601 - Galeria ML Luanda - Angola
- **David Alfredo**
Posta Restante dos CTT da Precol - Luanda - Angola
- **Regina Sylvia Pugliero**
Rua Santa Rosa, 130/202 A - 24220 - Niterói - RJ - Brasil
- **Ezequiel Tomás Nelito**
a/c de Joaquim Kiloy - Caixa Postal, 1001 - Benguela - Angola
- **Dirceu Casa**
Rua Benjamin Constantt s/n - 99155 - Maria-Marau - RS - Brasil
- **Sandra Regina Napiwoski**
Caixa Postal, 251 - 92000 - Canoas - RS - Brasil
- **Fernando Magalhães**
Caixa Postal, 40017 - 20272 - Rio de Janeiro - RJ - Brasil
- **Fernando Wilson**
Rua R-6, 134 s. Oeste - 74000 - Goiânia - GO - Brasil
- **André Martins de Souza**
Rua T 41, 252 - S. Bueno - 74000 - Goiânia - GO - Brasil
- **Aderaldo Pereira dos Santos**
Av. Mem de Sá, 208 - Fátima - Rio de Janeiro - RJ - Brasil
- **Domingos Matateus José J. da Silva**
Caixa Postal, 611 a/c da Maria da Glória - Comitê Provincial do Partido - Benguela - Angola
- **Rogério Diniz**
Caixa Postal, 152947 - 70919 - Brasília - DF - Brasil
- **Paciente Afonso (Pacy)**
Caixa Postal, 1571 - Luanda - Angola
- **Rosa Josefa Luís**
Caixa Postal, 1071 - Benguela - Angola
- **Neves Manuel (Bondoso)**
Caixa Postal, 1555 - B. C. A. N.º 1 - Luanda - Angola
- **Simón Leite**
a/c Domingos Salvador - Caixa Postal, 1383 - Tudor Estrada do Cacucó - Luanda - Angola
- **Luzia Victor**
Caixa Postal, 6995 - Luanda - Angola
- **Sandra Regina Napiwoski**
Caixa Postal, 251 - 92000 - Canoas - RS - Brasil

Líbia: uma agressão indiscriminada

□ Em menos de um mês, aviões norte-americanos bombardearam duas vezes a Líbia. O primeiro ataque ocorreu a 24 de Março passado, quando foram danificadas baterias de mísseis, estações de radar e afundados barcos-patrolha líbios. No segundo, de maiores proporções, na madrugada de 15 de Abril, os alvos mais atingidos foram as zonas residenciais de Trípoli e a cidade de Bengazi, matando civis, entre eles uma filha de Kadhafi, Hanna, de apenas 18 meses de idade. Outros dois filhos do líder líbio ficaram gravemente feridos.

Neste último ataque, os Estados Unidos utilizaram 33 aviões; 18 caças-bombardeiro F-111, com base na Grã-Bretanha, e 15 A-6 e A-7, dos porta-aviões "America" e "Coral", ambos estacionados em águas do Mar Mediterrâneo, perto da costa líbia. Foram lançadas bombas de 225 e 900 quilos, que causaram estragos nos prédios das embaixadas da França, Suíça, Finlândia e Japão. Calcula-se em 20 o número de mortos, além de centenas de feridos.

Segundo a versão oficial de Washington, o ataque foi lançado contra "centros terroristas e alvos militares cuidadosamente escolhidos". No final do bombardeamento, vários edifícios residenciais foram destruídos, com velhos, mulheres, crianças e estrangeiros mortos ou feridos. O secretário da Defesa Caspar Weinberger disse que "só temos conhecimento de janelas partidas" e tentou insinuar, numa entrevista

à televisão norte-americana, que a destruição de áreas civis poderia ter sido causada pelas próprias baterias antiaéreas da Líbia.

Para chegar a Trípoli, os aviões F-111 tiveram que dar uma volta de 5 mil quilómetros sobre o Atlântico, porque a Itália, a França e a Espanha não permitiram a utilização do seu espaço aéreo.



Foram bombardeadas áreas residenciais em Trípoli e Bengazi

A primeira reacção líbia ocorreu cerca de 13 horas após o bombardeamento. Dois mísseis foram lançados contra a ilha italiana de Lampedusa, onde está localizada uma estação de radar controlada por técnicos norte-americanos. Os mísseis não atingiram o alvo. No dia 16, Kadhafi falou à nação pela televisão e disse que Reagan devia ser julgado como "assassino de crianças e criminoso de guerra". O presidente da Líbia sugeriu que os últimos atentados na Europa — pretexto utilizado por Washington para ordenar o segundo bombardeamento — podem ter sido organizados pela própria contra-espionagem norte-americana.

Desde a eleição de Reagan, em 1980, que a Líbia passou a ser alvo da nova política armamentista e conservadora norte-americana, tendo sido montada uma campanha internacional destinada a tentar ligar Kadhafi ao terrorismo internacional. A Líbia é, hoje, um dos países mais prósperos do mundo árabe. Kadhafi, desde que o Conselho da Revolução por ele liderado derrubou a monarquia em 1969, transformou o país, proclamando-o "muçulmano, nasserista e socialista".

Com a execução de um plano inicial para acabar com a presença das bases militares britânicas e norte-americanas, além de impor limitações drásticas à actividade de quase 60 transnacionais no país, a face da Líbia foi-se modificando. O sector mais atingido foi o da exploração de petróleo, onde o governo assumiu o controlo da produção, sem no entanto romper totalmente com as companhias estrangeiras.

Os enormes recursos do petróleo deram a Kadhafi condições para pôr em prática um ambicioso projecto de modernização do país, que incluiu a realização de uma reforma agrária e um sistema de previdência social. Em cinco anos, a Líbia deixou de ser o país mais pobre do Norte de África, para alcançar o rendimento *per capita* mais elevado do continente: 8.500 dólares.

No plano económico, a Líbia tem uma presença muito marcante em África, principalmente pela ajuda prestada aos países mais pobres.

Condenação mundial ao ataque

□ A comunidade internacional reprovou, na sua maioria, a acção militar norte-americana contra a Líbia, com reacções que foram desde a preocupação com o ataque, até à condenação e repúdio da atitude de Washington. A administração do presidente Reagan, por sua vez, só obteve o apoio incondicional da Grã-Bretanha, Israel, África do Sul e Canadá, enquanto outros aliados menores, como o Chile e a Costa Rica, optaram por um apoio indirecto.

Os países membros da Comunidade Económica Europeia e aliados no âmbito da NATO resistiram, antes e depois do ataque, às represálias dos Estados Unidos contra a Líbia. A recusa em aplicar sanções económicas e o apelo à moderação feito pelos países da CEE foram ignorados por Washington, que não pôde utilizar as bases da NATO nem o espaço aéreo europeu, à excepção da Grã-Bretanha, para o bombardeamento. Depois da agressão, França, Itália, Espanha e Suécia deploraram abertamente o ataque, enquanto a Alemanha Federal assumiu uma posição ambígua. O chanceler Helmut Kohl justificou a acção norte-americana, enquanto o seu vice-ministro dos Negócios Estrangeiros negou a sua eficácia como forma de combate ao terrorismo.

O Movimento dos Países Não-Alinhados, sob a presidência da Índia, reagiu rapidamente condenando severamente a agressão contra a Líbia, membro do movimento, numa declaração emitida pelos ministros dos Negócios Estrangeiros. No mesmo sentido pronunciaram-se os representantes Não-Alinhados, em especial

os grupos árabe e africano, membros do Conselho de Segurança da ONU, que repudiaram a "arrogância e desrespeito pelo direito internacional" por parte dos Estados Unidos. O secretário-geral da ONU, Javier Pérez de Cuellar, deplorou também o ataque norte-americano.

A acção dos Estados Unidos estimulou a solidariedade entre os países árabes, que se expressou na condenação à agressão emitida pela Liga Árabe. A posição do mundo árabe apresenta diferenças, desde o apoio mais decidido à Líbia, por parte da Síria, do Irão e da OLP, até posições de apoio mais prudentes. Mas o maior revés diplomático para Washington foram as declarações de repúdio ao ataque por parte do Egipto e da Arábia Saudita, os seus mais próximos aliados na sua política para o Médio Oriente.

Entre os países do campo socialista, a condenação ao bombardeamento norte-americano foi unânime, incluindo a China Popular. A repercussão política mais importante ficou por conta da

União Soviética, ao anunciar a suspensão do encontro entre os titulares dos Negócios Estrangeiros, previsto para meados de Maio, o qual devia preparar a próxima reunião entre os presidentes Reagan e Gorbachov. A reacção soviética, que qualificou a agressão à Líbia como "bárbaro ataque de terrorismo", representa mais um retrocesso da diplomacia norte-americana nas relações entre as duas superpotências.

Na América Latina, o repúdio mais enérgico à acção dos Estados Unidos partiu da Nicarágua e de Cuba, seguido por uma condenação bem explícita por parte do México, Argentina, Panamá e Guiana. Brasil, Venezuela e Colômbia optaram por uma atitude mais prudente, manifestando preocupação com o incidente e pronunciando-se a favor da solução do conflito por meios pacíficos. Na Costa Rica, o presidente Monge chegou a justificar a atitude norte-americana. No Chile, o ministro dos Negócios Estrangeiros de Pinochet qualificou o facto de "grave", enquanto a imprensa pró-governamental foi mais explícita no seu apoio a Washington.

Pilotos norte-americanos participantes no ataque comemorando o feito



**NICARÁGUA: DÉFICE
NA BALANÇA COMERCIAL**



O défice de 500 milhões de dólares registado pela Nicarágua na sua balança comercial de 1985, constitui um re-

flexo da deterioração das relações de intercâmbio entre os países industrializados e os menos desenvolvidos. O ministro de Comércio Externo, Alejandro Martínez Cuenca, revelou que, de acordo com um estudo preliminar, o valor das exportações do ano passado não chega a 350 milhões de dólares, enquanto que as importações estão calculadas em torno de 850 milhões de dólares.

Segundo informações da CEPAL, em 1984, a Nicarágua, com o mesmo volume de exportações, apenas pôde adquirir no mercado mundial 58% do que comprou em 1970. O total de vendas ao exterior em 1985 representa o mais baixo índice dos últimos 10 anos, o que é explicado não só pela queda do preço internacional de quase todos os pro-

ductos de exportação nicaraguense, como também pela redução da produção nacional.

Outros factores que fizeram de 1985 o pior ano da década para a economia da Nicarágua foram o bloqueio imposto pelos Estados Unidos em Maio do mesmo ano e a guerra de agressão que obrigou o governo sandinista a destinar à Defesa mais de 50% do seu Orçamento Nacional. As perdas causadas pela guerra equivalem à metade do valor das exportações.

O comércio externo da Nicarágua é realizado, actualmente, nas seguintes proporções: mais de 30% com países da Europa Ocidental; 25% com nações de economia socialista; 21% com a América Latina; 12% com o Japão, e o restante com outros países.

JAMOG

IMPORT. E EXPORT. LDA.

Rua Duque de Palmela, 30-8.º B — Telef. 52 31 48-52 32 55
Telex 12449 Jamog — 15588 Trigul

1200 LISBOA

Paquistão: Benazir Bhutto volta para lutar pela democracia

□ Após dois anos de exílio na Grã-Bretanha, Benazir Bhutto, filha do ex-primeiro-ministro Ali Bhutto, enforcado em 1979, regressou ao Paquistão para lutar contra o regime do general Zia ul-Haq, por eleições livres e pelo restabelecimento da democracia. Benazir regressa ao país nove anos depois da deposição do seu pai pelo general Zia ul-Haq e encontra o Paquistão livre da lei marcial — levantada no dia 1 de Janeiro passado — que vigorou desde o golpe militar de 1977, porém mergulhado na falta de liberdades.

Benazir, de 32 anos, é presidente do Partido Popular Paquistanês, fundado pelo seu pai e depois dirigido pela sua mãe, Begun Bhutto, após a morte do marido. Recebida em Lahore, segunda cidade do país, por uma multidão calculada em 300 mil pessoas, Benazir afirmou, de baixo de aplausos, que “não regresssei para me vingar. Vim fazer a revolução no Paquistão”. Depois, disse que as grandes multidões que a saudaram mudaram o equilíbrio do poder no país e que ela já poderia ter assumido o governo, mas que prefere mudanças pacíficas. “O custo seria muito grande”, declarou.

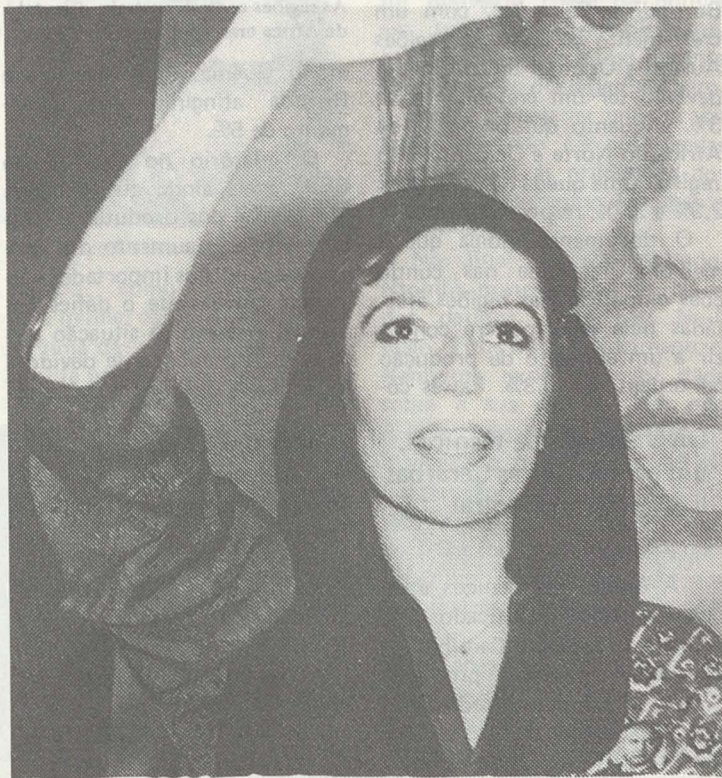
Um dia após a sua chegada, em meados de Abril, um grupo de homens armados invadiu a casa onde se hospedara. Os empregados capturaram um deles, identificado como Abdul Gayym, um major reformado do exército, depois deste ter partido várias janelas, disparado contra a

casa e agredido um segurança. Segundo membros do Partido Popular Paquistanês, o objectivo do major era matar a líder oposicionista. Em poder de Gayym, foi encontrada uma lista de moradas com o número de telefone do secretário militar do general ul-Haq, o qual, segundo afirmam partidários de Benazir, deseja assassinar a líder do PPP.

O actual primeiro-ministro, general ul-Haq, dirige o Paquistão ditatorialmente desde a sua ascensão ao poder, em 1977,

através de um golpe de Estado que depôs Ali Bhutto. Segundo a Amnistia Internacional, são frequentes as denúncias de tortura, prisões ilegais, execuções e outras violações aos direitos dos membros da oposição. Apesar de todas as restrições, existem 13 partidos políticos no país, cinco deles unidos no Movimento pela Restauração da Democracia (MDR), a maior organização da oposição paquistanesa.

Vários movimentos políticos optaram pela luta armada. O mais activo é o fundado pelo filho de Ali Bhutto e irmão de Benazir, Murtaza, com o nome de “Al-Zulfikar” (A Espada), agora denominado Exército de Libertação Paquistanês.



Benazir Bhutto: “não regresssei para me vingar. Vim fazer a revolução”

África: razoáveis perspectivas económicas para este ano

□ A República Popular de Angola é um dos países africanos que apresenta melhores perspectivas de desenvolvimento para o corrente ano, apesar da forte queda do preço do petróleo, sua principal fonte de receita. A constatação é dum relatório conjunto do Banco Africano de Desenvolvimento (BAD) e da Comissão Económica para a África das Nações Unidas (CEA), publicado recentemente em Abidjan.

Segundo o relatório, os melhores resultados serão alcançados nos países da África Central, principalmente no Congo, Burundi e Camarões, com um crescimento de 3,9%. As regiões Austral e Oriental do continente deverão ter um crescimento de 3%, enquanto que os países da África do Norte e Ocidental irão registar uma queda de 3,1% para 2,9% e 2,7%, respectivamente.

O documento indica que a melhoria registada nas condições climáticas nas regiões afectadas pela seca, poderá conduzir a um aumento de produção na ordem dos 3,3%. Países co-



As regiões central, austral e oriental de África cresceram mais de 3%

mo o Quênia, Ilhas Maurício e Ruanda atingirão um crescimento de 5%.

O relatório do BAD e da CEA revela ainda que a queda dos preços dos produtos de exportação e o aumento dos custos dos produtos importados vão afectar gravemente o défice comercial africano. A situação torna-se mais preocupante devido à forte queda dos preços do petró-

leo verificada este ano, o que vai provocar uma redução das receitas dos países exportadores. As reservas em divisas vão sofrer uma deterioração de 23%, a mais elevada taxa ocorrida em apenas um ano.

De acordo com o documento, os países não-exportadores de petróleo vão melhorar a sua situação em divisas em cerca de 8%, devido à alta dos preços do café e à queda do *crude*. Costa do Marfim, Quênia e Madagascar vão registar um aumento das suas exportações de café, melhorando assim as respectivas reservas em divisas.

O relatório assinala que o serviço da dívida vai atingir níveis bastante elevados, o que, caso não sejam adoptadas medidas, vai limitar as perspectivas de desenvolvimento do continente.

Segundo o documento, é chegado o momento de dar seguimento ao apelo lançado durante a 20ª Cimeira da Organização de Unidade Africana (OUA), para a realização duma conferência internacional sobre o endividamento da África.

No final do ano passado, as estimativas sobre o total da dívida externa do continente africano apontavam uma cifra de 170 mil milhões de dólares.

ONU: evasão de técnicos, um problema das Caraíbas e da América Central

A evasão de técnicos e de profissionais qualificados na América Central e Caraíbas representa um sério problema que dificulta profundamente os programas de desenvolvimento da região. A advertência é da Unidade de Inspeção das

Nações Unidas (JIU), no estudo "Cooperação Técnica das Nações Unidas na América Central e Caraíbas", que será apresentado na segunda sessão ordinária do Conselho Económico e Social das Nações Unidas (ECOSOC), no final deste ano.

O estudo, de 32 páginas, divulgado em Nova Iorque, afirma que a redução dos quadros de pessoal qualificado por parte dos países onde se apli-

cam projectos de desenvolvimento prejudica todo o trabalho feito até ao momento. Cita concretamente dois projectos e uma instituição atingidos pelo problema:

A elaboração de um projecto de administração em São Vicente e nas Granadinas, um recenseamento de população no Haiti e o Instituto de Assuntos Marítimos de Trindade e Tobago.

Suazilândia: o rei adolescente

Em Abril, um jovem de 18 anos de idade entrou para a história ao ser declarado o rei mais jovem do mundo, numa tradicional cerimônia africana de coroação na capital real de Lobamba. O príncipe herdeiro Makhosetive assumiu, a 25 de Abril, o trono do pai, o falecido rei Sobhuza II. Tendo exercido o mais longo reinado do mundo, Sobhuza governou a Suazilândia de 1921 até à sua morte, com a idade de 83 anos, em 1982.

Segundo fontes da capital administrativa, Mbabane, várias personalidades africanas e mundiais estiveram presentes à cerimônia, no decorrer da qual Makhosetive foi oficialmente declarado o Ngwenyama (o Leão) daquela nação africana de cerca de 710 mil habitantes.

O príncipe herdeiro regressou ao seu país em finais de Dezembro último, deixando o colégio que frequentava na Grã-Bretanha para se preparar para o seu novo papel. Consta que, em Agosto passado, Makhosetive participou num ritual que renunciou a sua próxima ascensão ao trono, quando, acompanhado de guerreiros locais armados apenas de lanças, matou o seu primeiro leão.

A coroação realizar-se-á num clima de intrigas palacianas que têm caracterizado a vida política do pequeno reino desde a morte de Sobhuza. Uma luta brutal pelo poder veio à luz logo após o enterro do rei. Primeiro, o então primeiro-ministro Mabandla Dlamini, um reformista que vinha procurando reduzir os poderes do *Liqoqo* — o grupo de conselheiros nacionais que ti-

nha assumido o *status* de Conselho Supremo de Estado —, foi demovido do cargo, em Março de 1983. Num golpe palaciano ocorrido cerca de cinco meses depois, o conselho demoveu a rainha regente Dzeliwe, que se manifestava a favor de uma modernização moderada, e pro-



O príncipe herdeiro Makhosetive

clamou como nova rainha uma mulher conservadora, Ntombi, uma das viúvas do rei Sobhuza. Ela passou a ser a nova regente e *Indlovukazi* (a Grande Elefante). Dzeliwe resistiu, mas acabou por ser expulsa da sua residência oficial. Mais tarde, o seu destino foi definitivamente selado com a proclamação, pelo *Liqoqo*, de que o filho de Ntombi, o príncipe herdeiro Makhosetive, seria o próximo rei.

Em Junho de 1984, Ntombi passou a atacar os elementos progressistas no interior do *Liqoqo*, removendo o ministro da Fazenda, Sishayo Nxumalo, e o ministro dos Negócios Estrangei-

ros, Richard V. Dlamini, juntamente com outros três, entre eles o comissário da polícia Titus Msibi e o comandante do exército Mangomeni Ndzimandze, todos presos sob a acusação de tramarem um golpe. Os cinco alegaram que o novo chefe da polícia, Majaji Simelane, usara de um truque para incriminá-los falsamente.

Pouco depois, num gesto surpreendente, Ntombi aposentou a pessoa mais poderosa do Conselho de Estado, o príncipe Sozisa, príncipe mais velho e que era também o presidente do *Liqoqo*. Em Outubro último, foi declarada a aposentação de dois eminentes conservadores, o príncipe Mfanasibili Dlamini e George Msibi, "para assegurar a paz na nação", segundo a "Rádio Mbabane". Sandile Mdiniso foi nomeado chefe da polícia em substituição de Simelane, que só exerceu o cargo durante 16 meses. No dia 8 de Fevereiro, a polícia alegou ter encontrado armas de fogo não-autorizadas numa revista às residências dos dois líderes compulsivamente aposentados.

No final do ano passado, Ntombi mandou libertar cinco dos detidos, entre eles Nxumalo, Titus Msibi e Ndzimandze. Nenhuma explicação foi dada sobre a sua decisão. Um mês depois, Simelane foi citado na justiça sob cinco acusações de "obstrução à lei", segundo anunciou a "Rádio de Johannesburg". O tribunal recusou-se a conceder-lhe fiança, alegando que ele interferia nas investigações policiais.

As acusações estão relacionadas com a prisão, sem julgamento, há mais de um ano, de um ex-ministro e quatro ex-chefes da polícia e do exército.

Africa News
terceiro mundo — 11

**HONDURAS:
DENUNCIAM ABUSOS SEXUAIS
DE SOLDADOS
NORTE-AMERICANOS**

Soldados pertencentes às tropas norte-americanas (3.000 efectivos) estacionadas na cidade de Comayagua seriam responsáveis pela transmissão da SIDA em seis prostitutas daquela cidade. Os militares são também acusados da prática de abusos sexuais em crianças, algumas delas estudantes de escolas públicas. Estas denúncias foram publicadas com grande destaque pela imprensa hondurenha.

As mais duras críticas à presença das tropas dos Estados Unidos no país partem dos cinco deputados do departamento de Comayagua, que solicitaram uma ampla investigação sobre

as acusações. O deputado Jorge Maradiaga, do Partido Liberal, no poder, disse que caso os abusos sejam comprovados "as tropas norte-americanas devem sair das Honduras".

Por sua vez, a maioria das autoridades civis e militares de Comayagua, situada a 85 quilómetros ao norte de Tegucigalpa, afirma não estar contra a presença dos militares, mas sim "contra os seus abusos".

**AÇÚCAR: CONTÍNUA QUEDA
DE PREÇOS**

A política protecçãoista dos Estados Unidos e da Comunidade Económica Europeia foi o principal factor que determinou, no ano passado, em termos de compra, os mais baixos preços do açúcar da história. Os dois mercados, o dos

Estados Unidos como importador, e o da CEE como exportador, mantêm um protecçãoismo que afectou desfavoravelmente o mercado mundial.

O balanço foi elaborado pelo grupo de países latino-americanos e das Caraíbas exportadores de açúcar (GEPLACEA). No ano passado e por quatro anos consecutivos os preços mundiais deste produto mantiveram-se abaixo dos custos de produção mesmo nos países onde esses custos são os mais baixos. Nos últimos anos, o excesso de produção sobre o consumo, com a consequente acumulação de stocks, deteriorou os preços internacionais, atingindo especialmente os países das Caraíbas membros da GEPLACEA, cuja maior fonte de rendimento é precisamente a exportação de açúcar.



**NOEI CONSULTORES
PARA O DESENVOLVIMENTO SARL**

**Uma empresa de novo tipo
ao encontro da Nova Ordem
Económica Internacional**

Sociedade constituída em 1983 com capitais angolanos, caboverdeanos, moçambicanos, portugueses e saotomenses, tem como objecto promover acções conducentes à cooperação para o desenvolvimento dos países em vias de desenvolvimento, em especial de ANGOLA, CABO VERDE, GUINÉ-BISSAU, MOÇAMBIQUE e SÃO TOMÉ E PRÍNCIPE, de harmonia com os propósitos de instauração de uma Nova Ordem Económica Internacional.

**SÓCIOS AFRICANOS: SACILDA (Luanda), I.S.P.S. (Praia), SOCIMO (Maputo)
BANCO NACIONAL DE S. TOMÉ E PRÍNCIPE**

SEDE SOCIAL: Rua da Rosa, 277 - 1.º - 1200 LISBOA - PORTUGAL

Telefones: 36 58 20 e 36 86 15 Telex: 42 545 NOEI P

Brasil: países de língua portuguesa vão unificar a ortografia

Representantes dos sete países de língua oficial portuguesa — Angola, Brasil, Cabo Verde, Guiné-Bissau, Moçambique, Portugal e São Tomé e Príncipe — vão estar reunidos no Rio de Janeiro, de 6 a 12 de Maio próximo, para examinar um projecto de unificação da ortografia, a partir dum acordo ajustado, em 1975, pelas academias de Letras brasileira e portuguesa. "Esse acordo só não foi concretizado, na prática, em termos de lei, por falta de condições políticas nos dois países. No entanto, a situação interna, brasileira e portuguesa, modificou-se desde então, estando agora criadas as condições para que o acordo seja ratificado". As declarações são do filólogo Antônio Houaiss, representante brasileiro e presidente da comissão de unificação.

Houaiss explicou que na reunião de Maio, os representantes dos sete países poderão decidir pela simples ratificação do acordo de 1975 ou introduzir novas simplificações. "O nosso objectivo é estabelecer uma unificação ortográfica que seja adoptada por todos os países que falam a língua portuguesa, o que só trará benefícios para todos".

Para Antônio Houaiss, não deverão ocorrer maiores dificuldades para que a unificação seja concretizada. Há um mês, na condição de enviado do governo brasileiro, Houaiss esteve em Portugal e nos cinco países africanos de língua oficial portuguesa onde manteve contac-

tos em torno da questão e teve oportunidade de sentir o interesse das autoridades com quem conversou em relação ao problema.

Houaiss revelou que Portugal está disposto a fazer certas concessões, assim como o Brasil, e que a ideia foi recebida com grande entusiasmo em Angola e Moçambique, as duas maiores nações africanas de língua oficial portuguesa. "Eles só têm a ganhar com a unificação da ortografia portuguesa, uma vez que desejam comprar livros tanto brasileiros como portugueses, o que com a actual situação cria-lhes problemas", assinalou o presidente da Comissão de Unificação.

Partiu do próprio filólogo brasileiro a ideia de incluir os cinco países africanos na comissão que vai examinar o projecto de unificação. "Inicialmente, os trabalhos tinham sido restritos às duas academias, brasileira e portuguesa. Entretanto, as nações africanas de expressão portuguesa tornaram-se independentes e não fazia sentido excluí-las da discussão de um tema tão importante como este", disse Houaiss.

Durante o seu encontro com colegas da Academia de Lisboa, essa participação ficou acertada. Comunicado o interesse pela unificação da ortografia e as iniciativas em curso, o governo do presidente José Sarney deu a Antônio Houaiss a missão de visitar todos os países de língua comum, para preparar o próximo encontro no Rio de Janeiro,

o qual contará com apoio oficial.

Nenhum país — diz Antônio Houaiss — adoptará qualquer modificação, em termos de ortografia, sem ouvir os demais. O nosso objectivo é a defesa linguística, a unificação ortográfica, de alto valor cultural, social, científico e económico. O filólogo brasileiro lembra que por se tratar de um pacto, os parlamentos dos sete países ou os próprios governos não poderão modificá-lo quando da sua votação; o texto será aprovado integralmente ou então vetado no seu todo.



Houaiss: unificar a ortografia

Antônio Houaiss lembra que a língua portuguesa está, agora, com 400 mil palavras, das quais 399.500 são comuns aos sete países. Por essa razão, considera bastante favoráveis as perspectivas para a homologação de um acordo na reunião de Maio próximo. "É claro que existem palavras locais, do quotidiano de cada país, de regiões e até de cidades, mas não se pode partir de casos particulares para invalidar o conjunto. As diferenças são ridiculamente pequenas em relação ao universo da língua como um todo", assinala Antônio Houaiss.

Antonio Aragão

Reagan: a orfandade internacional

Neiva Moreira

O julgamento internacional sobre os resultados das agressões à Líbia não favorece a Casa Branca. Pelo contrário, se houvesse um vencedor do conflito ele seria o coronel Muamar Kadhafi.

Diplomaticamente, o governo norte-americano sofre um isolamento que nem mesmo nos piores tempos da guerra do Vietname ocorreu. Ficou reduzido ao apoio da primeira-ministra britânica e do governo de Israel.

O apoio da Sra. Thatcher, se é importante do ponto de vista militar, pelo uso das bases da NATO em solo britânico, não tem maior significado no âmbito político e diplomático. Thatcher atravessa internamente um período muito difícil, tendo a sua popularidade atingido o ponto mais baixo, não só na Grã-Bretanha como na própria Europa. Quanto a Israel, o bombardeamento da Líbia é uma peça da sua estratégia anti-árabe. Apoiando Reagan, o governo do primeiro-ministro Shimon Peres nada acrescenta à posição dos Estados Unidos no conjunto da diplomacia internacional e da opinião pública.

Reagan jogou, à última hora, na Europa, uma cartada decisiva. Tentou, através do seu delegado nas Nações Unidas, general Vernon Walters, forçar os seus aliados europeus a apoiá-lo na aventura. Walters é uma das figuras mais sinistras da política de guerra dos Estados Unidos. O seu primeiro trabalho de contra-espionagem foi no Brasil, onde esteve muitos anos, tentando modificar as posições nacionalistas do exército e de enfeudar as forças armadas brasileiras à estratégia norte-americana. É um dos países do chamado Pacto do Atlântico Sul que não seria outra coisa senão atrelar o Brasil, o Uruguai e a Argentina a uma aliança militar de apoio à política dos Estados Unidos na área e, sobretudo, de salvaguarda do regime sul-africano. Walters, depois desse longo tempo no Brasil durante a Segunda Guerra Mundial, foi mandado para França, para conter ou desestabilizar o governo do general Charles de Gaulle, quando este consolidava a nova política francesa de

independência estratégica e dissuasão nuclear. O seu último trabalho conhecido de contra-espionagem foi no final da guerra do Vietname. Pelos resultados desastrosos da intervenção norte-americana naquele país pode-se concluir que também não foi vitoriosa a missão do general espião. Neste mês de Maio, Walters voltará à América Latina, agora como delegado de Reagan na ONU. No Brasil, ele já tem uma tarefa específica mas com remotas possibilidades de êxito: convencer os militares a enfraquecer o seu apoio à política nacionalista de informática. Walters não conseguiu que os aliados europeus dos Estados Unidos apoiassem a agressão à Líbia. Apesar da debilidade da maioria dos governos social-democratas europeus, o repúdio ao ataque foi generalizado. Essa posição, expressa pelos respectivos governos e fortemente apoiada pela opinião pública, já é, hoje, uma definição de toda a Europa Ocidental, cujo parlamento, em Estrasburgo, aprovou uma moção condenando a agressão.

Desde a guerra do Vietname jamais foi constatada uma onda tão fortemente hostil aos Estados Unidos. Também nunca foram vendidas tantas bandeiras norte-americanas, mas para um fim bem diferente do habitual: o fogo. De Lisboa a Malta, do Norte da Escandinávia à Grã-Bretanha e à Alemanha Ocidental, do Rio de Janeiro a Manágua, de Luanda a Cartum, o povo mostra a sua indignação.

Mas não é apenas desaprovação, é também medo e, nalguns casos, pânico o que as pessoas sentem. Nos Estados Unidos e na Europa todos esperam os mísseis de Kadhafi e vêem-se terroristas até nas velhas abadias romanas. Do lado do Terceiro Mundo, teme-se que esta agressão "localizada" não seja senão um primeiro passo de uma nova escalada belicista.

O sentimento de medo e espanto foi estimulado pelo escasso êxito militar da expedição. Em vez de quartéis e bases de mísseis, as bombas caíram em zonas civis afastadas de qualquer complexo de

importância militar, destruindo residências e embaixadas, matando mulheres, velhos e, sobretudo, crianças. A tenda onde estava Kadhafi não foi destruída, mas o mesmo não aconteceu com a casa ao lado onde dormiam os seus filhos, uma das quais, Hanna, de 18 meses, morreu no bombardeamento.

O Pentágono admite que perdeu um avião e que outro, muito danificado, teve de pousar numa base espanhola. Os caças-bombardeiros usados seriam, teoricamente, imunes ao armamento líbio. Mas não o foram. E, segundo os especialistas, a defesa antiaérea de Trípoli e Benghazi não usaram os seus mísseis mais sofisticados, que reservam para operações mais decisivas.

De todos os pontos de vista, o ataque norte-americano foi negativo para os Estados Unidos. Mesmo nos EUA, a aparente unidade inicial começa a ceder a uma análise mais precisa sobre a agressão. O ex-presidente Carter, uma voz de grande peso, declarou-se contra o bombardeamento e, sobretudo, contra a morte de crianças. O líder líbio está a conseguir os seus maiores dividendos em três áreas onde não estava muito cotado nos últimos tempos: Mundo Árabe, países Não-Alinhados e bloco socialista.

Não era segredo que o coronel Kadhafi estava, por diferentes motivos, com dificuldades com a maioria dos governos árabes. A agressão a um país irmão, modificou esse quadro. As fotos de casas destruídas, de civis, sobretudo de crianças mutiladas, chocam as massas árabes que aumentam a pressão sobre os seus governos a favor dos líbios agredidos.

As facilidades que Reagan pensava encontrar no Egipto e no Sudão para uma eventual invasão da Líbia dissipam-se. Pelo contrário, ambos os governos condenaram o ataque. No Sudão, o sentimento colectivo é tão anti-ianque, que Washington chamou de volta todos os duzentos e poucos norte-americanos residentes no país.

Não é diferente o ambiente nos países Não-Alinhados fora do Mundo Árabe. Em muitos deles, multidões foram às ruas, enquanto noutros, milhares de jovens apresentaram-se como voluntários para defender a Líbia.

No campo socialista, onde, apesar das coincidências estratégicas, o "estilo Kadafi" era

tolerado sem grande entusiasmo, a situação modificou-se. O dirigente soviético Mikhail Gorbachov foi claro e peremptório: a URSS vai fortalecer a capacidade defensiva da Líbia, cuja agressão considerou criminosa. Navios soviéticos da frota do Mediterrâneo circulam nas costas líbias, numa evidente advertência à 6.^a Esquadra norte-americana.

E o terrorismo?

Reagan mandou os seus navios e aviões à Líbia alegando o dever de dar uma lição a Kadhafi, a quem acusa de alimentar o terrorismo, e na esperança de que a punição reduziria ou faria desaparecer os atentados. O que aconteceu foi exactamente o contrário. O mundo assiste, apreensivo e inquieto, ao recrudescimento terrorista, cujos alvos iniciais foram os britânicos, considerados cúmplices da agressão.

Prática delituosa internacionalmente condenada, o terrorismo individual ou de grupo não pode ser combatido com o terrorismo de Estado, como ocorreu na Líbia e está a acontecer na Nicarágua com as agressões dos "contras", teleguiadas desde Washington.

Também seria errado acreditar que qualquer atentado contra propriedades dos Estados Unidos ou seus cidadãos seja da responsabilidade dos líbios. A actual onda anti-ianque estimula os atentados pelo mundo fora. Com ou sem Kadhafi, o terrorismo ameaça os norte-americanos, privando-os do turismo, enclausurando-os nas suas bases e quartéis ou até nas suas próprias casas, indefesos face a um inimigo que não vêem e não conhecem.

Tudo isto forma um conjunto de factos muito desfavorável à política belicista do sr. Reagan e dos Shultz, dos Weimbergers, dos Walters e das Kirkpatricks. Uma política perigosa que brinca com o fogo e que não se detém diante do imenso risco de lançar o mundo no holocausto nuclear.

A perspectiva a nível internacional é grave. A Primeira Guerra Mundial começou com o atentado de Serajevo; a Segunda pela crise de Dantzig. Ambos os casos foram meros pretextos. Quem poderá assegurar que o Golfo de Sidra não é uma semente fecunda no rumo da tragédia?

Não se pode duvidar de nada quando quem está com o dedo no botão é um fanático da guerra dominado pela obsessão do domínio mundial. ●

Será 1986?



Ag. Keystone

As mulheres, os jovens, os profissionais liberais, enfim a população está permanentemente nas ruas de Santiago. Todos decidiram que 1986 será o ano da grande meta de recuperar a democracia no país, pondo fim ao regime do general Pinochet. Mas, além da coragem, das acções e das esperanças, esses esforços conduzem de facto a uma efectiva alternativa de poder?

Nas páginas seguintes, publicamos uma ampla reportagem, abordando diversos ângulos desta questão, para mostrar o que é o Chile hoje. Um trabalho coordenado por Fernando Reyes Matta, nosso correspondente em Santiago.

A oposição chilena proclamou 1986 "o ano decisivo" e disse ao mundo inteiro que, nos próximos seis a oito meses, vai pôr fim aos 13 anos de regime militar chefiado pelo general Augusto Pinochet.

Será isso apenas um desejo, com um grande conteúdo de pensamento mágico? Ou corresponde a uma real possibilidade que traduz a força de uma oposição capaz de derrotar política e/ou militarmente as forças armadas?

Responder a estas questões leva a um exercício de suposições que passam por vagas indicações que, sob uma cortina de censuras e auto-censuras, são transmitidas pelos centros de poder e pelo povo.

Em primeiro lugar, porquê 1986? Assim apresentada, a pergunta às cúpulas políticas e sindicais de uma fragmentada oposição que vai desde forças de direita que desertaram do regime militar à mais radicalizada esquerda, a resposta será tão ampla e variada como o leque formado pelos sectores dissidentes.

O termo genérico *oposição* é empregado com bastante frequência para referir partidos de direita, como o Movimento de União Nacional e o Partido Nacional, signatários de um controverso Acordo Nacional que estabelece pontos para uma futura convivência democrática, mas que não aceitam 1986 como um ano "decisivo" e que se opõem ao derrube de Pinochet. Para esses sectores, representantes da "classe proprietária", o objectivo é manter, agora, uma posição independente do regime e negociar com as forças armadas uma transição ordeira para a democracia nos próximos três anos, transição essa capaz de assegurar um futuro "pinochetismo" sem Pinochet.

No outro lado do leque político chileno, a esquerda mais ortodoxa, baseada nos princípios marxistas-leninistas, argumenta que vem tentan-



Um ano decisivo

do derrotar o regime desde o seu início em Setembro de 1973, mas que, agora, mais do que nunca, "estão criadas as condições objectivas" para o sucesso dos seus propósitos.

Alguns dirigentes do Movimento Democrático Popular (MDP), que reúne o Partido Comunista, o Movimento de Esquerda Revolucionária (MIR), uma fracção do Partido Socialista e outros gru-

pos menores, acrescentam, ainda que não publicamente, uma outra razão.

Será que o papa vem?

A visita do papa João Paulo II ao Chile está anunciada para Março do ano que vem. E com ele um presente especial para o povo: a canonização da primeira santa chilena, Santa Teresa dos Andes.

Caso Pinochet ainda detenha o poder nessa altura — considera o MDP — a religiosidade popular, exacerbada pela presença papal e pela santificação da irmã Teresa, permitirá ao general capitalizar a seu favor a visita do papa e absorver o "oxigénio" político necessário para chegar até 1988, um ano realmente decisivo, segundo as regras do jogo im-

Espera-se que em 1986 o processo democratizante atinja o seu apogeu. No entanto, é preciso que a oposição se apresente como uma alternativa de poder

postas pelo próprio regime militar.

No final de 1988, de acordo com uma Constituição redigida pelo regime e submetida a um referendo com 67% dos votos, a Junta de Comandantes-Chefes deve propor ao país um candidato à presidência para suceder a Pinochet, nome esse que será submetido a um referendo. Se o candidato indicado — quem sabe, o próprio Pinochet? — vencer, ele iniciará um novo período presidencial de oito anos. Caso derrotado, o mesmo Pinochet dispõe do prazo de um ano para convocar eleições directas.

Os 36 meses que ainda restam, nos quais o governo se comprometeu a ditar as leis políticas que tornem possível a presumida transição do poder, apontam para o centro das diferentes estratégias opositoras, incluindo a nada desprezível opinião do Departamento de Estado norte-americano sobre a questão.

Considerando a Nicarágua como um caso prioritário no seu “quintal” latino-americano, a administração Reagan tem mantido, na sua retórica em relação ao Chile, uma política de zigzague, mas, na prática, de constante apoio a Pinochet. No final do ano passado, a chegada do embaixador Harry Barnes e algumas declarações do subsecretário adjunto para os Assuntos Latino-Americanos, Elliot Abrams, (“queremos que Pinochet vá embora”) fizeram os analistas pensar que a “diplomacia silenciosa” de Reagan havia sido substituída pelo que se passou a chamar de “diplomacia activa” e que existia uma transformação real na posição norte-americana.

Após a queda de Marcos nas Filipinas e de Duvalier no Haiti, essa certeza cresceu particularmente nos sectores da classe média da população, principalmente quando os Estados Unidos propiciaram, pela primeira vez, uma resolução que condenava o Chile na Comissão dos Direitos Humanos da ONU. A mesma Casa Branca encarregou-se, no entanto, de pôr as coisas no seu lugar. A resolução — disse Washington — foi apresentada para evitar uma condenação ainda mais enérgica por parte



A visita de João Paulo II está anunciada para Março de 1987

de outros países. Ao mesmo tempo, o Departamento de Estado antecipou um regresso à “diplomacia silenciosa”. Reagan enviou uma carta confidencial a Pinochet e o governo norte-americano adiara para o ano de 1989 — em teoria, pelo menos, para um futuro governo democrático — cerca de 65% do vencimento da dívida externa chilena, no valor aproximado de 140 milhões de dólares.

O interesse dos Estados Unidos, em suma, segundo as declarações dos seus porta-vozes, consiste em “pressionar” Pinochet para que ele mesmo conduza o processo de transição democrática e

que renuncie à pretensão de se perpetuar no poder, mesmo que seja pelo caminho pseudo-legal de se fazer reeleger como presidente.

E é precisamente a essa estratégia negociadora, que aliena as aspirações democráticas chilenas diante de um hipotético futuro, a que a direita adere. Uma direita sempre temerosa, tal como os Estados Unidos, de

que uma modificação no poder dê um importante papel à esquerda e faça vacilar o centro do poder.

O Movimento Democrático Popular, por sua vez, não aceita a estratégia negociadora, não acredita que Pinochet esteja disposto a entregar o poder e confia na mobilização de massas e “em todas as formas de luta” para derrubar o governo e abrir caminho para uma verdadeira democracia, capaz de enfrentar a crise estrutural que atinge a sociedade chilena.

Crise e imobilismo

Entre estas duas estratégias — negociadora e mobilizadora — o poderoso centro político, representado pela Democracia Cristã e seus aliados radicais, socialistas, social-democratas e direitistas, debate-se numa incerteza que paralisou a sua acção e enfraqueceu tanto o processo de negociação como a mobilização.

O centro político chileno está agrupado na chamada Aliança Democrática, sob a hegemonia da Democracia Cristã (DC), assim como o MDP tem a

sua acção dirigida pelo Partido Comunista, defensor da insurreição popular. É precisamente por causa dessa tese e da sua palavra de ordem de apelar para "todas as formas de luta" (inclusive a violência) que existe uma profunda divisão entre as direcções políticas da oposição.

A DC, através do seu presidente, Gabriel Valdés, tem repetido insistentemente que não aceita a violência como forma de luta. Esta discussão, repetida desde 1980 quando o PC anunciou a tese da insurreição popular, conduziu a mobilização social à sua máxima expressão em 1983 — quando levou o regime militar ao seu ponto mais fraco — até às suas formas actuais mais precárias. No entanto, a acção das massas foi produto de acordos conjunturais, passando por cima dessa falta de unidade.

Após os grandes protestos de 1983, quando o governo se viu obrigado a apelar para o exército para reprimir as vagas de descontentamento popular geradas basicamente pela crise económica, realizou-se a primeira tentativa de diálogo entre o governo e a oposição, por iniciativa da igreja católica. Esse diálogo, conduzido pela Aliança Democrática como representante da oposição e o então ministro do Interior, Sergio Onofre Jarpa, por parte do governo, permitiu a Pinochet ganhar tempo, não tendo conduzido a qualquer resultado concreto. Uma segunda tentativa de negociação, formulada através de um chamado Acordo Nacional, mais uma vez patrocinada pelo cardeal Francisco Fresno, também não atingiu os resultados esperados. Porém, na opinião de analistas e diplomatas, o duplo fracasso — o da mobilização de massas e o da negociação — terminou por enfraquecer ambas as estratégias.

Agora, transcorridos alguns meses do "ano decisivo", a Aliança Democrática e o Acordo Nacional estão submersos na cri-

1986 — Maio — nº 89



Pinochet recebeu uma carta confidencial do presidente norte-americano

se do imobilismo, ao mesmo tempo que as várias mobilizações de massas convocadas pelo MDP atraem fundamentalmente o combativo sector estudantil e as mulheres. Por enquanto, os apelos à mobilização não conseguem obter de novo uma resposta dos trabalhadores, dos sindicatos, nem dos amplos sectores da classe média, salvo alguns segmentos profissionais.

A convergência política que as cúpulas não conseguem atingir

tem outras expressões na sua base social. Isso reflectiu-se entre os sectores jovens que, no final de Março passado, subscreveram um acordo nesse sentido.

Ainda é uma incógnita se a generosidade, a maturidade e a amplitude demonstradas pela juventude se irão estender também ao mundo sindical e político. É possível, de acordo com declarações públicas, que, pelo menos, sejam celebrados acordos em torno de projectos concretos de mobilização de carácter "pacífico", condição esta imposta pelo centro político. Nesse campo, sectores da



Reagan: política zigzagueante até ao Chile



O fim da censura de imprensa é uma das reivindicações populares

Aliança Democrática, como o Partido Radical e os socialistas, iniciaram conversações bilaterais com o MDP que poderão dar frutos e arrastam, inclusive, atrás de si, o Partido Demócrata Cristão, na tese de levar avante, nos próximos meses, uma paralisação nacional, como vem defendendo o MDP.

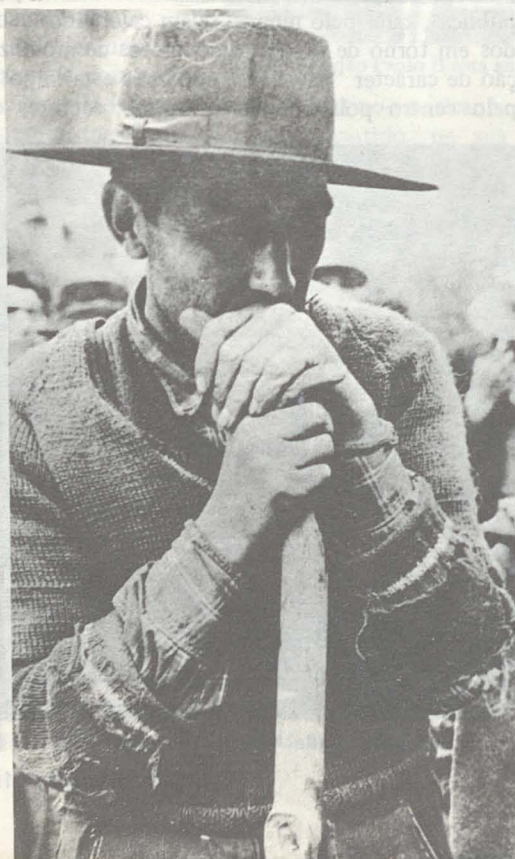
Forças armadas: mistério

Por sua vez, o governo trabalha com todo o empenho para impedir tanto a unidade da oposição como a realização da paralisação. Para isso, conta

com a até agora inquebrantável lealdade das forças armadas, o apoio norte-americano contrário a qualquer tipo de mobilização que permita um acúmulo de forças à esquerda e, paradoxalmente, com a força da crise econômica. O economista do setor socialista que integra a Aliança Democrática, Ricardo Lagos, afirma que a crise e sobretudo a dimensão da dívida externa são os principais factores que permitem

a Pinochet manter a adesão da burguesia chilena. Essa burguesia, inclusive sectores de pequenos proprietários altamente endividados, é da opinião que os seus interesses estarão melhor protegidos por Pinochet do que por qualquer outro futuro governo democrático, de tendência estatizante.

No entanto, esse quadro está relacionado com os rumores que costumam transpirar da cúpula militar. Chama a atenção dos observadores a transferência dos aviões *Mirage* para Punta Arenas, no extremo sul do país, onde está sediado o general Luis Danús na sua condição de superintendente de



A miséria em cifras

☐ A extrema miséria, que em 1970 afectava 10% da população, chegou a 30% em 1983. Enquanto 10% das famílias mais ricas detêm 46% do rendimento nacional, 10% das famílias mais pobres ficam com apenas 1,5%. Estes são alguns dados de um estudo do economista Jorge Rodríguez Grossi, publicado no livro "La distribución del ingreso y el gasto social en Chile 1983", editado pelo Instituto Latino-Americano de Doutrina e Estudos Sociais (ILADES).

A indigência é mais grave nas zonas rurais, onde chega a 55% da população. As famílias abaixo do parâmetro de pobreza, que constituem 55% da população do país, não têm habitação adequada. Existem, em média, 5,6 pessoas em cada família pobre, contra 3,5 em famílias com altos rendimentos. Paralelamente, a taxa de desemprego entre os chefes de família pobres foi de 20 a 22% em 1983, enquanto no total da população essa cifra não superou os 10%.

A indigência nas zonas rurais atinge 55% da população



Gabriel Valdés, presidente da DC chilena

maior região do país. Danús é considerado um dissidente da política de Pinochet e este ainda não conseguiu removê-lo da estrutura governamental. Danús é um general de prestígio, que apoia o desenvolvimento industrial e económico de carácter nacional, que condena abertamente os *Chicago Boys* que ainda detêm importantes posições no in-

terior do regime. Por que razão os mais poderosos aviões da força aérea foram transferidos para uma região comandada pelo único general do exército com uma imagem de opositor a Pinochet? Mistério.

São também misteriosas as tensões no seio da Junta de Governo, onde o insólito almirante José Toribio Merino realçou a necessidade de reformar a Constituição para melhor adequá-la à realidade do país. Segundo o outro membro da Junta, o general Julio Canessa, homem-chave de Pinochet por ser o representante do exército na cúpula militar, as reformas propostas estariam apenas relacionadas com problemas secundários e a opinião de Merino tem um carácter estritamente pessoal. No entanto, tudo isso deu margem para que o jornal de oposição *Fortín Mapocho* publicasse o seguinte título na primeira página: "A Junta está junta?"

As tensas relações do regime com os Estados Unidos tiveram efeito nas relações entre os militares. O general Sinclair, que fora durante muitos anos o braço direito de Pinochet na casa do governo, foi convidado a visitar os Estados Unidos. Após a votação norte-americana nas Nações Unidas de condenação ao regime chileno pela sua conduta de grave violação aos direitos humanos, o governo resolveu que Sinclair recusasse o convite por uma questão de "dignidade". A posição norte-ame-



O governo reprimiu o descontentamento popular que tomou corpo nas grandes jornadas de protesto de 1983

Processo por fuzilamento

□ A funcionária das Nações Unidas Roly Baltiansky apresentou recentemente em Copiapó, cidade desértica a 921 km para norte de Santiago do Chile, um processo judicial contra os responsáveis pelo "homicídio qualificado" do seu marido, o engenheiro civil e economista chileno Ricardo García Posada.

Segundo o atestado de óbito, García, que exercia a função de gerente geral da empresa mineradora estatal Cobresal, foi morto numa "execução militar" na madrugada de 17 de Outubro de

1973. Os advogados que defendem a causa, Héctor Salazar e Carmem Hertz, assinalam que a vítima não foi submetida a qualquer processo e, portanto, não teve a devida defesa.

A 11 de Setembro de 1973 — dia do golpe que derrubou o presidente Salvador Allende — García entregou as instalações da empresa às autoridades militares, mas permaneceu detido, sem acusação definida, à espera de processo, segundo declarou a viúva. Roly Baltiansky acrescenta que visitou o marido até 16 de Outubro, quando lhe foi assegurado que este teria um processo legal, com intimação e direito à defesa.

No dia seguinte, Ricardo Posada foi executado juntamente com outros 13 presos políticos.



As mulheres têm estado presentes na luta pela redemocratização da vida política e social do Chile

ricana foi outro recurso usado por Pinochet para pedir total lealdade aos seus generais.

Paralelamente, Pinochet conta, este ano, com uma ligeira melhoria das suas finanças, em decorrência da queda dos preços do petróleo, das taxas de juro e de um aumento das vendas do preço do cobre, principal produto de exportação do país.

Em resumo, na opinião de um alto dirigente do MDP, para que se torne realidade a palavra de ordem de que 1986 será o ano decisivo, é preciso que a oposição seja capaz de fazer um diagnóstico preciso da realidade nacional — um exame baseado mais nos factos do que em apreciações subjectivas — e alcance, ao mesmo tempo, uma sólida unidade política, para se poder apresentar ao país como

22 — terceiro mundo

uma verdadeira alternativa de poder, o que até agora ainda não foi atingido.

Enquanto isso, importantes sectores de mulheres, estudantes e jovens — estes, habitantes de populações marginais — unidos aos médicos e professores, dão um generoso e arriscado testemunho das suas esperanças em recuperar a democracia.

Mês após mês, eles procuram levar às ruas o ponto de partida de um processo sem regresso. São eles que dão a 1986 a conotação de um novo estado de espírito, de uma nova posição subjectiva para tentar impedir que o governo governe e para que se restabeleça, assim, a democracia. Os próximos meses serão difíceis, de coragem e de incertezas, em vários sentidos.

Fernando Reyes Matta

A gravação do golpe

Pela primeira vez desde o golpe militar, os chilenos tiveram uma versão sem censura das ordens e diálogos textuais de Pinochet na manhã de 11 de Setembro de 1973, reproduzidas por uma publicação alternativa chilena e depois, parcialmente, por algumas agências noticiosas internacionais. Seguem-se algumas passagens desse documento histórico, que mostram o diálogo entre o general Patricio Carvajal, chefe do Estado-Maior das forças armadas e o general Augusto Pinochet.

Carvajal: — Domínguez, o secretário da marinha, acaba de telefonar e disse-me que os três comandantes-chefes foram pedir-lhe a rendição do presidente.

Pinochet: — Tu sabes que ele não é fácil de dobrar. Antes pelo contrário. Se ele quiser, que vá ao Ministério da Defesa entregar-se aos três comandantes-chefes.

Carvajal: — Eu falei pessoalmente com ele. Intimei-o a render-se em nome dos comandantes-chefes e ele respondeu-me apenas com evasivas.

Pinochet: — Quer dizer que às 11 vão ao ar e vão ver o que vai acontecer.

(Pinochet referia-se ao bombardeamento de La

Moneda que seria levado a cabo caso Allende não fosse ao Ministério da Defesa render-se). (...)

Pinochet: — Eu tenho a impressão que o “senhor à civil” escapou nos tanques. E Mendoza, não tens contacto com ele?

Carvajal: — Não, mas nos tanques ele não fugiu. Os tanques tinham partido antes e posteriormente eu falei pessoalmente com ele pelo telefone.

Pinochet: — Certo, certo. Então é preciso impedir a saída. Se sair terá que ser preso.

Carvajal: — E também falei posteriormente com o oficial de ligação naval, que me confirmou que Allende está em La Moneda.

Pinochet: — Então é preciso estar pronto para agir sobre ele. Mais vale matar a cadela e acabar com a ninhada.

Carvajal: — Exactamente. A única coisa que estamos à espera é que os oficiais de ligação e os carabineiros saiam. (...)

Pinochet pergunta a Carvajal se Allende “não reagiu”.

Carvajal: — Não, até ao momento não reagiu. Acabo de falar com o oficial de ligação naval que está vindo de lá. Disse-me que 40 a 50 carabineiros, que estão em retirada, e 50 homens do GAP defenderam La Moneda. (...) O general Mendoza disse-me que está à espera que se retirem antes de continuar o bombardeamento. O oficial de ligação naval disse-me que o presidente está com uma metralhadora de 30 balas e que vai disparar o último tiro na cabeça. Era esse o estado de espírito em que se encontrava há uns minutos atrás.

Pinochet: — Essas são... (ruídos) nada mais. Esse idiota não atira nem nas... (parece dizer algo como ‘nos próprios pés’).

Bombardeamento do palácio de La Moneda: “mais vale matar a cadela e acabar com a ninhada”, palavras de Pinochet



Carvajal: — O general Mendoza está em contacto connosco e também com o general Brady, de modo que a coisa toda está bem coordenada.

Pinochet: — Às 10 para as 11 vou dar ordem de bombardeamento. Então, a essa hora, mais ou menos, os nossos homens têm que estar concentrados a dois quarteirões de La Moneda... Às 11 em ponto tem que começar o bombardeamento. Quer dizer, será preciso meterem-se praticamente nas valas, ou em qualquer lugar, porque pode passar a aviação e atingir as nossas tropas. (...)

Pinochet: — Certo. Outra coisa, Patricio. Às 11 da manhã em ponto é preciso atacar La Moneda, porque esse galo não vai entregar-se.

Carvajal: — Já está a ser atacada. Está a ser cercada e atacada com bastante força. De modo que acho que em breve vão poder tomá-la.

A essa altura Carvajal insiste perante Pinochet na possibilidade dos comandantes-chefes irem a La Moneda como havia sido proposto por Allende.

Pinochet: — Não. Ele que vá ao Ministério da Defesa.

Carvajal: — Que vá ao Ministério da Defesa.

Pinochet: — Ele irá?

Carvajal: — Não. Ele recusou-se. (...)

Pinochet: — O plano dele é levar-nos para lá e enfiar-nos num sótão... Então não, de forma alguma (ruídos). Ele que vá ao Ministério da Defesa. Iremos todos para lá. Por enquanto, ataque La Moneda. Com toda a força.

Carvajal: — Está a ser feito.

Carvajal: — Certo, certo... O comandante Badiola está em contacto com La Moneda. Vai transmitir-lhe esta última oferta de rendição. Acabam de me informar que haveria intenção de dialogar.

Pinochet: — (ruídos na gravação) Ele tem que ir ao Ministério acompanhado de poucas pessoas...

Carvajal: — Eles estão a propor dialogar.

Pinochet: — Rendição incondicional, nada de dialogar. Rendição incondicional.

Carvajal: — Muito bem, certo. Rendição incondicional levando-o preso, oferecendo-lhe apenas o respeito à sua vida, digamos.

Pinochet: — À vida e à sua integridade física e em seguida vai ser despachado para outro lugar.

Carvajal: — Certo, quer dizer que se mantém a oferta de tirá-lo do país.

Pinochet: — Mantém-se a oferta de tirá-lo do país... E o avião cai, meu velho, quando estiver em voo.

(Risos)

Carvajal: — Certo, certo. Vamos tentar resolver assim. (...)

Terminado o bombardeamento, o Posto 5, a partir do Ministério da Defesa, informa Pinochet "meu general, La Moneda está totalmente cercada não há qualquer possibilidade de alguém sair".

Pinochet: — O presidente Allende está aí dentro? Tem certeza que o senhor Allende está aí?

Posto 5: — Creio que o presidente está em La Moneda ou o que sobra dele.

Pinochet: — Certo.

Pinochet: — O senhor Allende está a ganhar tempo, porque estão-se a formar grupos armados e o helicóptero viu-os. Por essa razão está a ganhar tempo.

Carvajal: — Certo. Enquanto isso continuem a atirar. Enquanto não saírem com a bandeira branca vai-se continuar a atirar.

Pinochet: — Mantenham o fogo até ao fim.

Carvajal: — Certo. As tropas já estão prontas para tomar La Moneda. De forma que, de qualquer maneira, vão ser presos dentro em pouco. (...)

Há uma longa pausa na transmissão. Pela primeira vez Carvajal comunica-se simultaneamente com Leigh e Pinochet.

Carvajal: — Gustavo e Augusto, é Patricio. Há uma informação do pessoal da Escola de Infantaria que está dentro de La Moneda. Pela possibilidade de interferências, vou transmitir em inglês: *They say that Allende committed suicide and is dead now*. Digam-me se entenderam.

Pinochet: — Entendido.

Leigh: — Entendido perfeitamente.

Carvajal: — Augusto, em relação ao avião para a família, não haveria urgência então para essa medida. Creio que não haverá urgência em retirar a família imediatamente.

Pinochet: — Ponham-no num caixão e embarquem-no num avião, meu velho, juntamente com a família. Eles que façam o enterro noutro lugar, em Cuba. Se não, vai haver mais confusão no enterro. Esse até para morrer deu problemas!

Carvajal: — Certo. A informação está dada, vai manter-se reservada.

Pinochet: — Patricio, o avião com o caixão e manda-se enterrar em Cuba (...) É bom considerarmos que pode haver duas alternativas: ou o enterremos aqui, de forma discreta, ou levamo-lo para enterrar em Cuba ou noutro lugar. Quero resposta imediata.



SOCIEDADE COMERCIAL DE
IMPORTAÇÃO E EXPORTAÇÃO, LDA.

- Comércio internacional de produtos alimentares e bens de consumo.

- Importação e exportação de bens de equipamento.
- Agentes exclusivos de várias indústrias de todos os continentes.

IMPORT-EXPORT
O CONTACTO PRIVILEGIADO PARA ÁFRICA E MÉDIO ORIENTE

O Rio de Janeiro é muito mais que um cartão postal do Brasil



O Estado do Rio de Janeiro não é só feito de belezas naturais. É, acima de tudo, uma grande oficina de trabalho. Por isso, somos

o segundo pólo de desenvolvimento e o maior centro financeiro do Brasil. Nossas empresas produzem, em escala de exportação, alimentos e bebidas, peles e manufaturas de couro, papel, produtos químicos, plásticos e têxteis, borracha natural e sintética, aparelhos elétricos, produtos metalúrgicos e muito mais. E, além disso, concentramos o maior número de empresas de consultoria de engenharia, o Rio de Janeiro tem o principal aeroporto e o segundo maior porto do Brasil.

O BD-Rio, como agência financeira de fomento, tem a função de trabalhar pelo desenvolvimento do Estado. Por isso,

o BD-Rio deseja ser o elo entre nossas empresas exportadoras e os importadores estrangeiros, potencializando o potencial de nossos produtos. Elo que ajuda a unir povos amigos. Use o BD-Rio para fazer contatos com as empresas do

Rio de Janeiro. O BD-Rio terá sempre a solução adequada para a sua expectativa

GOVERNO DO
ESTADO DO
RIO DE JANEIRO
- BRASIL



BD-Rio

BANCO DE DESENVOLVIMENTO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO S.A.

Praia do Flamengo, 200 - 23º, 24º e 25º andares

Rio de Janeiro - Brasil - CEP.22210

Tel.: 205.5152 (PABX) - Telex (021) 22318

Filiado à Associação Brasileira de Bancos de Desenvolvimento - ABDE

Chile

Carta aberta a Pinochet

O general reformado Roberto Viaux Marambio divulgou a 7 de Março último, o que chamou de "carta aberta ao meu companheiro de curso", dirigida ao ditador Pinochet, através da imprensa chilena. A importância do manifesto, cujo conteúdo apresentaremos a seguir, reside no facto de que o autor é um velho conspirador da extrema-direita militar. O que significa que Pinochet conseguiu reunir contra si, neste momento dos acontecimentos, o mais amplo espectro de posições políticas e ideológicas existentes no país.

No final do governo democrata-cristão presidido por Eduardo Frei, em 1969, Roberto Viaux liderou o motim do Regimento Tacna, conhecido como "El Tacnazo", em protesto pela "falta de atenção aos problemas militares". No ano seguinte, Viaux participou na tentativa de sequestro do então comandante-chefe do exército, general René Schneider, que morreu em consequência dos ferimentos de bala sofridos no incidente.

Durante o julgamento realizado na ocasião, o próprio Viaux reconheceu que a acção contra o general Schneider foi "uma tentativa de impedir que assumisse a Presidência da República o candidato de esquerda Salvador Allende". No final do processo e do período de prisão, o general Viaux foi condenado ao desterro e desde então reside no Paraguai. Depois do golpe de 1973, Viaux dirigiu críticas ao "modelo económico" do regime militar, que qualificou de injusto.

Segue-se a carta:

Santiago, 7 de Março de 1986
Senhor General
Augusto Pinochet Ugarte
La Moneda

Oxalá esta carta nunca tivesse sido necessária! As suas palavras eram para ter sido ditas directamente numa conversa privada. Mas ela não foi possível porque tu não quiseste.

No ano de 1980, solicitei-te uma audiência. Respondeste-me, por escrito, que devido aos teus

"múltiplos afazeres" não dispunhas de tempo...

Como era diferente o teu comportamento anti-gamente!

Dirijo-te a presente por um imperativo inadiável da minha consciência de chileno e de soldado. Perante a história, perante o povo do Chile e perante as forças armadas, o meu silêncio tornar-me-ia teu cúmplice no desencadeamento de graves factos que poderiam ocorrer no país.

Um grande número de chilenos vimos com satisfação o aparecimento do governo militar. Acreditávamos que com a participação da maioria do povo, se encontrariam as bases para uma democracia renovada. Esperávamos que fossem interpretados os nossos anseios no sentido de uma maneira de agir diferente e de um novo estilo de vida austera, honesta e solidária.

Desejávamos que os que ficassem à frente do Estado fossem sobretudo homens ao serviço da pátria, inspirados em princípios de justiça, de respeito e de trabalho.

Finalmente, esperávamos para curto prazo a realização de eleições livres, secretas e com a livre expressão dos partidos, onde seriam eleitos os mandatários do país com respeito estrito a uma Constituição moderna, democrática e solidária.

Como estávamos enganados!

A partir do meu exílio pude comprovar com dor como desmoronaram os propósitos anunciados pelo governo militar! Como apareceram as ânsias desmedidas de poder! Como, em vez duma rotatividade na Presidência pelos comandantes-chefes das forças armadas e da polícia, como se ha-

via pensado no início, esse lugar foi ocupado por um governo personalista que, além de tudo, actuava ao mesmo tempo como poder executivo e legislativo, ainda por cima com po-



General Roberto Viaux Marambio

deres constituintes e poder judicial...

Creio que dissipaste o futuro do Chile e o prestígio das forças armadas...!

Manténs uma dívida externa de um volume nunca antes igualado na nossa história. Ela atinge um montante por pessoa que é um dos mais elevados do mundo. Ao mesmo tempo, o endividamento interno levou praticamente à falência numerosos sectores da população, da produção e dos serviços, sem possibilidades de recuperação por si só.

Tens um povo faminto que, para sobreviver, vende os seus corpos e as suas mentes, enquanto observa angustiado que as necessidades mais primordiais dos seus familiares não conseguem ser satisfeitas.

Os jovens estão sem rumo. Os que têm a sorte ou os meios económicos para terminar os estudos, não encontram trabalho e têm que emigrar para outros países para obter o seu sustento. Se isso não lhes é possível, têm que se conformar com trabalhos ocasionais, frustrando-se, ressentindo-se ou convertendo-se em delinquentes.

Diferentes órgãos de imprensa estão controlados pelo Estado, em consequência das vultosas dívidas mantidas pelas respectivas empresas. Por isso não permitem que se publique nada que te possa incomodar.

Assim, no meio de um silêncio cúmplice, avançamos aceleradamente para o caos.

As transmissões de televisão não são mais do que um coro que tu diriges. Graças aos teus testas-de-ferro, deformas a realidade e desinformas a opinião pública.

Nas tuas constantes viagens à província preparaste manifestações "espontâneas" que tu queres acreditar como expressão do afecto popular. Não te enganes, pois são ilusórias essas acolhidas. São a condição económica e o medo que movem essas poucas pessoas.

O chileno sempre foi um povo altivo, tu transformaste-o num bando de escravos. Cada chileno que não pense como tu corre o risco de ir para a prisão ou para o exílio. Enquanto isso, tu circulas com a tua corte de aduladores.

Permitiste que fosse implantado um esquema económico que exige a exploração desumana dos trabalhadores e uma alta taxa de desemprego que actua como travão para as suas legítimas reivindicações, em benefício de grupos económicos nacionais e de interesses estrangeiros.

E para justificar tudo isto, declaras-te em guerra permanente contra o "comunismo". Isso acarretou lutas cruéis, com mortes, desaparecimentos, exí-

lios, prisões e torturas.

Parafraseando Voltaire: ainda não te deste conta de que as ideias não podem ser degoladas?

Depois de 12 anos e meio do teu governo, o "comunismo" está mais forte do que nunca. Já pensaste qual é a razão disso?

Eu vou dar-te: há uma imensa massa de homens sem trabalho, que passam fome juntamente com as suas famílias, que são oprimidos pelas necessidades, que vivem cheios de medo e de desespero.

Essas pessoas só encontram solução na violência e vêm no seu desencadeamento a sua última esperança. É precisamente isso que lhes oferece o comunismo!

E no desenvolvimento dessa guerra, estás a cometer um erro imperdoável contra o Chile e as suas forças armadas, ao identificar estas com um processo social fracassado e desumano, o que provocará nos nossos camaradas o repúdio e o ódio ao seu próprio povo como nunca aconteceu antes na nossa história. As forças armadas estão ao serviço da nação e não apenas do governo e menos ainda de um homem.

Em lugar de continuares a favorecer pequenos grupos económicos que, fria e premeditadamente, planearam a utilização do sacrifício das forças armadas para satisfazer os seus desejos insaciáveis de riqueza, abre os olhos e vê.

Não vês que estás a levar o país para um conflito de consequências imprevisíveis?

A vida dos povos é regida por uma lei inexorável: a do pêndulo.

Não pensaste ainda que depois da tua ditadura e se continuares por este caminho, pode vir outra de sinal contrário?

Nunca te deste conta de que se isso acontecer, poderá ocorrer uma ocupação estrangeira do nosso território, já que várias potências não permitirão que um governo de extrema-esquerda assuma o poder no Chile?

Isso significaria a destruição do Chile e das forças armadas.

Recorda que em 1931 o general Carlos Ibáñez del Campo renunciou porque não queria que por sua causa fosse derramada "nem uma gota de sangue chileno". Como a tua atitude tem sido diferente!

O nosso actual regime foi reprovado pela quase totalidade dos demais países. Isto significa um enorme prejuízo para os chilenos. O culpado disso és tu.

Violaste os direitos humanos. O governo foi muitas vezes de uma crueldade assombrosa. Por



Viaux: "violaste os direitos humanos. O governo foi muitas vezes de uma crueldade assombrosa"

Ag. Keystone

isso foste alvo da condenação da opinião pública mundial e provocaste no interior do país uma carga explosiva de ódios, cada vez mais profundos.

Não te sintas seguro pelas efémeras satisfações materiais de que gozas agora. A longo prazo, não te servirão para nada. Também não baseies o teu futuro na existência das adulações que terminam por corroer a consciência e sujar a alma.

O que esperas? Que o povo, para recuperar o caminho do seu verdadeiro destino, se levante em armas? Ou que um general do activo, zelando pela salvação do Chile, se revolte e, apoiado pelos seus subalternos e pelos civis, diga "basta"?

Um ditame de consciência e a defesa do povo do Chile e das suas forças armadas obrigaram-me a escrever-te.

Nós, homens, estamos neste mundo de passagem. O que permanece é a pátria e as suas instituições fundamentais. A pátria existirá sempre e nunca deixará de haver jovens. Eles, quer queiras quer não, são o futuro do Chile.

Solucionar os enormes problemas do presente é tarefa de todos. Para consegui-lo é mister um mínimo de acordo entre as forças armadas e a sociedade civil. Tu és o obstáculo.

Estou absolutamente convencido de que sob as

supremas inspirações do amor pátrio e do respeito igual para todos os homens, o Chile pode encontrar um caminho democrático de reconciliação, de paz e trabalho, de esforço criador e de liberdade. Tudo isso com justiça, sem represálias. A sociedade civil unida e as forças armadas inspiradas nos seus ideais primordiais de sempre, podem e devem consegui-lo.

A minha fé na pátria não foi demonstrada através de meras declarações. Eu demonstrei-a com actos de serviço e de sacrifício.

Dediquei toda uma vida ao serviço do exército do Chile. Cheguei aos mais altos postos e coloquei-os à disposição dos meus camaradas.

Por isso sinto-me autorizado a dirigir-me a ti; como companheiro de curso, convido-te à meditação e ao raciocínio.

Invoco os teus sentimentos de amor à pátria que — espero — ainda se conservem no teu coração. Assim, guiado pelo Todo-Poderoso, possas levar a cabo um acto de extrema renúncia...

Abandona o poder pelo bem do Chile!

Ainda é tempo!

Fá-lo antes que seja tarde!

Roberto Viaux Marambio

General na reserva

Chile

Quando, durante a última entrega do Oscar, foi anunciado o melhor filme estrangeiro a "TV Nacional do Chile" passou a transmitir publicamente. Quando a transmissão voltou ao estúdio o apresentador, Antonio Vodanovic, o mesmo do Festival de Viña del Mar, disse: "para dizer a verdade fomos surpreendidos. Durante a publicidade e sem estar previsto, foi entregue o prémio para o melhor filme estrangeiro. Ganhou a Argentina".

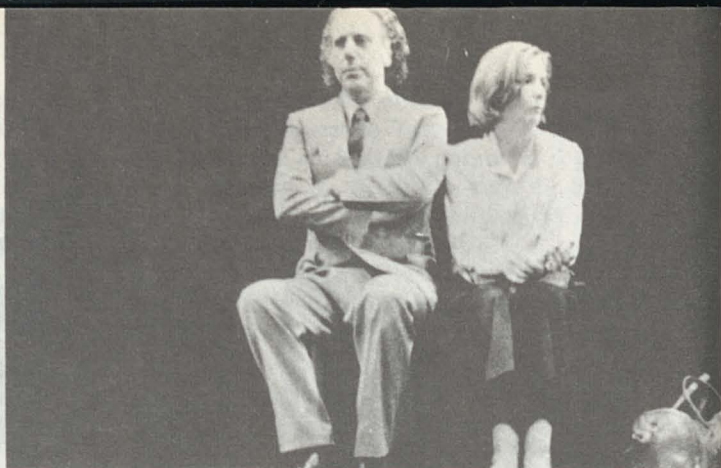
E nada mais foi dito, nem o nome, nem o conteúdo da película. Não foi igualmente referido o que cerca de mil milhões de pessoas assistiam em 76 países: que o filme argentino era "La hora oficial", o primeiro filme latino-americano a ganhar um Oscar e que o seu tema trata dos desaparecidos e das crianças raptadas e adoptadas ilegalmente durante a ditadura militar.

Logicamente, também não foram transmitidas as palavras do realizador do filme premiado, Luis Puenzo, que disse:

— "Enquanto aceito aqui esta honra, não posso esquecer que num outro 24 de Março, há dez anos, sofremos o último golpe militar no meu país. Nunca esqueceremos esse pesadelo, mas agora estamos a dar início a novos sonhos".

Tudo o que não foi transmitido pela televisão oficial chilena com uma explicação tão pouco convincente, o país teve conhecimento no dia seguinte através dos noticiários das rádios democráticas. Tanto a "Rádio Cooperativa" como a "Rádio Chilena" forneceram pormenorizadas explicações sobre o prémio, o seu significado e da presença no filme do chileno Pato Contreras como principal actor secundário. O paradoxo da situação ficou claro quando as rádios transmitiram a notícia com a gravação directa da entrega do Oscar difundida pela "Voz da América" em Washington.

"Aham que somos tolos", comentou uma mulher, empresária, à entrada de um banco, quando



Nissin Sharim e Delfina Guzmán do ICTUS, doze anos de teatro livre

A Cultura: esse grito de liberdade

foi abordada para que comentasse o facto.

Esta é uma questão que sempre aparece quando se pensa nos fenómenos da comunicação e da cultura no Chile: o que pretende o governo com a sua estratégia? Porque é que deixa espaço para tantas manifestações de cultura de contestação que nunca ocorreram noutros regimes militares do continente latino-americano e, ao mesmo tempo, aplica a censura em áreas tão óbvias para a maioria? Ou será que na realidade a maioria não chega a aperceber-se de tanta repressão, censura, silêncio e frases cortadas que o regime vai

Teatro, canto, video, murais e revistas tentam criar uma cultura que fala de liberdade e de novos tempos. São os espaços da antecipação democrática

deixando como rasto no seu caminho?

Em muitos aspectos a comunicação e a cultura têm sido um cenário de paradoxos durante estes anos. E continua a ser.

Criar, mais do que nunca

De 1981 a 1985 foram produzidos no Chile 235 documentários, reportagens e curtas-metragens de ficção gravados em video. Alguns deles, como é o caso de "Sexto A", protagonizado pelo teatro

ICTUS, é uma produção que cumpre com todos os requisitos do género cinematográfico. Nunca antes no Chile se fez uma produção dessa dimensão. Trata-se de uma força expressiva desenvolvida sob a ditadura para registar, para dizer e para ver aquilo que a televisão oficial ignora, oculta, sufoca.

O video é uma tecnologia que no Chile foi arrancada do modelo transnacional de consumo original pelas mãos e olhos dos criadores. E em muitos casos o fenómeno não acontece apenas no campo da produção, mas também na distribuição. Só um instituto, o ILET, tem 85 unidades para distribuição, a maior parte delas dedicada às diversas áreas onde actuam as transnacionais, a nova canção latino-americana nas suas diversas manifestações, os processos latino-americanos urgentes, como são os acontecimentos na América Central ou os debates no sentido de evitar as consequências da dívida externa nos países da região.

O video é apenas um exemplo, uma área dos "espaços de liberdade".

Durante o Verão, época habitualmente de baixa actividade cultural porque as pessoas saem de Santiago de férias, organizou-se um festival num bairro localizado junto ao monte de San Cristobal: o bairro Bellavista. Caracterizado pelas suas casas antigas, de duas janelas e uma porta dando para a rua, casas da classe média do início do século, o bairro movimentou-se com o aparecimento simultâneo de um fenómeno que até agora vinha a desenvolver-se silenciosamente: a existência de quatro galerias de arte, três teatros, quatro centros musicais e associações, cerca de cinco restaurantes, vários antiquários. Todos se juntaram para criar uma série de actividades simultâneas, onde ocorreram boas peças de teatro, exposições de pintores novos e no exílio, tudo com a animação permanente duma juventude ansiosa por demonstrar a sua alegria e irreverência.

Bellavista mostrou um outro Chile. O seu significado foi traduzido na frase de um transeunte, quando entrava numa galeria de arte:

— "É como se estivéssemos em democracia!"

Os que conhecem a democracia, depararam com os símbolos doutras épocas. Os rituais de uma cultura aberta. Os jovens, para quem a democracia é uma utopia (mais de 7 milhões de chilenos têm menos de 30 anos numa população de 12 milhões), tiveram uma antecipação, uma "visão" do que poderia acontecer sem censuras e estados de sítio. Sem proibições nem toques de recolher.

Um grande teatro

Para qualquer observador do desenvolvimento cultural chileno do passado e analista objectivo do presente, a conclusão é que o teatro destes últimos 10 a 12 anos é mais rico, mais assente na realidade local, mais profundo, mais emocional, mais próximo do ser nacional do que o feito noutras alturas. Obviamente, é um teatro mais comovedor, comprometido e profundo do que aquele realizado sob a Unidade Popular. As explicações podem ser muitas, mas a verdade é que o teatro dos grupos independentes percorrem as fronteiras do possível muito além do que o regime teria desejado. Grupos como o ICTUS, "Cámara Negra" e mais recentemente o "Nuevo Grupo", são exemplos de uma busca no



sentido de trazer os problemas ocultos para uma denúncia aberta. A demissão forçada, o exílio, a opressão do poder económico, a ilusão do *boom* económico e os *Chicago Boys*, a tortura, os desaparecidos, são temas que o teatro chileno pôs em cena com coragem, com dignidade profissional, com uma conduta que não fez concessões nem à linguagem panfletária nem ao regime.

Por isso viram-se no Chile obras como "Primavera con una esquina rota" de Mario Benedetti, numa versão apresentada pelo ICTUS; ou "Regreso sin causa", uma dramática expressão do exílio na Suécia e os meses após o regresso ao Chile, reflexo duma duríssima realidade humana que atraiu milhares de espectadores durante mais de um ano. Um teatro que também retoma o drama dos desaparecidos e a necessidade de denunciar, de atrever-se a falar, como faz este ano o teatro ICTUS com "Lo que está en el aire". Esta obra soma à sua qualidade a presença do veterano actor Roberto Parada, pai de um dos três militantes degolados em Março de 1985, facto que comoveu o país.

A música está viva

Na noite de sexta-feira santa, o Café del Cerro estava com a sua lotação esgotada. A maior parte do público, gente jovem, estava ali para assistir a uma nova apresentação de Isabel Aldunate, uma voz surgida durante a ditadura, já com dois "LP" gravados e duas *tourneés* pela Europa. A sua voz forte, doce, de timbre alto e firme, não dá tréguas. Interpreta canções da guerra civil espanhola, da nova trova cubana, músicas brasileiras e, especialmente, as canções criadas durante estes últimos anos no Chile. Ouvir Isabel Aldunate cantar "El cazador" pode superar a experiência que se teve em muitas outras apresentações na América Latina. Cantando quase sem instrumentos, suscitando coros e murmúrios do público faz brotar lágrimas quando diz que *cientos de palomas se lanzan sobre el cazador pidiendo justicia*. As pombas buscam os seus desaparecidos.

"O que aconteceu nestes anos no Chile é consequência da coragem, do ímpeto de manter viva a cultura e, porque não dizer, da nossa enorme irresponsabilidade em nos dar conta dos perigos que corríamos", diz Ricardo García, director da editora discográfica Alerce, surgida em 1976 e que trouxe, entre outros cantores, a nova trova cubana e todo o canto chileno que estava no exílio. Hoje conta já com um catálogo de 200 títulos e realizou uma tarefa que nenhuma outra editora de dis-

cos fez antes no Chile. Mais um exemplo da cultura e da comunicação alternativa.

Juntamente com a música, existem as revistas, às vezes fechadas, censuradas, mas avançando sempre, sem concessões. Cada vez mais revistas vão construindo o seu próprio perfil. *Cauce* mantém-se na linha da denúncia, sabendo que quando voltar a democracia o seu destino não será claro. *Análisis* é a sentinela da luta pela reconquista da democracia a partir das perspectivas políticas mais à esquerda, embora com um conteúdo em muitos aspectos pluralista, em termos dos seus colunistas e entrevistados. A *APSI* tornou-se a revista da irreverência, da criatividade jovem, da sociedade que se olha ao espelho sem complexos.

Não é fácil dizer quais delas perdurarão quando a democracia chegar.

"Esse é um outro problema, mas haverá tempo para nos ocuparmos dele. Por enquanto trata-se de expulsarmos o tirano", diz um dos directores destas publicações semanais e quinzenais. Todas elas constituem uma ampla e rica experiência de imprensa alternativa, que volta os seus olhos para a Argentina, o Uruguai, o Brasil e outros países para não cometer os mesmos erros. Será possível?

A cultura é muito mais do que tudo o que mencionámos. É o grito de milhares de pessoas no estádio, é a irreverência dos jovens que enfrentam a polícia quase com uma alegria superior, é a criatividade desconcertante das mulheres nas suas manifestações e actos de mobilização. É também o que está a ser criado pelos intelectuais, pelos escritores jovens, pelos novos pintores, por uma geração que nasceu quando Allende venceu e que hoje sai à rua com a sua adolescência e o seu ímpeto de mudar aquilo que as "cúpulas políticas" não podem alterar.

A cultura no Chile está cada vez mais atrevida porque são os jovens que a impulsionam. Eles sabem que perdurarão no tempo muito mais do que Pinochet e, porque sabem isso, atiram-se no presente para romper os muros concebidos pela ditadura. Fazem-no para resgatar a memória, para recuperar as raízes e o sentido duma cultura que vinha de longe e, ao mesmo tempo, dar passagem às utopias, aos sonhos do futuro.

Nem sempre os dirigentes políticos vêem estas realidades no Chile. Às vezes, fechados na complexidade dos seus rituais de desunião, acabam por criar uma anticultura perante uma juventude que já começou a cultivar as suas próprias flores porque não tem tempo para esperar que outros façam chegar a Primavera.

Assine

cadernos do
terceiro mundo

Todos os meses,
em sua casa,
informação
especializada
com menor custo.

cadernos do
terceiro mundo

ANGOLA:
Dez anos de
independência



cadernos do
terceiro mundo

REAGAN:
A ALIANÇA
COM O
TERRORISMO



Circulação
em 70 países.
Correspondentes
no exterior
4 edições em 3
idiomas. Matérias
exclusivas.
Desde 1978
em Portugal

E o privilégio de
20% de desconto
em todas
as nossas
edições

cadernos do
terceiro mundo

1974-1984
Uma luta de dez anos



cadernos do
terceiro mundo

CONVENÇÃO DE LOMÉ
UMA RELAÇÃO
NORTE-SUL
DIFERENTE?



Salvador
A estratégia
da pacificação

Assinaturas
Portugal

anual (12 números + 1) 850\$
semestral (6 números) 500\$
Espanha (12 números + 1) 900\$

Estrangeiro
Anual (12 números + 1)
por via aérea
Europa, Angola, Moçambique,
Cabo Verde, Guiné-Bissau e São
Tomé e Príncipe: 23 dólares USA
Restantes Países: 28 dólares USA

Tricontinental Editora, Lda.
Calçada do Combro, 10-1.º
1200 LISBOA
Telefones 320650/320751
Telex 42720 CTM TE P

• BENGUELA
Livreria 10 de Fevereiro

• BIÉ
Livreria 11 de Fevereiro

• CABINDA
Livreria Lunda
Quiosque Maiombé

• CALULO
Livreria 17 de Setembro

• DONDO
Livreria 2 de Março

• GANDA
Livreria 1.º de Maio

• HUAMBO
Livreria 8 de Fevereiro
Quiosque Albano Machado

• HUÍLA
Livreria 27 de Março

• K. KUBANGO
Livreria Kilamba

• KUANZA-NORTE
Livreria 10 de Dezembro

• KUANZA-SUL
Livreria Aníbal de Melo

• LOBITO
Livreria 11 de Novembro

• LUANDA
Casa da Venda
Armazém Venda Grosso
Quiosque 4 de Fevereiro
Livreria Centro do Livro
Livreria Augusto N'Gangula
Livreria 4 de Fevereiro

• LUNDA-NORTE
Posto de Venda

• LUNDA-SUL
Livreria Deolinda Rodrigues

• MALANGE
Livreria 1.º de Agosto
Quiosque N'Dongo

• MOXICO
Livreria 14 de Fevereiro

• NAMIBE
Livreria Lutuima

• NEGAGE
Livreria Saily Mingas

• SOYO
Livreria Lundogi

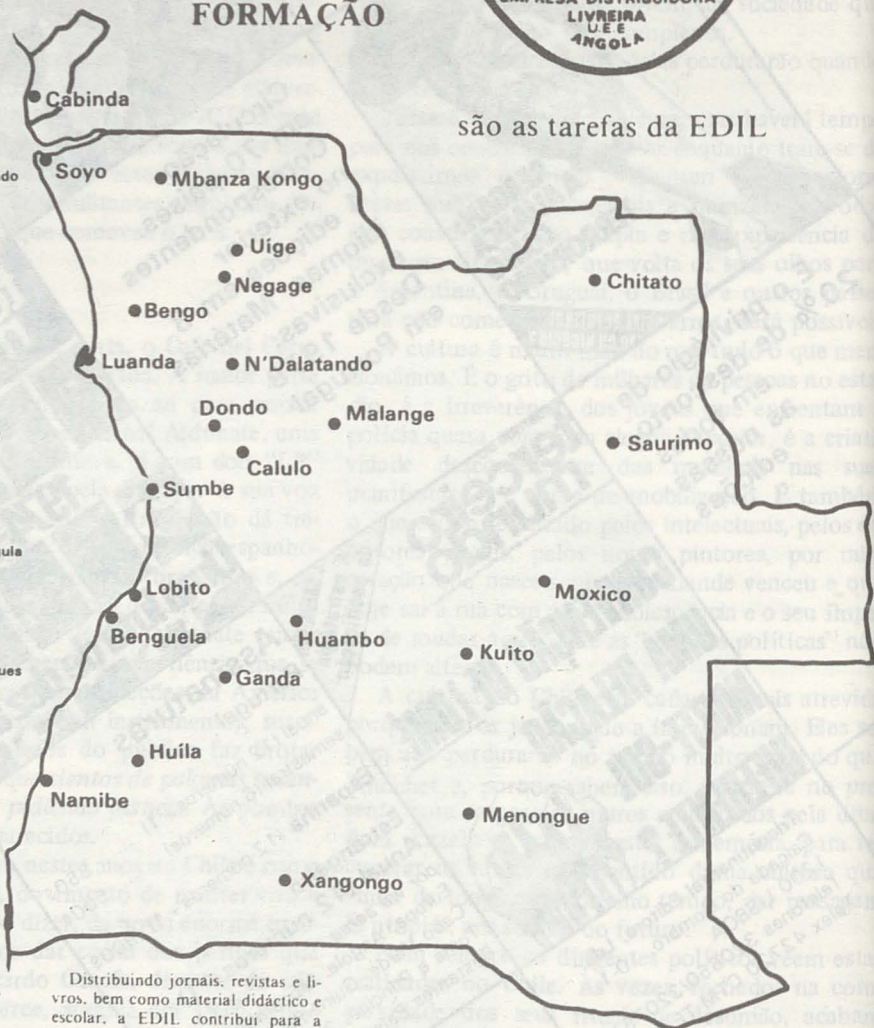
• UÍGE
Livreria 10 de Dezembro

• ZAIRE
Livreria Sagrada Esperança

LEVAR: INFORMAÇÃO CULTURA CIÊNCIA FORMAÇÃO



são as tarefas da EDIL



Distribuindo jornais, revistas e livros, bem como material didático e escolar, a EDIL contribui para a formação cultural do povo de Angola. A EDIL é a distribuidora exclusiva de cadernos do terceiro mundo para todo o território angolano.

EDIL Empresa Distribuidora Livreira
Caixa Postal 1245 — Rua da Missão, n.º 107/111
Luanda - República Popular de Angola

Chile

Hortensia Allende: "A Junta está isolada sem qualquer apoio"

A viúva do presidente Salvador Allende conversou recentemente com *cadernos do terceiro mundo* durante uma breve passagem por Lisboa. De olhar cansado, Hortensia Allende referiu a urgente necessidade de unidade entre toda a oposição e considerou inadiável o regresso à democracia.

Que balanço faz da actual situação chilena?

— A situação é de profunda crise económica, política, social e moral. O Chile viveu nestes 13 anos de ditadura o maior retrocesso da sua história. Este tem sido o governo mais longo, mais obscuro, mais sangrento e mais estéril que já se viveu no país. O Chile é actualmente o país mais endividado *per capita* em todo o mundo. Segundo números oficiais, o desemprego varia entre 13 e 16%, mas o número real é superior a 30%, havendo províncias em que ultrapassa os 60%. Nos bairros marginais, os jovens não podem estudar, nem trabalhar: não têm esperança. O produto nacional desceu a um valor inferior ao de antes de 1973 e o cobre desvalorizou-se à semelhança do que se passa com o petróleo.

Pertence a algum partido?

— Sou a favor da democracia não estando com qualquer partido ou coligação enquanto não houver unidade.

Mas a oposição consegue unir-se em torno de questões concretas...

— O ano de 1986 foi declarado como ano decisivo da mobilização social em que todos aguardam a queda de Pinochet. Neste ponto, por exemplo, todos estão de acordo. Atingiu-se a saturação, já ninguém aguenta...

"Não esqueçamos Olof Palme"

Como poderá o Chile pagar a dívida externa?

— O caso do Chile não é único no Terceiro Mundo. Existem muitos outros países igualmente incapazes de pagar a dívida externa. Principal-

Carlos Pinto Santos



Hortensia Allende:
"a oposição tem que se unir"

mente agora, com a queda brutal do preço do petróleo, existem países como o Equador, Venezuela, México, que estão

com graves problemas. Uma das formas de violação dos direitos humanos é a obrigação de pagamento destas dívidas externas que são grandes golpes para as nossas economias. Por isso a dívida tem forçosamente que ser negociada politicamente e há que obter a descida da taxa de juro.

Não nos podemos esquecer que foi Olof Palme, com o seu grande espírito humanista, quem disse que haveria que perdoar as dívidas aos países do Terceiro Mundo. Oxalá os países latino-americanos, que devem mais de 360 mil milhões de dólares, se unam todos para tomar medidas.

Acredita que, tal como prometido, se realizarão eleições em 1989?

— A situação do Chile não está para eleições em 89. A oposição tem que se unir mais em torno de gente nova. Não se pode esperar até 89, isso é muito tarde. A nossa gente quer a democracia agora!

Considera legítimas todas as formas de luta?

— O Haiti e as Filipinas têm que servir de exemplo porque não houve custos sociais. Eu não sou a favor de uma solução armada porque o povo não está armado e o exército, em contrapartida, está-o extraordinariamente. Mas acredito num confronto popular no sentido de se chegar a uma paralisação geral nacional de toda a população civil sem excepção, que dure vários dias e em que fique bem claro que a Junta está isolada e sem qualquer apoio.

Existem diversas formas de luta: o protesto, a manifestação, etc.. Serão estas que culminarão no presente ano com uma paralisação nacional, ainda não se sabe em que data porque há que haver consenso. Há que parar todo o país. É isso que se pretende atingir em 1986.

Guimar Belo Marques

Chile

A bomba que, em Janeiro passado, matou 29 trabalhadores e destruiu a fábrica número dois da indústria de armamentos Cardoen, em Iquique, dois mil quilómetros ao norte da capital chilena, lançou também para primeiro plano a nova indústria armamentista deste país sul-americano.

Uma bomba de fragmentação de 8.500 dólares, "a mais barata do mercado", capaz de arrasar uma superfície de 50 mil metros quadrados, explodiu em "Alto Hospicio", uma instalação militar cedida pelo exército a Carlos Cardoen, empresário de 42 anos, orgulho do regime. Nas exéquias dos operários, o bispo de Iquique, monsenhor Javier Prado, irmão de um ministro de Pinochet, denunciou o fabrico de armamentos como um "pecado social". Cardoen retirou-se da igreja de forma ostensiva nesse momento da homilia. A Conferência Episcopal Chilena, por sua vez, assinalou o cruel paradoxo existente no facto de que armas destinadas a matar outros homens tenham provocado a morte dos próprios chilenos.

Houve violentos protestos por parte das organizações sociais e dos sindicatos, enquanto que a investigação sobre o ocorrido ainda está em curso. A opinião pública, perplexa, ainda não se recuperou do acidente, porque depois da tragédia veio a público que os jovens trabalhadores que morreram na explosão trabalhavam doze horas por dia e ganhavam apenas 15 mil pesos (cerca de 75 dólares) por mês.

Apenas a imprensa marginal se atreveu a lançar perguntas polémicas como: quem está por trás de Cardoen e tira proveito do negócio? Como é que uma fábrica privada funciona em instalações militares? Pode um homem mal-alimentado trabalhar durante doze horas, quando a cada segundo dessas horas está em jogo a sua vida?

Causou estupefacção o facto de um regime que se debate com uma situação económica desesperada, com meio milhão de desempregados e inúmeras



Ulrich Kohls

Armamento: uma indústria de subdesenvolvimento

fontes de trabalho paralisadas, tivesse optado pela indústria da morte. Em termos éticos a venda de armas foi comparada com o comércio da droga. A realidade é que o Chile tem vendido armas, basicamente bombas de fragmentação e do tipo *Cluster* por um valor que oscila de 80 a 90 milhões de dólares ao ano. O seu mercado principal é o Médio Oriente, mas procura vender também para as Honduras, El Salvador, Guatemala, além do sudeste asiático.

A explosão numa fábrica de armamentos provoca um debate nacional sobre uma indústria em expansão no país

O Chile pode ainda produzir carros blindados, barcos, peças de artilharia e armas pessoais, minas terrestres e marítimas. Foi inicia-

da a construção de aviões e há pressa em começar a de helicópteros. A maior parte destes equipamentos é fabricada através da montagem de peças importadas com industrialização nacional. Aproveitando a vasta experiência adquirida a partir da sua condição de país mineiro, o Chile dedicou-se ao ramo de explosivos: bombas e demais elementos de demolição.

Até 1978, este país tinha uma limitada capacidade de produção de armamento e não exportava equipamento militar. Produzia parcialmente a espingarda *FN-FAI* de 7,62mm e a metralhadora *FN* de igual calibre. Todas as outras armas eram com-

pradas principalmente nos Estados Unidos, e em menor escala na Grã-Bretanha, Bélgica, Suíça, Alemanha Federal, França e até na Dinamarca.

Um panorama inquietante

A partir desse ano registou-se uma queda. O assassinato em Washington do ex-ministro dos Negócios Estrangeiros Orlando Letelier e as constantes violações aos direitos humanos provocaram a proibição da venda de armas por parte dos Estados Unidos. Nesta mudança pesou também a possibilidade de um conflito armado com a Argentina e a primazia da ideologia da Segurança Nacional.

Um intenso esforço foi então desencadeado no sentido de desenvolver uma indústria militar própria e de adquirir também armamento moderno em larga escala. Para isso o regime utilizou a infraestrutura existente em todos os ramos das forças armadas e, também, a força de audazes empresários privados. Entre eles, o que mais se destacou foi Carlos Cardoen, especialista em explosivos, doutorado em engenharia pela Universidade do Colorado, EUA.

Cardoen contou desde o início com enormes créditos, aquisições asseguradas pelas forças armadas e apadrinhamentos que fazem supor altíssimas ligações. Um ex-ministro da Defesa e comandante do Estado-Maior do exército chileno, o general Carlos Forestier, é actualmente o seu principal assessor militar.

Em apenas cinco anos, Cardoen transformou-se num empresário rico e poderoso. A guerra entre o Irão e o Iraque foi para ele um bom negócio, já que lhe abriu um amplo mercado para as suas bombas de fragmentação. Com seis fábricas no país, Cardoen acaba de construir uma outra no Iraque, um dos seus principais clientes, e prepara-se para instalar mais uma nos arredores de Madrid. No seu avião particular visita clientes potenciais e organiza agora uma excursão para explicar a demora na produção como resultado da catástrofe

1986 — Maio — nº 89



Orlando Letelier (à dir.) e Salvador Allende (à esq.)

de Iquique.

A produção de Cardoen (que inclui bombas, uma gama variada de veículos blindados, carros com licença *Mowas*, minas, cargas de profundidade, torpedos tipo *Bangalore*, etc.) soma-se à de outra empresa privada, a Ferrimar, que produz a bomba *Avispa* de maior precisão, detonada por um mecanismo de raio-

-laser e provida de uma atmosfera de nitrogénio gasoso. Diz-se que a Famae (a indústria de armamentos do exército) tem participação na Ferrimar e que está, inclusive, ressentida com o êxito obtido por um empresário privado perante o qual tem o papel de simples intermediário.

O panorama da indústria bélica chilena é inquietante. No sector estatal, cada ramo das forças armadas tem a sua própria indústria militar. Os estaleiros e as fábricas de indústria bélica da armada — a Asmar — têm 4.500 trabalhadores e podem fabricar embarcações de até 50 mil toneladas. Com licença francesa fabrica navios de desembarque tipo *Batral* com capacidade para uma companhia de infantaria, cinco carros de combate e outros materiais.



A guerra Irão-Iraque foi um grande negócio para a indústria de armamento

A força aérea, com a sua empresa nacional de aeronáutica — a Enaer — montou os primeiros *Mirage 50* no país, com 50% de componentes importados. Actualmente constrói o *Pillan*, avião de instrução de baixo custo. Lançou agora o *Aucan*, versão aprimorada do *Pillan*. Fabrica o *Casa-Lol* em colaboração com a aeronáutica espanhola e espera

terceiro mundo — 35

fabricar integralmente no Chile helicópteros tipo *Bolkow-Messerschmitt*.

O exército dispõe de uma fábrica de material de guerra — a Famae — e de uma indústria química de explosivos militares.

As instituições armadas chilenas penetram assim em novos campos. O fantasma da guerra é omnipresente. O comandante-chefe da armada e membro da junta de governo, almirante José Toribio Merino, disse num simpósio realizado em Norfolk, nos Estados Unidos, em 1985: “a ameaça soviética estende-se como um rastilho de pólvora pelo mundo, avança avassaladoramente através de continentes e oceanos, sem se deter perante nada atrás da conquista do poder mundial”.

O Chile entra no mercado

Em cada dois anos, Santiago vangloria-se de ser sede de uma mostra de armamento — chamada “Feira Internacional do Ar — Fida”. Na última mostra de Março, participaram na exposição 126 indústrias de 18 países, entre eles a África do Sul, Israel, Argentina, Brasil, Estados Unidos e Grã-Bretanha. O mais importante convidado — entre dezenas de altos oficiais — foi o vice-ministro da Defesa sul-africano, Adriaan Vlok.

O fenómeno da indústria de guerra no continente latino-americano não é novo. Nos anos 50, o regime de Perón, com a ajuda de oficiais nazis que fugiram dos aliados, instalou em Córdoba uma fábrica de material aeronáutico, estabeleceu unidades industriais militares na grande Buenos Aires, tendo até chegado a participar do fabrico duma bomba atómica, no sul da Argentina. Actualmente, a Argentina impôs o seu avião de combate anti-guerrilha *Pucará*, os seus tanques *Tam* e os seus estaleiros produzem submarinos convencionais com licença alemã-federal.

O Peru utiliza a sua capacidade de construção naval e a assessoria técnica italiana na produção de navios de guerra. O Brasil, a primeira potência da América Latina, é o país onde a indústria de armamento conseguiu maior desenvolvimento. Iniciada há mais de 20 anos, exporta cerca de 3,5 mil mi-

lhões de dólares em armas e equipamentos para os países do Terceiro Mundo, tendo inclusive conseguido contratos de compra por parte da Grã-Bretanha.

Os Estados Unidos, numa primeira fase, procuraram combater o surgimento das indústrias latino-americanas de armamento. O problema tem hoje outro carácter. As transnacionais passaram a participar na produção de armas na região. Os custos são mais baixos, as medidas e exigências de segurança são menores. Não existem normas que impeçam a produção de certos tipos de armamento como, por exemplo, as bombas de fragmentação.



A Argentina impôs muitos dos seus armamentos à América Latina



condenadas pelas convenções internacionais. Finalmente, proporcionam certa flexibilidade política que, como no caso da guerra do Vietname, permitiram aos EUA livrar-se das dificuldades de mobilização industrial interna quando se trata de conflitos não-declarados.

Hoje também se distinguem as guerras dos pobres das guerras dos ricos. Para as primeiras começam a aparecer novos fornecedores ligados às transnacionais. O negócio da morte, expresso na produção de armas está

O Brasil exporta 3.500 milhões de dólares em armas



O regime estimula a indústria de guerra enquanto outras fontes de trabalho permanecem paralisadas

estritamente ligado aos gastos militares latino-americanos.

Em 1984, a humanidade gastou 800 mil milhões de dólares em armas. Um montante tão grande que com ele seria possível erradicar completamente a fome e as sequelas da pobreza no Terceiro Mundo. Dessa cifra, a América Latina gastou uma pequena parte; porém ela pode ser considerada imensa se atentarmos na extensão dos seus problemas. De acordo com o SIPRI – Instituto de Investigações para a Paz de Estocolmo – entre 1975 e 1983, os gastos militares chilenos somaram 14,5 mil milhões de dólares, equivalente a quase 70% do total da sua dívida externa. No mesmo período, a Argentina gastou 20 mil milhões de dólares, 45% da sua dívida externa. Em 1982, esses gastos representaram 8,5% do Produto Interno Bruto (PIB) do Chile e 6,4% do da Argentina.

Estes factos são inquietantes. Enquanto um terço da população do Chile vive num nível económico inferior ao mínimo necessário à subsistência e num momento em que o desemprego, em termos reais, chega a 30%, uma imensa quantidade de recursos é consumido em gastos militares.



Enquanto escasseiam as fontes de trabalho e as indústrias produtivas vêm estreitar-se o seu raio de acção, o regime estimula uma indústria de guerra que beneficia apenas um grupo de empresários. Além disso, fomenta tensões e incertezas nas relações entre os países latino-americanos e contribui para acirrar os conflitos no Terceiro Mundo. A explosão accidental da bomba de Cardoen roubou 29 vidas e deixou clara esta realidade: desta vez errou o alvo.

Marcela Otero

Cimeira de Luanda condena apoio de Reagan à UNITA

Os Países da Linha da Frente denunciam a “ingerência da Casa Branca” na África Austral e convocam a comunidade internacional a levar a efeito as sanções contra Pretória

A África Austral esteve, uma vez mais, no centro dos debates da Cimeira dos chefes de Estado e de governo dos Países da Linha da Frente (Angola, Zâmbia, Moçambique, Tanzânia, Botswana e Zimbabwe), reunida em Luanda, nos primeiros dias de Abril.

Sob a presidência do chefe do Estado zambiano, Kenneth Kaunda, a reunião permitiu não só analisar a evolução perigosa da situação na região, como traçar um conjunto de acções para fazer face às permanentes agressões racistas.

Aliás, como acertou o presidente José Eduardo dos Santos, no discurso inaugural da Cimeira, “há uma evolução perigosa

da situação na África Austral, particularmente depois da alteração que se verificou na política dos Estados Unidos com respeito à República Popular de Angola e à Namíbia”.

O encontro de Luanda reafirmou que a principal causa do conflito na África Austral continua a ser o *apartheid* e que, enquanto não for completamente erradicado, perpetuará a instabilidade na própria África do Sul, na Namíbia, e na região, como um todo.

A Cimeira da Linha da Frente apelou ao regime sul-africano a cessação dos actos de agressão e exigiu a retirada incondicional das tropas de Pretória do sul de Angola.

No que respeita particularmente a Angola, a Cimeira examinou com preocupação a situação criada pela administração Reagan ao apoiar o regime de *apartheid* e a UNITA. Foi considerado que o governo norte-americano perdeu a credibilidade como mediano, comprometendo o seu papel no processo de negociação para a implementação da Resolução 435/78 do Conselho de Segurança da ONU sobre a independência da Namíbia.

Segundo os chefes de Estado da Linha da Frente, o apoio norte-americano à UNITA é uma “grosseira e inadmissível ingerência” nos assuntos internos de Angola, que contraria as norma



Cimeira da Linha da Frente: o *apartheid* continua a ser a principal causa de conflitos

internacionais que regem as relações entre Estados independentes e soberanos.

Foi também consenso de que esse apoio redundou num retrocesso de todos os esforços que a comunidade internacional tem desenvolvido com vista à solução pacífica do problema da região. A reunião de Luanda deplorou essa decisão que os Estados Unidos pretendem inserir no contexto da confrontação Leste/Oeste. Nesta conformidade, apelou à administração Reagan a renunciar à sua decisão de conceder apoio aos bandidos da UNITA e renovou a sua solidariedade e apoio ao governo e ao povo angolano.

Liberdade para Nelson Mandela

A situação interna na África do Sul mereceu particular preocupação por parte da Cimeira. Constatou-se que o governo da minoria branca não conseguiu tirar vantagens de todas as iniciativas de paz que lhe foram apresentadas com vista à solução pacífica do problema racial com que se debate e notou que esta atitude de Pretória, a manter-se inalterável, acarretará, inevitavelmente, uma conflagração racial com consequências para toda a sub-região.



Kenneth Kaunda

Os chefes de Estado da Linha da Frente reiteraram também o seu apelo para a libertação imediata e incondicional de todos os prisioneiros políticos sul-africanos, incluindo Nelson Mandela, e a supressão da interdição imposta ao ANC (Congresso Nacional Africano), ao PAC (Congresso Pan-africano) e outras organizações anti-apartheid, de modo a criar-se uma atmosfera conducente ao diálogo.

A reunião fez um apelo à comunidade internacional para incrementar as pressões contra o regime sul-africano, incluindo a imposição de sanções económicas globais obrigatórias.

A questão da descolonização da Namíbia foi uma vez mais debatida na Cimeira de Luanda, que deplorou o impasse em que se encontra o problema e lembrou que a data de 1 de Agosto de 1986 foi proposta pela administração sul-africana, para

o início da implementação da Resolução 435/78 do Conselho de Segurança da ONU. No entanto, os líderes da África Austral reiteraram a rejeição à tentativa de qualquer vínculo da retirada das forças internacionalistas cubanas de Angola com a independência da Namíbia.

Enquanto isso, e para a salvaguarda dos Estados independentes da África Austral, é necessário, como realçou, em Luanda, o chefe de Estado zambiano, continuar a dispendir na defesa e segurança das respectivas soberanias, os recursos que com maior utilidade serviriam os objectivos do desenvolvimento económico e do bem-estar dos povos.

Participaram na Cimeira da Linha da Frente os seguintes chefes de Estado: José Eduardo dos Santos (Angola), Samora Machel (Moçambique), Ali Hassan Mwinyi (Tanzania), Queth Masire (Botswana), Kenneth Kaunda (Zâmbia), Robert Mugabe, primeiro-ministro do Zimbabwe e Sam Nujoma, presidente da Organização dos Povos do Sudeste Africano (SWAPO), bem como o representante do Congresso Nacional Africano (ANC), Thomas Nkobi.

●
Especial da "ANGOP" para "cadernos do terceiro mundo"

ZAIRE NEGA ENVOLVIMENTO COM A UNITA

☐ O ministro zairense dos Negócios Estrangeiros, Mkolo Wa Mpombo, negou o envolvimento do seu país com elementos contra-revolucionários da UNITA.

O desmentido do ministro surgiu na sequência de várias informações veiculadas pela imprensa da África do Sul, segundo as quais, o fornecimento dos mísseis *Stringer* feito pelos Estados Unidos aos contra-revolucionários da UNITA teria passado pela República do Zaire.

Mkolo Wa Mpombo recordou o acordo existente entre o seu país e a República Popular de Angola, baseado na assistência mútua e na segurança da fronteira comum, e assegurou que não é intenção do seu governo violar a letra desses tratados.

Nos meios diplomáticos da África Austral supõe-se que os foguetes teriam, na verdade, chegado aos contra-revolucionários da UNITA através da África do Sul, que estaria a tentar desviar a atenção desse facto inventando as versões da suposta cumplicidade do governo de Kinshasa.

Relações Israel-África

A ofensiva diplomática israelita

O reatamento de relações com vários países africanos dá alento às autoridades de Israel, que apostam forte na reaproximação com a Nigéria*

O Ministério dos Negócios Estrangeiros de Israel acaba de lançar uma campanha destinada a promover relações diplomáticas com a África ao sul do Sara. Após a guerra árabe-israelita de 1973, a maior parte dos países africanos (à excepção do Malawi, Suazilândia e Lesoto) rompeu relações com Israel. Em 1982, o Zaire restabeleceu canais diplomáticos, no que foi imitado pela Libéria em 1983 e pela Costa do Marfim em Fevereiro deste ano. O recente reatamento das relações com a Costa do Marfim é visto por Israel como um possível trunfo capaz de levar outros países a fazerem o mesmo.

As autoridades israelitas esperam que seis capitais africanas, nas quais o país mantém representantes diplomáticos adidos em outras embaixadas, venham a normalizar relações num



Tropas sionistas na Cisjordânia durante a guerra árabe-israelita de 1973

futuro próximo. Os países em questão são os Camarões, Gabão, Gana, Guiné, Quênia e Togo.

Uma das mais importantes prioridades das autoridades sionistas é restabelecer relações com a Nigéria. No regresso de uma visita a África, David Kimche, director-geral do Ministério dos Negócios Estrangeiros de Israel, anunciou o iminente reatamento de relações. Até agora, porém, Lagos não emitiu qualquer resposta oficial nem acusou qualquer visita por parte de Israel.

Tendo em vista o recente debate sobre a participação da Nigéria na Organização da Conferência Islâmica (OCI) e do possível ressentimento dos cristãos contra a ostensiva demonstração de influência islâmica no governo, os israelitas acreditam que esta é a hora de pressionar a administração de Lagos no senti-

do desta dar uma resposta às suas propostas.

Os israelitas partem do princípio de que, com o regresso do Egipto ao Sinai, em 1982, e a perda de influência dos petrodólares árabes, os principais obstáculos a um reatamento de relações já foram removidos. Há também a ideia de que o rompimento de relações, em 1973, por parte dos governos africanos foi baseado na esperança de obtenção do apoio árabe à luta contra o *apartheid* na



Houphouët-Boigny e Mobutu: ligações com Israel

Michel Arrault/Gamma

África do Sul. Segundo a avaliação das autoridades israelitas, o apoio dos países árabes ao movimento anti-*apartheid* não tem sido muito forte nem os financeiros árabes têm prestado grande ajuda económica à África, e em particular à Nigéria. Quanto às notórias relações de Israel com o regime de Pretória, as autoridades sionistas alegam que Israel não é o único país a manter vínculos estreitos com a África do Sul.

No entanto, as actividades militares de Israel na África Austral vão desde a construção de uma cerca electrificada entre Angola e a Namíbia até ao bloqueio da infiltração da SWAPO na Namíbia, isto sem referir a ajuda prestada ao plano sul-africano de invasão de Angola em 1975. Por outro lado, para muitos governos africanos, entre eles o de Lagos, a actividade israelita na Cisjordânia é, no mínimo, colonizadora.

Considerando que a Nigéria se recusou a estabelecer relações diplomáticas com Portugal até que este abandonasse as suas colónias em África, muitos observadores da realidade africana interrogam-se se a Nigéria irá "morder a isca" de Israel.

Costa do Marfim perde ajuda

Os Estados árabes vêm fornecendo petrodólares como ajuda a projectos de desenvolvimento africanos através da criação de instituições como o Banco Árabe para o Desenvolvimento Económico da África (BADEA). No entanto, os países que mantêm laços diplomáticos com Israel estão proibidos de obter ajuda, como é o caso da Costa do Marfim.

No ano passado, o presidente da Costa do Marfim, Félix Houphouët-Boigny, perdeu o financiamento árabe para a represa de Soubre, o maior projecto de

África têm tido particular importância na área militar. As forças de segurança pessoal do presidente do Zaire, Mobutu Sese Seko, foram treinadas por assessores da Força de Defesa de Israel, os quais foram recentemente mencionados como ligados à tentativa de golpe na Libéria em Novembro último.

Membros das forças rebeldes do general Thomas Quiwonkpa afirmaram que o fracasso da rebelião deveu-se, em parte, à intervenção israelita em favor do chefe de Estado, Samuel Doe. Acusaram os israelitas de bloquearem a sua rede de comunicações, bem como de planejar e ajudar na recaptura da estação de rádio, juntamente com o primeiro batalhão de Doe. Durante a rebelião, soube-se que Doe mantinha contactos frequentes com assessores israelitas.

*Artigo publicado em *Africa News*.



Os rebeldes salvadorenos não podem ficar de fora das negociações

Em busca da paz

Venancio Salvatierra, membro da direcção da FMLN-FDR, analisa as novas iniciativas de paz na América Central

Desde que foi anunciada a declaração de Caraballeda, as forças rebeldes salvadorenhas agrupadas na FMLN-FDR (Frente Farabundo Martí de Libertação Nacional, integrada por cinco grupos político-militares, e a Frente Democrática Revolucionária, composta por partidos políticos e organizações de massas) vêm desenvolvendo uma intensa actividade diplomática para convencer os governos integrantes do Grupo de Contadora e do Grupo de Lima que a paz na região não poderá ser obtida se a própria FMLN-FDR não for considerada como uma das partes em conflito.

Neste sentido, em 1980, uma declaração conjunta franco-mexicana já apontava os rebeldes salvadorenos como uma "força beligerante" que não podia ser ignorada na busca duma solução. Mas, como assinala Salvatierra nesta entrevista exclusiva feita em Manágua, os novos documentos de Contadora, em particular a Declaração de Caraballeda, privilegiam, no caso salvadorenho, a manutenção do *statu quo* institucional.

Nesta conversa, Salvatierra distingue os aspectos da proposta apoiada pelos revolucionários (em particular, o oferecimento de mediação para retomar o diá-

logo com o governo) daquele que considera inconveniente para alcançar uma paz duradoura.

Existe um novo "espírito de negociação" na América Central a partir da instauração de um governo civil na Guatemala? Alentaram as possibilidades de reatarmos em El Salvador as conversações entre o governo e as forças da FMLN-FDR?

— Bem, a negociação é basicamente um problema de vontade política. No contexto dum guerra como a que se trava em El Salvador, onde as decisões necessitam de consultas ao governo dos Estados Unidos, trata-

-se dum problema de correlação de forças. A vontade duma solução política por parte das organizações que compõem a Frente Democrática Revolucionária e a Frente Farabundo Martí é permanente.

Uma solução política poupa recursos humanos e bens materiais, tão necessários num país como o nosso. A reconstrução do país seria menos complexa. Sem dúvida, aspiramos a uma solução política que não seja uma capitulação, mas que responda aos interesses populares. Isso implicaria, é claro, que as classes dominantes do país e a administração norte-americana fizessem concessões. Nós lutamos pela independência nacional, pela não-intervenção, pela não-ingerência nos assuntos internos do nosso país. Mas o governo Duarte tem as mãos completamente atadas pela administração norte-americana. Washington não quer per-

der o controlo do país. O sector oligárquico também não quer fazer concessões. Ele não tem essa vontade política, porque não aceita abrir mão dos seus privilégios. Essa vontade política deve ser-lhes, então, arrancada através duma correlação de forças que os obrigue a isso. Até agora a administração norte-americana, especialmente, não sente uma pressão suficientemente forte, quer a nível internacional quer a nível interno que a obrigue a ceder. É necessário aumentar a nossa força para obrigá-los a uma solução política.

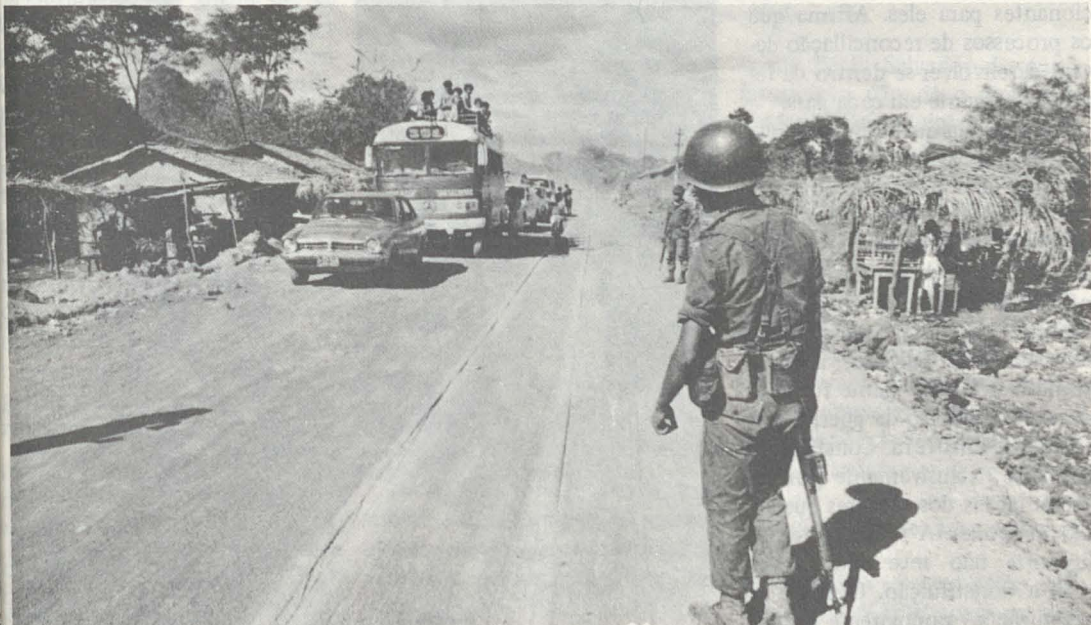
Contadora: um papel activo

A Declaração de Caraballeda antecipa novas propostas de negociação e insiste no diálogo...

— O Grupo de Contadora nasceu com certos princípios que privilegiavam as soluções bilaterais para os problemas. Pouco a

pouco, ele foi sendo levado para soluções multilaterais, tendo por isso perdido eficácia. Confrontada com problemas internos, como é o nosso caso, resolveram tratar apenas com governos, na busca duma solução multilateral; dessa forma, as forças revolucionárias como a FMLN-FDR não tinham espaço em Contadora.

Nesse sentido, a última declaração de Caraballeda traz um elemento novo. Nos documentos anteriores de Contadora, era recomendado aos governos que iniciassem processos de reconciliação nacional nos países onde ocorreram profundas divisões sociais. Isso, no entanto, permaneceu apenas a nível de recomendação. O último documento, o de Caraballeda, muda a situação. Ele afirma que Contadora deve tomar parte activa nos processos de reconciliação. Esta é uma mudança positiva, apesar de relativa.



As soluções políticas poupam recursos humanos e bens materiais às nações em conflito



A Constituição foi feita pelos sectores que estão no poder

Relativa em que sentido?

— Relativa porque estipula condições para os processos de reconciliação. Não deixa que a própria situação dos povos se encarregue de definir como se solucionam esses processos e conflitos, mas estabelece condicionantes para eles. Afirma que os processos de reconciliação devem desenvolver-se dentro da legalidade vigente em cada país.

Não há qualquer dúvida de que a legalidade vigente é a legalidade de uma das partes, e por isso mesmo é parcial. Se existem profundas divisões sociais, como está previsto no documento, isso significa, de facto, que a legalidade vigente está a ser questionada. No caso de El Salvador, a Constituição política vigente foi criada num contexto de guerra, por uma Assembleia Constituinte formada exclusivamente por representantes dos sectores que estão no poder. A outra parte beligerante não teve nada a ver com a Constituição. O povo, as organizações populares e os sindicatos também não tiveram re-

presentantes para defender os seus interesses. Além disso, a Constituição chegou até a cercar as próprias reformas que o governo dizia estar a promover.



Não se pode fazer a reforma agrária sem mudar a Constituição

E quais eram?

— A reforma agrária, por exemplo. A Constituição vigente estabelece um tamanho máximo para a propriedade privada de terra, que coincide exactamente com o limite territorial que se havia estabelecido para a segunda fase da reforma agrária promovida pelo governo. Isso limitava a reforma agrária. A segunda fase compreendia propriedades medindo entre 100 e 245 manzanas. A Constituição estabeleceu que o tamanho máximo permitido para a propriedade privada é de 245 manzanas. Isto significa que a segunda fase da reforma agrária ficou sem sentido.

O que quer dizer que em El Salvador não se pode fazer a reforma agrária sem mudar a Constituição...

— Efectivamente. Se procu-

rarmos uma solução política baseada nesta Constituição, não poderemos tocar num aspecto sensível que está na raiz do conflito: o problema da terra.

Essa legalidade, então, não é uma legalidade que favoreça uma solução real para o conflito em El Salvador. Os quatro governos integrantes do Grupo de Contadora e os do Grupo de Apoio levantam esta questão. Eu tenho a impressão de que foram apanhados de surpresa, pois para assumir um acordo desta natureza é essencial conhecer a legislação vigente, e eu não creio que eles a tenham examinado. Pelo menos no nosso caso. Então, há um aspecto positivo: Contadora decide ser parte activa na busca de soluções para conflitos internos, o que não fazia antes. Para nós, o aspecto negativo são as condições impostas ao processo de busca de soluções.

Outra questão digna de ser levada em conta na Declaração de Caraballeda é o elemento novo que foi introduzido, no nosso entender, directamente endereçado a nós. O que se coloca é o não-apoio a movimentos insurreccionais doutros países. Eu pergunto: quer dizer que o ocorrido no Haiti, que foi um movimento insurreccional, não deve ter o apoio doutros governos? Nessa declaração, Contadora pretende que não se dê apoio político aos movimentos insurreccionais.

"Os 'contras' são mercenários"

Não pretenderá também que os Estados Unidos retirem o apoio à contra-revolução na Nicarágua?

— Esse não é um movimento



Os EUA e Duarte ainda acreditam numa vitória militar

insurreccional. Um movimento insurreccional é um movimento popular. A "contra" é um movimento mercenário financiado pelos Estados Unidos. Antigamente, Contadora usava um termo para isso: forças irregulares.

A Declaração de Caraballeda trata separadamente as forças irregulares e os movimentos insurreccionais. Negar apoio a estes seria uma forma de negar aos povos o direito à insurreição, o que é muito perigoso.

O direito dos povos à insurreição está historicamente consagrado pelas Constituições da América Central desde a independência.

— Sim, mas a nova Consti-

tuição de El Salvador diz que a insurreição não dá o direito de mudar a Constituição, mas apenas de mudar os funcionários. Será isso realmente um direito à insurreição, se ela obriga a conservar todas as instituições legais vigentes?

A Declaração de Caraballeda, pelo menos nesse aspecto, não foi suficientemente analisada pelos governos. É por isso que temos interesse em discuti-la com os governos do Grupo de Apoio e de Contadora.

Negociar de poder para poder

Enquanto isso, no plano militar, a FMLN-FDR tenta passar à ofensiva e aumentar as suas forças ou mantém as suas posições,

esperando o resultado das negociações?

— Nós estamos em guerra e achamos que a negociação é um resultado desse processo. Enquanto a administração Reagan, o exército de El Salvador, a oligarquia e o governo de Napoleón Duarte tiverem esperança em derrotar-nos, não haverá negociações. A garantia de negociações está na afirmação do nosso próprio poder. É uma negociação de poder para poder. Assim, o aumento do nosso poder é um factor importante para melhorar a correlação de forças, de forma a forçá-los a aceitar uma negociação.

Mas isso não conduzirá, de imediato, a mais assistência militar ao governo de El Salvador?

— Continuarão a dar essa assistência militar, continuarão sempre, e nós sabemos quanto maior for a nossa debilidade, maior a ajuda. É sabido que se deve apoiar o vencedor. Se o nosso adversário tem possibilidades de ganhar, eles apoiam-no para que ganhe.

A garantia de dissuadir os Estados Unidos de intervirem no nosso país é a nossa capacidade de fazer frente até mesmo a uma intervenção de tropas norte-americanas, demonstrando-lhes que não poderão derrotar-nos. É essa a nossa principal garantia. A ajuda que podem receber não é ilimitada. É como dar um refrigerante a uma pessoa que está com sede: pode dar-se um copo, dois ou três, mas é provável que ela não possa beber o quarto.

Então, do ponto de vista de quem recebe a ajuda, existem limites. As armas que são dadas ao exército, por exemplo, muitas

vezes passam para as nossas mãos. Então existe um limite na capacidade de receber ajuda.

Um dos grandes problemas das forças populares salvadorenhas tem sido a falta de unidade entre as diferentes correntes. Em que situação se encontra actualmente este problema?

— Repare, a unidade é um processo. A unidade não pode ser dada por decreto, especialmente numa situação como a nossa. Quando a guerra começou, em 1981, o que é que nós tínhamos, nós os revolucionários das diferentes organizações que formam a FMLN, que são as organizações que actuam militarmente? Tínhamos alguns conhecimentos militares básicos, conhecimentos de guerra popular, que são experiências diferentes no tempo e no espaço. Alguns preferiam determinadas soluções, que acreditavam que se adequavam melhor à nossa realidade, outros preferiam outras.

É natural que haja diferenças, mas é a guerra em si que vai desenvolver as suas próprias leis. Com cinco anos de luta, a FMLN tem uma concepção única da guerra. Porque já não vemos o fenómeno a partir de modelos mas sim a partir duma realidade própria, concreta, que definiu as suas próprias leis. Por outro lado, o próprio processo, livra-nos das diferenças circunstanciais e deixa-nos o real, aquilo que todos nós compartilhamos. É esta, sem dúvida, a base da unidade.

Um processo de acumulação de forças

Mas subsistem diferenças quanto ao modelo a implantar de

pois da vitória, quanto à proposta política?

— Muito poucas. Poderíamos dizer que o que mais nos preocupa é a guerra, mas que também nos preocupamos com o modelo e que todos temos presente o que não é o nosso desejo, a nossa vontade que define a situação. É uma correlação de forças com isto não me estou a referir exclusivamente ao aspecto militar, mas às forças sociais. A nossa experiência de luta mostrou-nos que a vitória é um questão de acumulação de forças e que as forças sociais acumulam a partir da interpretação dos interesses dessas diferentes forças da sociedade.

Como têm decorrido as conversações no sentido de integração dos efectivos das cinco forças que compõem a FMLN num exército único?

— Existe um processo de integração das forças militares. Há uma decisão política e um processo em marcha que também ele não resulta simplesmente da nossa vontade. A vontade existe, mas não acreditamos que a unificação militar seja uma questão de decreto. Está ligada a uma prática concreta. E estamos a caminhar nesse sentido. Ou seja, a unificação militar é uma meta pela qual trabalhamos.

Qual a ligação da FMLN-FDI com o movimento social legítimo que ressurgiu agora nas cidades salvadorenhas, com greves, manifestações e outras formas legais de luta?

— Há uma grande identificação entre as concepções dessas forças sociais em luta, com as nossas posições, especialmente

quanto à necessidade duma solução política negociada. As grandes massas populares sentem o peso da guerra, embora não participem directamente nela. Sentem que a guerra não permite a reactivação económica e que esta é necessária. Sentem que, além da ajuda militar e económica norte-americana, o governo atira sobre os ombros dos trabalhadores o peso da guerra.

Esses sectores já se convenceram de que Duarte não é solução para o problema e que é necessária uma solução política negociada. Isso identifica-os cada vez mais connosco. O avanço do movimento popular aproxima-o das nossas posições e afasta-o das posições do governo.

“Há um duplo poder em El Salvador”

Voltando às leis dessa guerra, a qual está muito ligada à diplomacia. Se cessassem os apoios externos, a luta armada poderia sobreviver em El Salvador?

— Se cessassem os apoios externos a quem, a nós?

Sim.

— Desde o início que desenvolvemos uma luta político-diplomática e continuamos a desenvolvê-la. Essa luta político-diplomática parte mais de necessidades políticas do que de simpatia por nós. A América Central é um foco de tensão mundial e o processo salvadorenho é um elemento importante desse foco. Para vários governos e especialmente para os governos latino-americanos convém uma solução política negociada em El Salvador, como um elemento-chave para diminuir o foco de tensão.

Se eles eliminarem essa possibilidade, isolando uma das partes, põem em perigo os seus próprios

CARLOS GIL



A realidade, com as suas leis próprias, levou à unidade da FMLN

interesses, permitindo o desenvolvimento e aceleração desse foco de tensão. Por outro lado, estariam a deixar a administração Reagan com as mãos livres para pôr em prática mecanismos de controlo sobre os povos e ninguém põe em dúvida que esses métodos vão contra o princípio da autodeterminação.

Os governos que não apoiam, ou pior ainda, que se opõem a uma solução política em El Salvador, estariam a prejudicar-se a si próprios e a violar os princípios da autodeterminação dos povos e da não-ingerência nos assuntos internos. O que poderia afectá-los num determinado momento. Por isso não acredito que isso aconteça. Há um duplo poder no país e nós somos um desses poderes.

Esse duplo poder poderia levá-los a estabelecer um governo paralelo, que reclame reconhecimento internacional?

— De momento não pensamos nisso... mas as questões evoluem.



Têm alguma ideia ou pensam em termos de prazos?

— Não, não temos prazos. Nós temos metas. Não desejamos uma guerra longa por causa dos elevados custos sociais, mas estamos preparados para essa guerra. Repito, os nossos combatentes, os nossos dirigentes, as massas ligadas a nós estão preparadas para uma guerra longa, estão ideologicamente preparadas. Esperamos que seja curta, desejamos que seja curta.

Roberto Remo Bissio

terceiro mundo — 47



“Haverá mais desemprego, seremos obrigados a importar arroz, peixe, e muitos outros alimentos”

Um paraíso fiscal ameaçado

A política económica do presidente Jayewardene entra em crise e a situação do país agrava-se com a continuidade do conflito étnico que opõe a minoria tamil aos singaleses

Há seis anos, o presidente do Sri Lanka, Junius Jayewardene, dizia com orgulho aos investidores estrangeiros que o Sri Lanka “era o melhor lugar da Ásia para investir”. Hoje, a situação é diferente. O paraíso sonhado por Jayewardene está ameaçado pela permanente violência e tensões étnicas que pairam como nuvens negras sobre essa ilha do Oceano Índico.

O ministro da Fazenda do Sri Lanka, Ronnie de Mel, disse, recentemente que, a persistirem a violência e a instabilidade resul-

tantes do conflito entre a maioria singalesa e a minoria tamil, a ruína económica cairá sobre o país num futuro próximo.

“Haverá mais e mais desemprego, o custo de vida subirá e o povo sofrerá dificuldades imensas. Seremos obrigados a importar arroz, peixe, pimenta, cebola e muitos outros alimentos. Toda a obra realizada pelo governo nos últimos oito anos será anulada”, disse o ministro recentemente.

Pouco depois de subir ao poder, em Julho de 1977, Jayewar-

dene liberalizou a política económica do país e adoptou novas medidas monetárias e fiscais destinadas a transformar o Sri Lanka segundo o modelo seguido por Singapura.

A rúpia, que vinha mantendo com dificuldade um sistema de taxa de câmbio dupla, foi desvalorizada e hoje flutua livremente no mercado internacional. Permitiu-se a instalação no país de agências de bancos estrangeiros e criou-se um sistema de “paraíso fiscal”, com um pequeno sector bancário comercial que d-

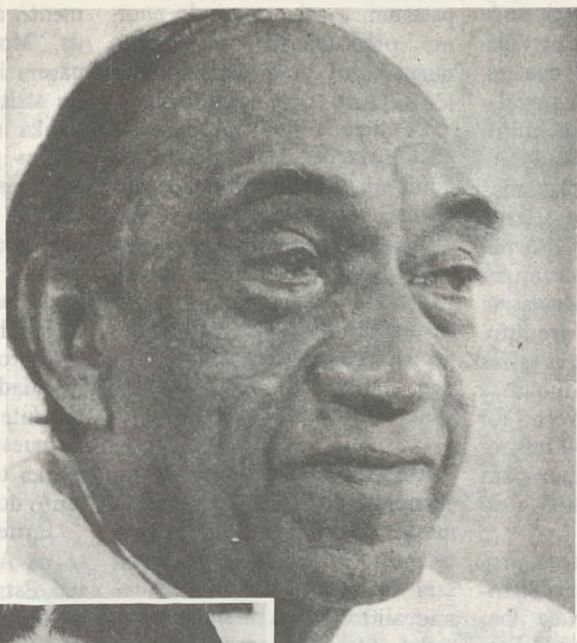
imediatamente passou a crescer. Além disso, o governo deu início a ambiciosos projectos de desenvolvimento financiados com ajuda externa.

De início, a nova política económica de Jayewardene trouxe lucros. A economia passou a crescer à taxa de 8,2% (em 1978), em comparação com os meros 3,2% registados no ano anterior durante o governo de coligação socialista da primeira-ministra Sirimavo Bandaranaike.

Mas três sangrentos conflitos étnicos — em 1977, 1981 e 1983 — e a continuação da violência infligiram rudes golpes à economia. Hoje o rendimento nacional é apenas metade do que o país precisa gastar. A diferença tem de ser financiada com dinheiro externo — e uma parcela crescente desse dinheiro vem, não sob a forma de ajuda ou de empréstimos em termos “suaves”, mas de empréstimos comerciais com altas taxas de juro. E, à medida que aumenta o coeficiente do serviço da dívida, os banqueiros estrangeiros começam a preocupar-se: poderá o país pagar o que já deve?

“Sinais de perigo”

As operações militares do governo destinadas a combater os



O primeiro-ministro Junius Jayewardene (em cima). A ex-primeira-ministra Sirimavo Bandaranaike (foto ao lado): estratégias diferentes

guerrilheiros separatistas da minoria tamil custam 593 mil dólares por dia, fazendo com que os gastos anuais com a defesa sejam hoje oito vezes superiores aos registados em 1977. No ano passado, os economistas do governo previam um *superavit* orçamental de 63 milhões de dólares; esse *superavit* “evaporou-se”, transformando-se num défice de 185 milhões de dólares.

Falando recentemente numa reunião de empresários, em Colombo, o ministro De Mel advertiu o país de que a economia estava a dar “sinais de perigo” e acrescentou que as perspectivas para os meses seguintes “não são muito favoráveis”. Segundo ele a inflação que era de zero em me-

dos de 1985, pode chegar em breve à casa dos 8% ou 10%.

“Se não conseguirmos reduzir os gastos com a Defesa, que hoje são necessários para reduzir a tensão (étnica) no país”, afirmou o ministro, “os nossos esforços no sentido de reduzir o défice e aumentar os investimentos de capital fracassarão”.

Entretanto, a “guerra étnica” vem desestimulando também os investidores estrangeiros e os turistas. Ao contrário do que ocorria antigamente, os hotéis funcionam agora durante a estação alta de turismo com 75%

dos seus quartos vazios. Os industriais de hotelaria já apelaram para o governo no sentido de se injectar vida nova na indústria e advertiram que, se a ajuda não vier depressa, no mínimo 40 hotéis serão obrigados a fechar.

Segundo autoridades do departamento de turismo, a contínua queda registada no número de turistas que visitam o Sri Lanka pode levar ao desemprego de cerca de 7.500 pessoas. A duração média de permanência de um turista, que em 1980 era de 11 noites, caiu para nove em 1984 e depois para sete no primeiro trimestre de 1985.

Por outro lado, a interdição militar de uma faixa ao longo da costa norte, responsável por 40% da produção de peixe da ilha, tem afectado seriamente a indústria pesqueira. O Instituto de Pesquisa e Treino Agrário (ARTI), organismo governamental, calcu-

la que a indústria de pesca pode vir a perder 30 milhões de dólares por ano, e adverte que um segmento vulnerável da população ficará ameaçada de desnutrição devido à falta de pescado.

As operações de segurança nas províncias do norte e leste, que possuem mais de 200 mil hectares de plantação de arroz, começam a ter consequências na oferta e no preço do produto. Em muitas dessas áreas, as safras não foram colhidas e os moinhos estão paralisados. O governo foi obrigado a importar 150 mil toneladas de arroz da China para suprir a diferença e manter a estabilidade dos preços.

O preço da pimenta seca, produzida principalmente no distrito de Jaffna, no norte da ilha, subiu também consideravelmente devido à interrupção da oferta.

Os preços do chá, produto que sustentou a economia em 1983-84 e contribuiu para um excedente de 200 milhões de dólares na balança de pagamentos,

passaram a cair, causando enorme preocupação ao governo quanto aos possíveis efeitos a longo prazo sobre a economia.

A maioria dos trabalhadores das plantações de chá pertencem à minoria tamil e não estão satisfeitos com os seus salários. Em 1984, entraram em greve e o governo, para pôr fim ao movimento, teve de abandonar a sua antiga posição inflexível de não negociar com grevistas.

O descontentamento árabe

Outra fonte de apoio para a economia do Sri Lanka são as remessas dos emigrantes. Mas hoje os países do Golfo já não precisam de tantos trabalhadores semiquualificados ou mesmo qualificados. Até mesmo a Arábia Saudita prevê reduzir em mais de 500 mil o número de trabalhadores emigrantes nos próximos anos.

Para complicar ainda mais o problema, há o descontenta-

mento árabe com a intromissão da "Mossad", agência de espionagem israelita, a qual vem dando assistência ao governo do Sri Lanka nas suas operações contra os guerrilheiros. Já se fala em restrições "não oficiais" contra cidadãos do Sri Lanka que procurem emprego nesses países. A Arábia Saudita, que havia prometido uma ajuda de 50 milhões de dólares para o projecto de aproveitamento do rio Maduru Oya, retirou recentemente a promessa em virtude da questão israelita. Hoje, o Sri Lanka tenta obter esse dinheiro junto do governo canadiano.

Entretanto, segundo o Comité de Assessoria de Investimentos Estrangeiros (FIAC), órgão do Ministério da Fazenda encarregado de atrair e aprovar *joint ventures* entre o capital estrangeiro e o capital local, o número de projectos aprovados em 1984 e 1985 foi muito inferior ao dos anos anteriores.

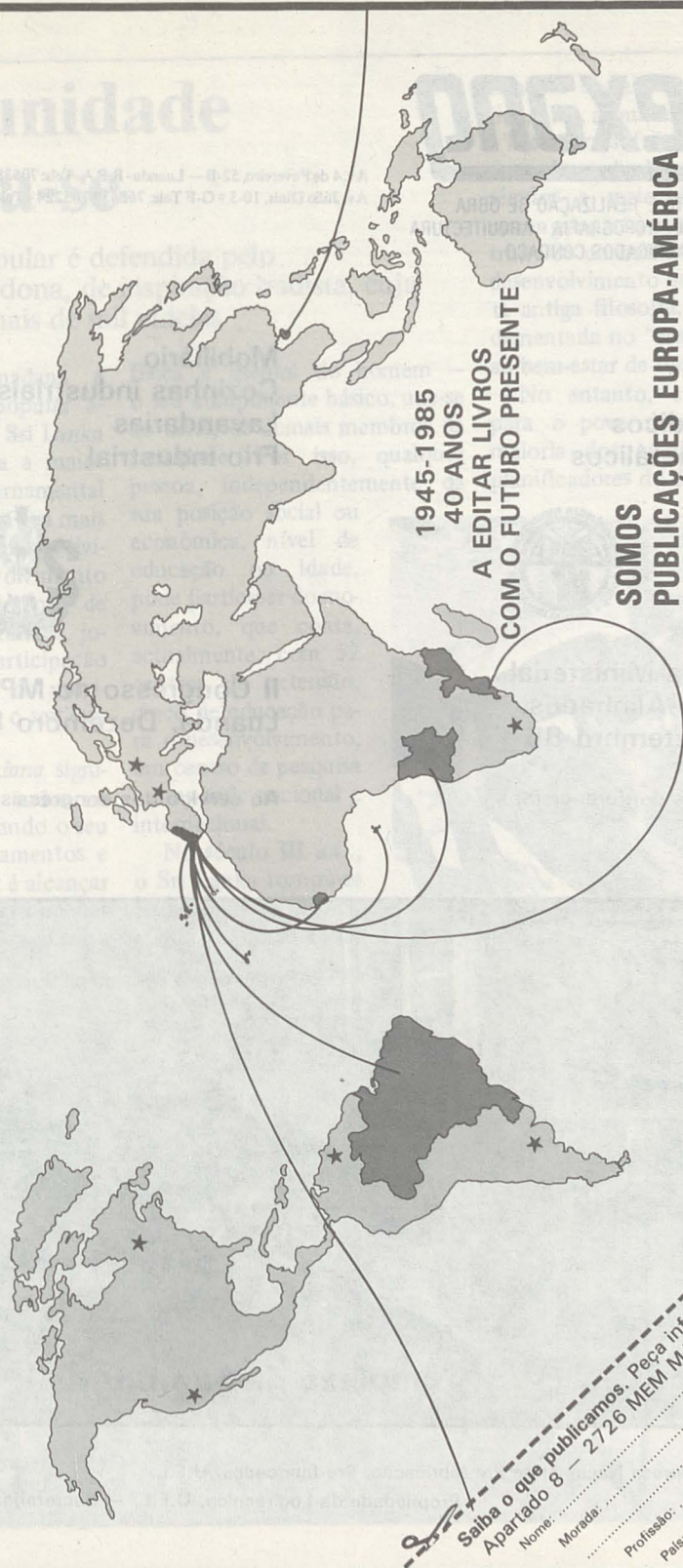
Os próximos meses serão cruciais para o Sri Lanka. As perspectivas económicas do país dependerão de os governantes da ilha, que hoje procuram conter à força a revolta da comunidade tamil conseguirem ou não encontrar uma solução duradoura para o conflito étnico.

Ravindran Casinader



O conflito étnico provocou uma queda substancial das receitas do turismo

LIVRO-TRAÇO DE UNIÃO ENTRE QUEM FALA PORTUGUÊS



ESTAMOS ONDE VOCÊ ESTÁ • CONTACTE-NOS!

Saiba o que publicamos. Peça informações para
Apartado 8 — 2726 MEM MARTINS CODEX

Nome:

Moneda:

Profissão:

País:

341865

intexang

PLANEAMENTO E REALIZAÇÃO DE OBRA
ENGENHARIA CIVIL - TOPOGRAFIA - ARQUITECTURA
PRÉ-FABRICADOS CONDAÇO

Av. 4 de Fevereiro, 52-B — Luanda - R.P.A. Tels: 70538 70548 - Telex: 3117-INTEXE AN
Av. Júlio Dinis, 10-3.º G-F Tels: 768439 763224 - Telex: 18300-INTEXE — 1000 Lisboa

Habitação
Escolas
Postos médicos
Edifícios metálicos

Mobiliário
Cozinhas industriais
Lavandarias
Frio industrial



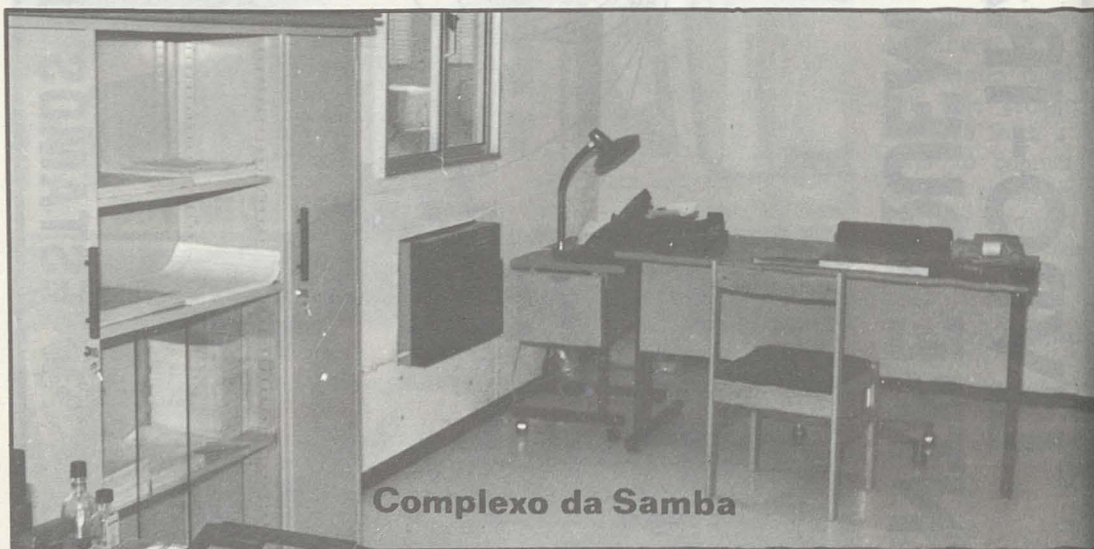
Conferência Ministerial
Países Não-Alinhados
Luanda, Setembro 85

Ao serviço dos conferencistas



II Congresso do MPLA-PT
Luanda, Dezembro 85

Ao serviço dos congressistas



Complexo da Samba

Fornecido à Empresa Nacional de Pré-fabricação, Pré-fabricados, U.E.E.

Propriedade da Logitécnica, U.E.E. — Secretaria de Estado da Cooperação

Sri Lanka II

A comunidade organiza-se

A participação popular é defendida pelo Sarvodaya Shramadana, de inspiração budista, cuja influência atinge mais de mil aldeias

O Sarvodaya Shramadana é um movimento popular partidário fundado no Sri Lanka em 1958 e representa a maior organização não-governamental do país, com influência em mais de 1.200 aldeias. As suas actividades vão do desenvolvimento económico ao fornecimento de serviços básicos a mulheres, jovens e crianças. A participação popular está na raiz do movimento e dela depende o seu êxito nos próximos anos.

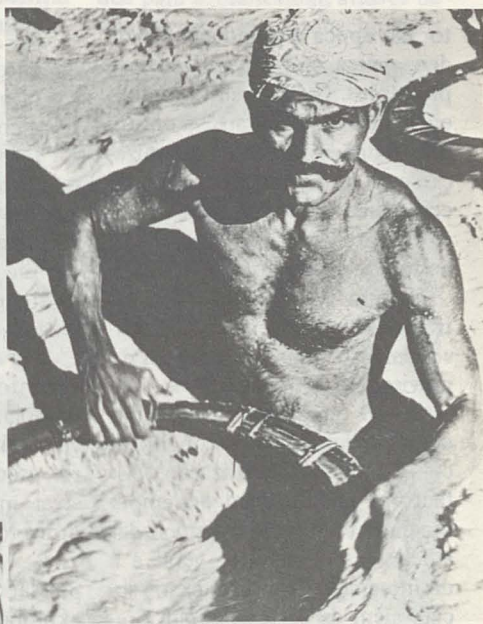
Sarvodaya Shramadana significa "o despertar de todos na sociedade, compartilhando o seu tempo, os seus pensamentos e a sua energia". O ideal é alcançar o bem-estar geral e não apenas da maioria: *Shrama* — a energia

física e mental do homem — o seu componente básico, une-se ao *dana*, os demais membros da sociedade. Por isso, qualquer pessoa, independentemente da sua posição social ou económica, nível de educação ou idade, pode participar do movimento, que conta, actualmente, com 52 centros de extensão, cinco de educação para o desenvolvimento, um centro de pesquisa e uma sede nacional e internacional.

No século III a.C., o Sri Lanka tornou-se budista, modificando a vida do país. As suas

relações sociais, economia política, arte, arquitectura, educação e literatura sofreram a influência da cultura budista, que quatro séculos e meio de dominação estrangeira não conseguiram destruir. Os conceitos Sarvodaya de desenvolvimento social vêm desta antiga filosofia, que está fundamentada no "respeito à vida e ao bem-estar de todos".

No entanto, e infelizmente para o povo do Sri Lanka, a maioria dos administradores e planificadores do desenvolvi-



Para o Sarvodaya Shramadana o mais importante é a participação popular



A ilha do Sri Lanka está situada no Oceano Índico, a sudeste da Índia. O povo é maioritariamente singalês (70%). Os tamis são a minoria mais importante. 64% da população é budista e 20% hinduísta

S. Freitas

to da época pós-independência deu pouca atenção aos antigos princípios. Cometeram o mesmo erro dos ocidentais: confundir modernização e urbanização com desenvolvimento. Como consequência, foi dada demasiada importância ao crescimento e ao progresso económico.

Devido à sua ligação com os tradicionais conceitos de desenvolvimento social, os adeptos do movimento defendem:

1 – O estabelecimento de um desenvolvimento pré-económico, com a consciencialização dos factores que levaram ao empobrecimento sócio-económico das aldeias e do país em geral e à desintegração do contexto social, além da certeza de que a recuperação económica da aldeia deve ser precedida de um restabelecimento dos valores e das relações sociais.

2 – A melhoria do nível de vida da comunidade, mediante o desenvolvimento e a máxima utilização dos recursos locais, com conhecimentos técnicos apropriados. À própria comunidade cabe a iniciativa de adoptar decisões, com a plena participação de todos os seus membros.

3 – A protecção e o fortalecimento da família na sua função dinâmica, como componente da comunidade.

4 – A identificação e o desencorajamento dos factores, como a industrialização em grande escala, que levam à desintegração da família e a uma má distribuição da riqueza, além da rápida urbanização.

5 – A protecção e o fortalecimento da aldeia como entidade social, a partir dos modelos culturais e dos sistemas de valores predominantes e da sua possível melhoria, em vez de modificá-los de forma drástica.

6 – A identificação e a supressão de formas de opressão e exploração, como o sistema de castas, a discriminação racial, etc..

Um desenvolvimento económico e educacional que não acompanhe o desenvolvimento espiritual e cultural determina frustrações e maiores injustiças sociais. Daí, a importância de uma integração no crescimento global da sociedade.

O prisma com que o Sarvodaya encara o desenvolvimento social, os conceitos de *Sarva*,

“todos” e *odaya*, “despertar”, são bem significativos. As ideias de crescimento, autodeterminação, auto-suficiência e de independência estão expressas numa só palavra.

A auto-suficiência

O Sarvodaya discorda da tese, segundo a qual a estagnação económica e a pobreza sejam algo inevitável, até porque o movimento parte do princípio budista de que a salvação está fundamentalmente nas mãos do indivíduo ou do grupo. Para as comunidades economicamente pobres do mundo, não resta outra alternativa senão lutar o mais rapidamente possível pela auto-suficiência, contando para isso com o seu próprio esforço colectivo.

A infra-estrutura psico-social de aldeia satisfaz os requisitos prévios para um desenvolvimento económico baseado na auto-suficiência. Deste modo, as aldeias encontram liberdade para traçar os seus próprios planos de crescimento, em vez de se tornarem vítimas de influências externas. Essas influências podem acontecer sob a forma de vãs e periódicas promessas políticas, esporádicos subsídios ao bem-estar social, uma paliativa assistência caritativa, ajuda de serviços sociais, ou até mesmo sermões de grupos religiosos que explicam a pobreza e a não-importância do desenvolvimento económico – como se o sofrimento fosse uma prova divina ou a pobreza o resultado de acções passadas noutra vida – e da acção de comerciantes que compram os seus produtos primários motivados pelo lucro.

Existem dois tipos de limitações ao desenvolvimento: um que está no próprio homem; o outro, de origem externa. No

caso de uma aldeia ou dum país, por exemplo, diversas forças levam à discórdia, além de conduzir a processos de exploração, surgidos de uma mútua desconfiança e que devem ser anulados. É necessário eliminar também as forças exógenas que mantêm a aldeia ou o país sob um estado de servidão e dependência; entre estas forças contam-se os latifundiários (muitas vezes ausentes), os intermediários e os comerciantes.

A mais notável contribuição dada pelo Movimento ao desenvolvimento do Sri Lanka é a reintrodução da técnica Shramadana, isto é, o trabalho colectivo que, na época pré-colonial, foi um factor positivo na vida cooperativa do povo. O Movimento inspirou-se nessa base histórica quando organizou os seus acampamentos em todas as áreas rurais, dando oportunidade para que todos os seus membros pensassem, planificassem e trabalhassem juntos e, imediatamente, avaliassem os seus esforços. Em outras palavras, Shramadana não era apenas um local de trabalho onde se ia alcançar um objectivo material, mas uma técnica revolucionária de fazer com que todos se dessem conta das suas potencialidades, baseada na sua própria cultura e capacidade de inovação.

A mobilização das aldeias

Sem uma efectiva organização da comunidade, é impossível executar qualquer programa de desenvolvimento baseado na participação popular. O Sarvodaya preconiza a organização da comunidade em diversos grupos funcionais, distribuídos por idade e ocupação, com o objectivo de estimular todos os seus membros para a planificação e execução dos seus próprios progra-

mas. Não incentiva o surgimento de grupos cujos interesses possam entrar em conflito com outros: religiosos, castas, raça, etc..

Formam-se, geralmente, grupos de crianças (de 7 a 15 anos de idade), jovens (com mais de 16 anos), mães, crianças em idade escolar, camponeses, velhos; um conselho com representantes de todos estes grupos e outros especiais para actividades nos campos da saúde, cultura ou dedicados aos cuidados com crianças de idade inferior a três anos e meio.

Uma das mais importantes funções da Organização Central é a capacitação dos trabalhadores comunitários.

Para a organização, as orientações impostas pela cúpula não resolvem os problemas dos habitantes do meio rural, e cabe à própria aldeia fixar as directrizes. Todos os escolhidos para a formação de trabalhos comunitários nos centros de educação devem ter demonstrado capacidade de organização, acreditar firmemente nos princípios da Sarvodaya e, sobretudo, contar com a aprovação da sua aldeia.

Para alguém se tornar num líder Shramadana, não é preciso pertencer a uma família influen-

te ou ter uma educação adquirida na cidade. Nos cinco centros de educação para o desenvolvimento e nas 52 unidades de extensão, são dadas facilidades para a capacitação em orientação da comunidade, assim como noutras matérias, cujo conteúdo varia de acordo com as necessidades das diferentes aldeias. Na sua essência, o ensino é feito através de métodos não-formais, principalmente nos grupos de debate e de trabalho. Periodicamente, funcionários do governo, como professores, agrónomos, dietistas e médicos são convidados para actualizar, através de seminários, os conhecimentos



A família: um dos valores defendidos pelo movimento

dos docentes e estudantes.

As limitações ao desenvolvimento das aldeias são enormes e, para superá-las, é preciso tempo, paciência e muita coragem. No entanto, torna-se imprescindível a adopção de medidas imediatas, as quais basicamente determinam menos dívidas e uma estratégia para impedir a sua continuação.

Estratégias do desenvolvimento a médio e a longo prazos

A curto prazo, o plano do Sarvodaya prevê:

— Um estudo sobre as famí-

lias das aldeias, com uma avaliação dos seus recursos e dívidas;

— A formação de um “grupo de conciliação de dívidas”, para ajudar os endividados e impedir a continuação das mesmas;

— A criação de bancos de sementes e de mercadorias nas aldeias e de um mercado comum para compra e venda de produtos;

— A organização de um comité de vigilância que funcione praticamente 24 horas por dia, especialmente destinado aos problemas da saúde e cuidados pessoais. O comité deve estar loca-

lizado num ponto central da aldeia;

— O aumento do número de pessoas capacitadas, mediante o pleno aproveitamento pelos jovens da aldeia dos serviços dos centros de extensão e dos institutos de educação para o desenvolvimento;

— A educação da população para que se utilize dos diversos serviços governamentais e a ele se associe da melhor forma possível;

— Estabelecer com a ajuda do Fundo Rotativo do Movimento indústrias artesanais e trabalhos agrícolas nas aldeias com o pro-

pósito de aumentar a riqueza colectiva e criar o maior número possível de empregos rentáveis;

— A criação, para os jovens desempregados, de granjas agrícolas fora da aldeia onde haja terras disponíveis, com subsídios do governo ou de sectores privados.

A longo prazo, o objectivo do Sarvodaya é conseguir a integração das acções de base popular nas actividades dos governos central, regionais ou locais¹. Essa integração representa não apenas um processo político para o qual é preciso criar uma boa base de compreensão entre o Movimento e o governo, mas também um processo prático a nível local, no sentido de promover uma reorientação no caminho do desen-



Para superar o subdesenvolvimento é preciso tempo, paciência e muita coragem

volvimento global da sociedade, superando todas as possíveis formas de desentendimento entre as partes.

Com o auxílio do Instituto de Pesquisas Sarvodaya, o Movimento realiza estudos em todas as aldeias que se associem ao seu plano, os quais serão bastante úteis quando da elaboração de programas integrados a longo prazo. Alguns dos mais importantes factores que ajudam uma aldeia a atingir um estado de auto-suficiência são: um constante espírito comunitário; a unidade entre os seus membros, sem distinção de castas, raças, religião ou convicções políticas; a obtenção de um suficiente rendimento que fique na aldeia, sem ser alvo dos instrumentos de exploração de fora, e a participação de toda a comunidade nos diversos processos de decisão.



Unidade, sem distinção de castas

Esta etapa apenas será atingida à medida que se modifiquem as injustas estruturas económi-

cas, como a propriedade dos meios de produção — por exemplo, a propriedade da terra concentrada em poucas mãos —, os sistemas administrativos e as estruturas políticas de poder, de forma a que os aldeões se tornem donos do seu próprio trabalho e do seu meio ambiente. ●

Artigo extraído do livro
"Obras Completas" de
A. T. Ariyaratne

¹ Os dez primeiros anos do Movimento foram inteiramente financiados pelos seus associados. No entanto, o seu trabalho atingiu uma etapa em que se torna imprescindível encontrar outras fontes de financiamento. Várias contribuições locais ou estrangeiras foram recebidas. Actualmente, a organização conjunta NOVIB, dos Países Baixos, apoia o programa geral. Outros organismos como a Friedrich Neumann Stiftung, a Oxfam britânica, a Oxfam do Canadá, e a Campaign, da Bélgica, colaboram na execução de projectos especiais.



AGROPROMOTORA

COOPERATIVA PRODUTORA
DE PROJECTOS AGRÍCOLAS, SCRL

Rua Cardeal Mercier, 29, 1.º

Telefone 735135

LISBOA

Delegação - LUANDA: Telefone 60130

Cooperar e desenvolver

Áreas de Trabalho

- Agricultura
- Pecuária
- Indústria Alimentar

Entidades

- Orga. Estatais
- Cooperativas
- Estruturas de produção familiar

Países Africanos

- Angola
- Moçambique
- Cabo Verde
- Guiné Bissau
- Argélia

Projecta e implementa

Hawai

Uma visita indesejável

O presidente da Câmara de Honolulu, cidade onde Marcos está refugiado, manifesta o seu desagrado pela presença do ex-presidente e da sua comitiva

De Honolulu, no Hawai, onde actualmente permanecem Marcos e a sua comitiva, o presidente da Câmara da cidade, Frank Fasi, numa entrevista telefónica exclusiva a *cadernos do terceiro mundo*, disse: "os Marcos não poderiam viver, viajar e divertirem-se como faziam, se não fosse o dinheiro dos filipinos".

"Os Marcos e a sua comitiva estão aqui por determinação pessoal do presidente Reagan. Da nossa parte, como autoridades

locais, nunca pedimos a Marcos que nos visitasse", comenta Fasi.

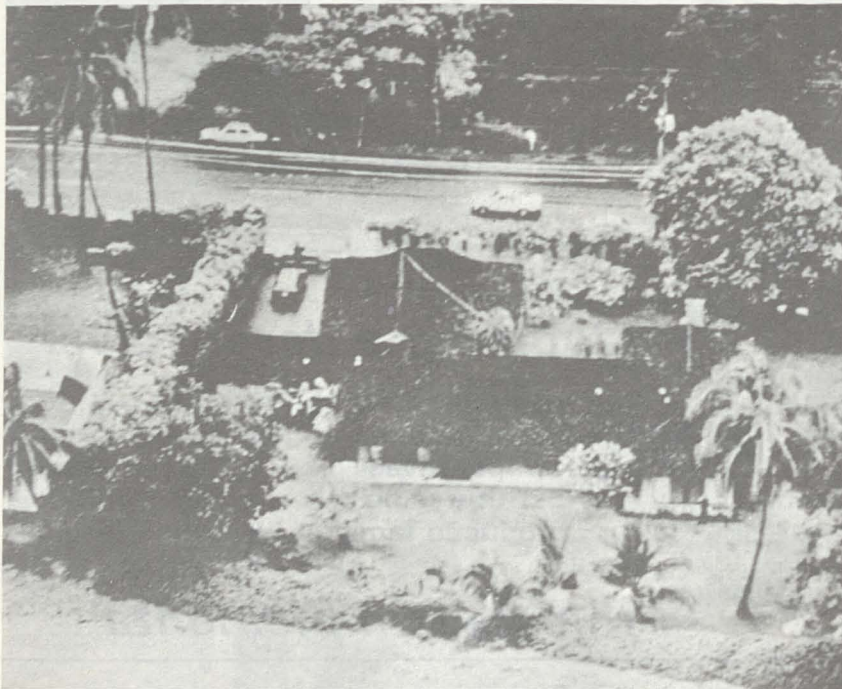
De facto, o presidente Reagan garantiu a Marcos "paz, segurança e dignidade pessoal", durante a sua estadia nos Estados Unidos.

A disputa pelos milhões do ex-presidente começaram logo que ele e a sua comitiva chegaram a Honolulu. A batalha acabou por se tornar num péssimo negócio para o presidente Reagan, que se apressava a receber o ex-ditador de braços abertos.

Pensa-se, inclusive, que uma

parte da ajuda concedida pelos Estados Unidos a Marcos para combater a guerrilha filipina tenha contribuído para aumentar a sua fortuna pessoal. O novo governo de Manila declarou a sua determinação de resgatar pelo menos uma parte da fortuna, especialmente aquela que está investida em imóveis.

Mas essa batalha não será fácil. Apesar da sua idade avançada e do seu estado de saúde, Marcos e, sobretudo, a sua comitiva contam com muitos trunfos para enfrentar a justiça norte-americana que, em última instância, terá que investigar os obscuros negócios do ex-ditador. Se foram precisos tantos anos para derrubar Marcos do poder, tanto ou mais tempo pode levar o novo governo filipino para recuperar os milhões de que o ex-presidente se apossou.



Cachero (Sygnia)

Um verdadeiro império

Desde o início que chamou a atenção o verdadeiro império de imóveis que Marcos possui na área metropolitana de Nova Iorque. Os Marcos compraram o elegante edifício "Crown Building", na Quinta Avenida, outro com mais de 60 andares no coração do mundo financeiro, em Wall Street, um impressionante prédio na Madison Avenue, além do sofisticado "Herald Shopping Center". Tudo isto, sem es-

A nova residência do ex-ditador Marcos, num subúrbio de Honolulu



Campion/Sigma

O brilho do poder, à custa do povo filipino

quecer a luxuosa mansão "Lindemere" situada num maravilhoso lugar de Long Island perto duma praia privada. Só a mansão "Lindemere" está avaliada actualmente em 19 milhões de dólares.

Os irmãos Ralf e Joseph Bernstein, norte-americanos criados nas Filipinas e que foram durante longos anos supervisores das propriedades de Marcos nos Estados Unidos, declararam que são os novos proprietários dos mencionados edifícios, incluindo a mansão "Lindemere". "Comprámos tudo por 250 milhões de dólares" — declararam recentemente à imprensa.

Actualmente, os advogados nova-iorquinos estão ocupadíssimos a investigar a veracidade dessa declaração, para determinar se todo o império continua a pertencer a Marcos ou aos irmãos Bernstein. Marcos e a sua família sempre souberam navegar muito bem nas águas do mundo financeiro.

De Manila, Corazón Aquino tenta convencer os

propriedades aqui no Hawai, mas é impossível saber o seu número exacto. Eu, pessoalmente, sendo o presidente da Câmara desta cidade, não sei quanto de Honolulu pertence a Marcos", disse Fasi.

Presença incómoda

A família Marcos encontra-se profundamente desiludida com os Estados Unidos. Apesar das promessas do presidente Reagan, os Marcos não encontraram a paz prometida e a sua dignidade pessoal está sob permanente ameaça. Razões por que procuram um lugar mais seguro para viver.



As prateleiras cheias de perfumes, cosméticos...

O governo espanhol rejeitou o seu pedido de visto de permanência e o mesmo fizeram os governos do Panamá e do México.

"Nós, aqui, não lhe concedemos qualquer privilégio. Damos-lhe o mesmo tratamento que a qualquer estrangeiro que chegue ao nosso país", garantiu o presidente da Câmara de Honolulu.

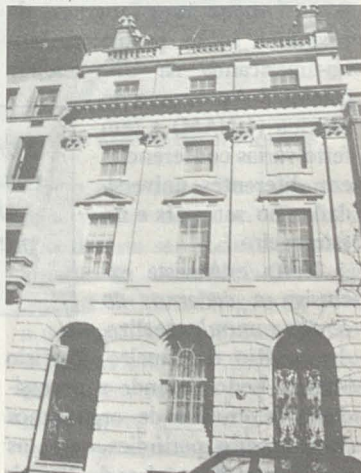
Fasi não esconde o seu descontentamento por ter na sua cidade uma figura universalmente detestada. Quando lhe perguntámos se havia estado pessoalmente com os Marcos, a sua resposta foi taxativa: "não. E quando Marcos esteve aqui, em 1981, recusei-me a recebê-lo. Ele era um ditador e isso não está de acordo com a minha maneira de ver o mundo".

O primeiro round da batalha pelos milhões dos Marcos começou. Quanto tempo durará? Ninguém sabe.

"Se estas propriedades compradas nos Estados Unidos foram adquiridas com dinheiro do governo filipino, elas devem ser devolvidas a quem pertencem: ao povo das Filipinas", disse Frank Fasi, no final da nossa entrevista.

Adrián Soto

Rosen/Sipa



Uma das mansões em Nova Iorque

terceiro mundo — 59

EXCLUSIVO
Norte-Sul

O embaixador mexicano Porfirio Muñoz Ledo é um dos negociadores mais experientes e respeitados do Terceiro Mundo, com um longo trajeto no campo da diplomacia e da economia internacionais, exercendo as funções de representante permanente do seu país nas Nações Unidas, sendo presidente do Conselho de Segurança e do Grupo dos 77. Muñoz Ledo foi anteriormente ministro do Trabalho e da Educação, além de presidente do Partido Revolucionário Institucional (PRI), fazendo parte actualmente das comissões Ideológica e de Assuntos Internacionais. Muñoz Ledo organiza presentemente um programa de pesquisas sobre problemas latino-americanos na Universidade Nacional Autónoma do México (UNAM) e tem feito várias conferências em diferentes universidades no seu país e no estrangeiro.

Nesta entrevista exclusiva a *cadernos do terceiro mundo*, realizada no Rio de Janeiro, Porfirio Muñoz Ledo defende a necessidade de criação de organismos de discussão periódica entre os presidentes dos países do Terceiro Mundo, à semelhança das que



O Terceiro Mundo perante a reunião de Tóquio

realizam os chefes de Estado dos países industrializados, para desenvolver uma capacidade de resposta ágil e eficiente diante dos problemas mundiais, particularmente o da dívida externa.

Na sua opinião, que critérios

Porfirio Muñoz Ledo, presidente do Grupo dos 77, defende a necessidade de realizar reuniões regionais de países devedores para apresentar ao Norte uma proposta comum

deveriam os países endividados adoptar nas suas relações com os credores internacionais?

— A dívida externa e o pagamento do seu serviço têm criado enormes deformações na política

Walter Santos

e na sociedade dos países devedores. Chegou o momento de concretizar os princípios recomendados pelo Conselho de Cartagena. Em primeiro lugar, o estabelecimento de taxas de juro compatíveis com as nossas condições históricas, em níveis semelhantes às aquelas com que os países industrializados realizaram os seus processos de desenvolvimento. Deve ser considerada como justa uma taxa não superior a 3% e como máxima de 6%, que corresponde hoje à taxa real de lucro

Uma taxa fixa?

— Naturalmente.

— A taxa de juro deverá ser fixa para não ficar su-

jeita a futuras flutuações do mercado. Em segundo lugar, temos o problema da proporção entre o pagamento do serviço da dívida e as entradas de divisas provenientes das exportações, factor particularmente importante nos países com um sector externo fraco ou cujas exportações são flutuantes. Finalmente, o critério que parece mais relevante é o de carácter geral, por que serve simultaneamente para fixar os objectivos finais das negociações em curso

para compatibilizar o pagamento do serviço da dívida com os projectos de desenvolvimento e as necessidades internas dos países. O primeiro critério é financeiro e o segundo é económico e o ter-

ceiro, político. Dentro destes parâmetros, devem ser levadas a cabo negociações, de acordo com as condições de cada país.

Como interpreta, à luz dos critérios expostos, a recente decisão do governo do México em relação às negociações com os credores?

— Considero que é o início de uma reformulação da nossa relação económica com o exterior. É possível que quando esta entrevista for divulgada já se conheça o resultado das negociações, mas posso antecipar que se for conseguido o que anunciou o presidente De la Madrid, isto é, que o valor do serviço da dívida seja ajustado à capacidade real de pagamento do país, isso significa que estaremos no caminho certo. Entendo por capacidade real de pagamento, não apenas uma parte da nossa entrada de divisas, mas também uma cifra que torne efectivamente possível a reactivação do desenvolvimento do México. O nosso caminho está indicado não só pelo consenso dos países latino-americanos, mas também pelos principais documentos que subscrevemos, na condição de Estados soberanos, em organizações internacionais como as Nações Unidas, e pelos compromissos assumidos pelos países em desenvolvimento dentro do Grupo dos 24, que é a nossa representação conjunta junto das instituições financeiras internacionais. De acordo com esses princípios, a questão da dívida não pode ficar desligada dos principais aspectos da economia internacional.

Quais, por exemplo?

— Tal como temos indicado repetidamente nas reuniões in-

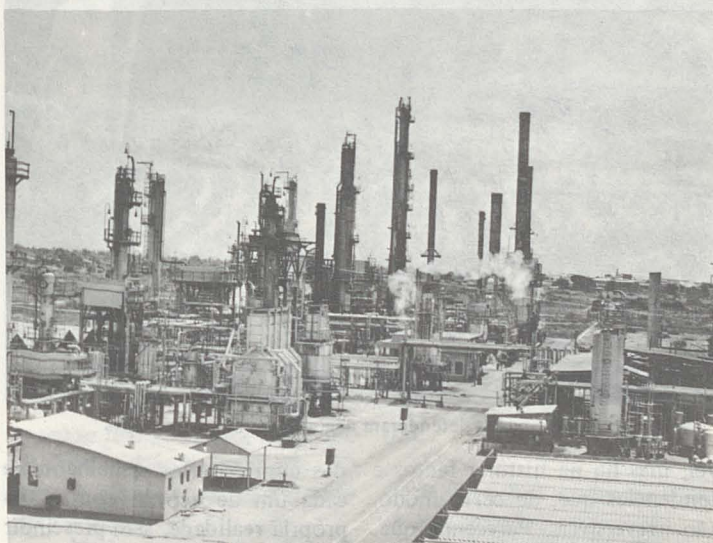
ternacionais, devemos vincular o pagamento da dívida à questão do comércio, à abolição das barreiras proteccionistas, ao preço das matérias-primas, à questão dos novos financiamentos...

E, neste momento de baixa drástica do preço do crude, à cotização internacional do petróleo?

— É evidente que, no quadro da negociação económica, a energia não pode ficar ausente.

Uma proposta pragmática

Há anos atrás, uma negociação nestas bases foi tentada e fracassou...



A questão energética não pode ficar ausente das negociações económicas

— É verdade, estes princípios estavam na ordem do dia nas negociações económicas globais, por proposta do México, quando presidíamos ao Grupo dos 77. Devo lembrar que em 1979 foi aprovado por unanimidade, pela Assembleia, a resolução 34/138, o início dessas negociações. Apesar das tentativas feitas durante os anos seguintes — inclusive uma reunião de chefes de Esta-

do, na cidade de Cancún — não se conseguiu chegar a um acordo definitivo por causa da oposição dos principais países industrializados do Ocidente, em especial da superpotência ocidental.

O que foi feito desde então?

— De acordo com as directrizes traçadas pelo Movimento dos Países Não-Alinhados na reunião de Nova Déli, em 1983, o México dividiu o esquema das negociações em duas etapas. Desse modo, os problemas mais urgentes seriam tratados durante a primeira fase, de uma forma que não excluísse a participação das instituições financeiras internacionais, embora nesses organis-

mos o peso dos países poderosos seja muito superior. Também não deveria ser excluída a participação da Assembleia-Geral das Nações Unidas. Chegou-se, pois, a um equilíbrio entre os diferentes foros e a uma decisão pragmática em relação aos temas de negociação, que são precisamente os mesmos de agora: o protecçãoismo, o financiamento para desenvolvimento, a energia, a

segurança alimentar e as matérias-primas.

Negociar com critérios semelhantes

Mas se isso acontecesse, o que se estaria a discutir de facto seria o problema mais amplo das relações económicas internacionais e não apenas a dívida. E os credores rejeitam a tese das negociações globais...

— É natural que os países credores se defendam o mais possí-

tratar caso por caso para que nenhum princípio pudesse ser aplicado automaticamente a todos os países. Assim, as negociações com a Argentina, Brasil e México tiveram cursos diferentes.

Mas a proposta de uma negociação colectiva baseia-se na necessidade de criar uma situação de força perante os credores.

— A negociação colectiva não nos deve preocupar em demasia. O que precisamos é negociar to-

próprio volume das suas dívidas devem ser os pioneiros. É verdade que os países de economia fraca estão em desvantagem e por isso mesmo, depois de se abrir a brecha, é necessário manter um diálogo político para se conseguir, por todos os meios, que os critérios adoptados para os países economicamente mais fortes sejam estendidos e mesmo melhorados aos países de menor desenvolvimento relativo.

Já há algumas iniciativas no âmbito das Nações Unidas para ajudar os países pequenos. Quais delas o senhor destacaria?

— O problema dos países pequenos é dramático. Actualmente, estão em formação certos mecanismos de assessoria internacional destinados a eles, que não carecem apenas de peso político como carecem muitas vezes também de contactos, de *modus operandi* e de quadros para fazer frente a uma negociação dessa natureza. No Grupo dos 77 havíamos lançado a ideia de um sistema de assessoria e apoio aos países com menos recursos, no quadro da cooperação Sul-Sul. É preciso pensar quanto antes em constituir uma frente comum para apoiar os países de menor desenvolvimento.

Um círculo vicioso

Como referiu, a proposta de Cartagena expõe a necessidade de vincular o comércio externo ao pagamento da dívida externa. Contudo, quando o governo do Peru fixou em 10% das suas exportações o nível máximo para o pagamento da dívida, recebeu como resposta dos credores uma campanha difamatória, pressões e bloqueios. Que conclusões devemos, então, tirar?



“México e Não-Alinhados defenderam negociações em duas etapas”

vel, mas há na história factos e tendências que, de certo modo, são irreversíveis. Parece-me que, mais cedo ou mais tarde, as dívidas da maioria dos países do Terceiro Mundo vão ser renegociadas. É claro que para os credores, quanto mais isso demore e menores forem os acertos, melhor. Mas a natureza do problema obriga a esses acertos e eles sabem isso. Simplesmente, procuram adiá-los e diminuí-los. Neste momento, eles tentam evitar que os acertos aconteçam em cadeia. Como foi dito na reunião de Londres, eles quiseram

dos com critérios semelhantes e cada um de acordo com a sua própria realidade, sem prescindir do apoio dos demais.

O problema é que quando o México, o Brasil e a Nigéria falam por si, as suas posições têm um determinado peso específico. Mas quando um país de economia fraca faz isso, o peso é outro. Daí a necessidade de negociação colectiva, principalmente para os países pequenos.

— Creio que se trata de uma questão de etapas. Os países que têm maior peso, inclusive pelo

— Vivemos até agora num círculo vicioso. Os países latino-americanos propuseram, com grande serenidade e equilíbrio, o diálogo político. A negociação foi rejeitada ou adiada. Então alguns países, como o Peru, tomaram uma posição unilateral. Em decorrência desse facto vieram protestos e pressões porque os termos das negociações foram estabelecidos pela decisão soberana de alguns devedores, não tendo sido levado em conta que antes disso houve uma recusa de diálogo. Creio que o caminho que estamos a trilhar deveria conduzir-nos, a curto prazo, à mesa de negociações, onde levaríamos em conta as iniciativas unilaterais e abriríamos a possibilidade de acordos multilaterais.

Quem é que se deve sentar à mesa de negociações: os governos, as entidades privadas ou outras organizações ligadas à questão da dívida?

— Por definição, essas negociações não são de competência governamental. Foi este o argumento utilizado pelos países industrializados para não se sentarem à mesa de negociações: alegam que a maior parte da dívida foi contraída com entidades privadas. Mas o diálogo multilateral só pode ser estabelecido entre entidades responsáveis pelas relações internacionais, ou seja, entre governos. Um pré-requisito para que este diálogo político possa existir é o reconhecimento da responsabilidade dos Estados, cujas instituições financeiras, públicas ou privadas, fazem o papel de credores. De outra forma, os acertos terão que continuar a ser feitos por cada país, porque cada um tem credores diferentes. Como disse no começo, a proposta de Cartagena tem



Quando o diálogo político reivindicado pelos países latino-americanos foi recusado, Alan García (na foto) tomou uma posição unilateral

um nível financeiro, um económico e um outro político. Só quando chegarmos ao nível político estaremos na verdadeira negociação.

A proposta do Norte

Assim como estamos a falar da necessidade de coordenação entre os devedores há, de facto, níveis de acordo entre os credores. A questão da dívida ameaça a saúde financeira dos mercados do Norte. Acredita que eles não propor algumas medidas de forma conjunta?

— Neste momento está a ser preparada a agenda da próxima cimeira dos sete países industrializados, que deve realizar-se em Tóquio, no final de Maio ou início de Junho. Sei, porque estive em contacto com alguns dos organizadores do encontro, que a sua preocupação fundamental é precisamente de como encarar esta nova situação criada, por um lado, pela queda brusca dos preços do petróleo e, por outro, pelo início da renegociação da

dívida sobre bases diferentes das tradicionais. É o caso do México, do Brasil e da Argentina, assim como do Peru e da Nigéria. É evidente que estes fenómenos obrigam a uma reformulação da reunião de Tóquio. Os países industrializados tentarão dar uma resposta conjunta à actual fase da crise. Daí a importância de conseguirmos propor em Tóquio — e já não falta muito tempo —, uma posição articulada e precisa.

A que nível se deveria discutir essa proposta conjunta?

— O Consenso de Cartagena, o Grupo dos 24 e o Grupo dos 67 são três instâncias. Obviamente o ideal seria uma apresentação conjunta do estado actual dos problemas de todos os países em desenvolvimento.

E isso é viável?

— Acho bastante difícil, porque diante da ausência de negociações nos últimos anos, a frente comum dos países em desenvolvimento foi esvaziada.

Perante a urgência de resposta, a sua ideia é discutir em foros já estruturados?

— Sim, daí a necessidade de um primeiro passo a nível de Cartagena ou do Grupo dos 24 que, de certa forma, são representativos do conjunto dos países em desenvolvimento.

Essa seria uma solução a curtíssimo prazo. E a médio prazo?

— Creio que é necessária a realização de reuniões de chefes de Estado dos países em desenvolvimento, com uma frequência semelhante à que realizam os países industrializados, porque de outro modo a nossa capacidade de resposta será limitada, tardia e de peso insuficiente.

Os países em desenvolvimento que fazem parte do Movimento dos Não-Alinhados reúnem-se de três em três anos nas cimeiras. Propõe outros encontros com outra agenda?

— O Movimento dos Países Não-Alinhados, nas suas cimeiras — que, como sabemos, não têm carácter universal — discute temas essencialmente políticos. Não há, na realidade, um debate económico por parte dos chefes de Estado, já que esses temas são abordados a outros níveis. Quando estava na presidência do Grupo dos 77 sugeri — antes que se formasse Cartagena — que se estabelecesse, em cada região, uma espécie de comité de países coordenadores do diálogo. Em cada região reunir-se-ia um grupo reduzido de chefes de Estado que, mediante um sistema adequado de consultas, seria porta-voz dos demais. Depois das reuniões iniciais, em cada região, um grupo de chefes de Estado da Ásia, de África e da América Latina reunir-se-ia num prazo relativamente curto. A nossa

64 — terceiro mundo

ideia é a constituição de um grupo de seis ou sete chefes de Estado latino-americanos, talvez um grupo maior africano e outro de países asiáticos, através de um mecanismo de rotatividade, de algum ou de todos esses Estados, com a criação de um secretariado ágil e forte para preparar as agendas. A cúpula assim formada reunir-se-ia todos os anos para formular propostas aos organismos dos países em desenvolvimento e aos industrializados.

Mecanismos de articulação ágeis

Voltemos a Tóquio. É da opinião que a América Latina deveria reunir-se para ter uma proposta comum? E a que nível?

— A nível dos presidentes do Grupo de Cartagena. Depois deveria realizar uma reunião ao mais alto nível, seja pelo procedimento que coloquei ou, se isso se revelasse inviável, com a participação dos chefes de Estado dos países do Grupo dos 24, o qual já está constituído e é representativo do mundo em desenvolvimento. Já que não podemos constituir uma OCDE¹ do Sul, apesar de todos os nossos esforços, talvez a formação do secretariado dessas cimeiras dos países em desenvolvimento pudessem cumprir essa função. Para poder estabelecer posições conjuntas precisamos ter mecanismos de articulação ágeis e actuar a nível equivalente ao dos países do Norte, com uma frequência semelhante. Isso poderia reanimar o diálogo Norte/Sul.

Um SELA² político

Não acha que desta carência de instâncias de discussão latino-americanas decorre a necessidade de criação de um novo organis-

mo regional que não pode ser, obviamente, a OEA?

— Naturalmente que sim. É isso que chamamos de SELA político. O SELA foi uma iniciativa do México e da Venezuela que tinha por objectivo criar um foro latino-americano em matéria económica. A ideia tinha em germe a evolução para uma instância que pudesse, com o tempo, ir abordando as questões políticas. É necessária a constituição de um mecanismo de carácter político a nível latino-americano, que inclua a totalidade dos países da região. Mas ao mesmo tempo falta-nos um sistema de coordenação económica dos países em desenvolvimento. Enquanto um foro político latino-americano deve ser de natureza universal, ou seja, nele devem participar todos os países da região, o núcleo de coordenação das posições económicas do Terceiro Mundo tem que ser representativo. As decisões finais devem ser tomadas a nível dos 127 países, pelo consenso multilateral das Nações Unidas. Mas as articulações prévias têm que ser feitas entre grupos mais reduzidos, que poderiam reunir-se a nível de chefe de Estado. A partir, por exemplo, do impulso de Cartagena.

Quais seriam os critérios para escolher esses países?

— Isso é extremamente difícil e por essa razão não foi feito até agora. Deve partir da iniciativa de um grupo de países, começando, por exemplo, com o núcleo de Cartagena e convidando fraternalmente outros países representativos da Ásia e de África.

¹ Organização de Cooperação e Desenvolvimento Económico.

² Sistema Económico Latino-Americano.

ca. Enquanto esse processo não vingar, o Grupo dos 24 poderia funcionar como o começo de um sistema de consultas.

O caos petrolífero e a economia mundial

Qual é a influência da questão energética no problema da dívida? Acredita que no caso de países como o México e a Venezuela, que perderam uma grande parte dos seus rendimentos em divisas, as nações industrializadas teriam que se tornar flexíveis nas negociações financeiras?

— A crise energética é um problema complexo. O mínimo que se pode dizer, contudo, é que se trata de um sintoma claro da desordem econômica internacional. É evidente, por um lado, que as expectativas de lucro dos produtores de combustíveis, baseadas nas taxas de crescimento dos anos anteriores, foram contrariadas pela recessão da economia mundial. Por outro lado, os problemas de divisas que alguns dos nossos países já apresentavam, pelo excesso de importações e a baixa nos preços das matérias-primas, incentivaram-nos a aumentar o volume da produção de energia e a incorrer em novos endividamentos.

A política dos países industrializados a esse respeito consistiu em reduzir consumos energéticos e a procurar fontes alternativas. Finalmente, as tensões entre o Leste e o Ocidente, que agravaram o problema da grave escassez de divisas nos países socialistas, levaram também a União Soviética a aumentar a sua produção. Isto sem contar com o surgimento de novos exportadores de petróleo na Europa Ocidental, cujo comportamento provocou distorções no mercado in-



O caos petrolífero é uma ameaça à economia internacional

ternacional.

Este conjunto de fenômenos, que não são casuais, levaram-nos ao presente caos no mercado petrolífero, que é extremamente ameaçador para a economia internacional. Não se pode pensar em reduções tão abruptas do preço de uma matéria-prima sobre a qual repousam as expectativas econômicas de tantos países e regiões produtoras do mundo. Assim como há alguns anos se converteu uma crise petrolífera em crise financeira — através da reciclagem dos excedentes de liquidez internacional para os países em desenvolvimento, com o que também se transferiu para nós a carga de inflação — agora esta mudança brusca no preço dos combustíveis produzirá distorções profundas no sistema financeiro internacional.

Considero este processo como inevitável e merecedor de um diálogo político e de uma negociação equitativa para evitar uma crise maior.

Na sua opinião, este fenômeno é conjuntural ou acredita que dentro de pouco tempo poderemos assistir à recuperação do preço do petróleo, como afirmaram alguns importantes países produtores?

— O problema não é conjuntural nem tão-pouco isolado doutros fenômenos econômicos, mas creio que está nas nossas mãos conseguir uma estabilização e uma previsibilidade razoável do preço dos derivados de petróleo, tal como propôs o México há alguns anos. É uma tarefa excepcionalmente difícil e, do meu ponto de vista, inti-

mamente ligada à questão financeira e, em particular, às taxas de juro. Se se fizesse uma redução duradoura do montante anual equivalente ao serviço da dívida, alguns países exportadores de petróleo e devedores de capital estariam em condições de diminuir os seus volumes de exportação. Isso também poderia ser feito por outros países produtores, se eles melhorassem os termos do seu acesso aos mercados de capital e se se reduzisse o custo do dinheiro. Creio que deveriam experimentar negociações nesse sentido com as principais figuras do processo mas sem excluir os interesses das grandes companhias petrolíferas e, no caso dos Estados Unidos, os das entidades federativas que sofreram grandes perdas fiscais com a baixa dos preços. Não podemos continuar a separar o problema financeiro da questão do petróleo. Daí que o diálogo te-

nha que ser necessariamente político e deva envolver, se possível, outros aspectos fundamentais da economia internacional relacionados com a questão, pelo menos o problema da abertura dos mercados e a redução do proteccionismo, assim como o do preço das matérias-primas em geral.

Qual é a sua opinião sobre a crise centro-americana e, especificamente, sobre o avanço dos processos democráticos na região em países como a Guatemala, Honduras e Haiti e, por outro lado, sobre as pressões contra a Nicarágua?

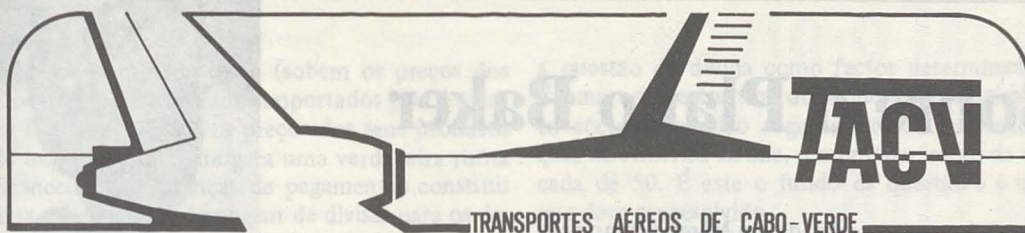
— É evidente a existência de um processo democratizante na área e é inegável que o panorama político de há cinco ou seis anos mudou de forma notável. No entanto, é importante agir de modo a que o avanço da democratização conduza a uma maior

independência e autodeterminação dos países e não sirva de pretexto para novas formas de ingerência política vindas do exterior. Devemos estabelecer um vínculo muito claro entre processo de democratização e fortalecimento da independência nacional e regional. Estamos certos de que esta continua a ser a orientação básica do esforço diplomático de Contadora e do Grupo de Apoio, que acaba de afirmar em Caraballeda que nenhum dos problemas da área poderá ser resolvido se não cessarem a agressão e o intervencionismo externos. Outras palavras: estão a ser criadas as condições, a partir de estímulos políticos internos dos próprios países da região, para o estabelecimento de regimes democráticos na área que incentivem a pluralidade regional e o estabelecimento de uma autêntica cooperação económica, que permita a realização de cada um dos diferentes projectos nacionais com base em novos consensos internos, para uma maior participação da população na tomada de decisões e uma melhor relação entre os países. Todos esses fenómenos, que respondem às necessidades históricas das próprias sociedades nacionais, não devem sofrer interferências nem restrições ou deformações vindas do exterior. O fim da intervenção e da agressão estrangeira na América Central é, não apenas um requisito indispensável para uma solução negociada e duradoura dos problemas da região, como também a resposta mínima que podemos esperar, por parte de países que se dizem democráticos, em relação às tendências democratizantes dos nossos povos.

Beatriz Bissio/
Maluza Stein



"É inegável a existência de um processo democratizante na América Latina"



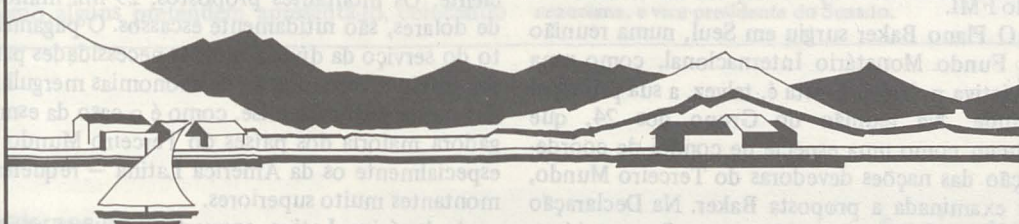
TRANSPORTES AÉREOS DE CABO-VERDE

5 DE ABRIL

1º ANIVERSÁRIO

DO VOO

SAL/LISBOA/SAL



**O SEU VOO
DE LIGAÇÃO
ÀS ILHAS
DE CABO VERDE**

HORÁRIO

6ª FEIRA

VR 6 01

PAR/DEP LISBOA

09 05

CHE/ARR SAL

10 50

VR 6 02

PAR/DEP LISBOA

13 25

CHE/ARR SAL

19 10

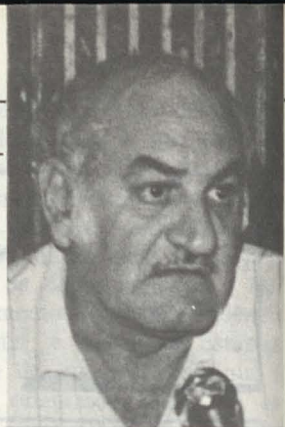
INFORMAÇÕES E RESERVAS

R. Joaquim António de Aguiar 69 r/c Telex 16713 / Telef. 656118/9

10 00 LISBOA



Sobre o Plano Baker



Na reunião realizada em Março último pelo Grupo dos 24 — organismo onde se concentram os principais devedores do Terceiro Mundo — sob a iniciativa do presidente argentino Raúl Alfonsín, foram examinadas as consequências do chamado Plano Baker em relação ao endividamento externo dos países da América Latina, África e Ásia.

Como é do conhecimento geral, o Plano Baker foi uma tentativa de resposta por parte dos Estados Unidos perante uma crescente movimentação nos países do Terceiro Mundo contra as condições impostas pelos bancos credores, apoiados pelo FMI.

O Plano Baker surgiu em Seul, numa reunião do Fundo Monetário Internacional, como uma iniciativa política. E esta é, talvez, a sua principal virtude. Na reunião do Grupo dos 24, que actuam como uma espécie de comité de coordenação das nações devedoras do Terceiro Mundo, foi examinada a proposta Baker. Na Declaração Final, assinada a 7 de Março, em Buenos Aires, sede do encontro, foi assinalado o seguinte:

“Segundo os participantes, a iniciativa Baker oferece elementos positivos” porém “deverá ser adaptada às necessidades dos países, incluindo os recursos necessários para eliminar a queda dos preços do petróleo e de outras matérias-primas, assim como (não esquecer) os recursos necessários ao crescimento”. Entre os aspectos positivos indicados pelo Grupo dos 24, o reconhecimento de que “não há uma solução duradoura para o problema da dívida a não ser que o crescimento seja restabelecido” e a referência ao “actual nível de interdependência da economia mundial”.

“A iniciativa Baker”, prossegue a Declaração dos 24, “implica que a participação governamental irá facilitar o início do diálogo e reconhece a importância das instituições multilaterais financeiras, assim como dos bancos comerciais, na procura duma solução a longo prazo para o problema da dívida externa, solução essa que leve em

consideração as exigências de crescimento dos países devedores”.

A Declaração dos 24 constitui o mais recente julgamento dos países-membros sobre o Plano Baker, após este ter sido anunciado há mais de seis meses em Seul.

Os factos mostram diversas evidências. Primeiro, como foi observado inicialmente, que o Plano Baker foi apresentado tardiamente e que é insuficiente. Os montantes propostos, 29 mil milhões de dólares, são nitidamente escassos. O pagamento do serviço da dívida, mais as necessidades para dar início à recuperação de economias mergulhadas numa profunda crise, como é o caso da esmagadora maioria dos países do Terceiro Mundo — especialmente os da América Latina — requerem montantes muito superiores.

A América Latina converteu-se numa região exportadora de capitais. As cifras são fabulosas e estão calculadas em mais de 100 mil milhões de dólares. Por sua vez, os Estados Unidos transformaram-se num país importador de capitais, com os quais procura minorar os efeitos do seu elevado défice fiscal e o desequilíbrio da sua balança de pagamentos.

O segundo facto, que praticamente inviabiliza o Plano Baker, é a atitude do governo norte-americano que recusa a concessão de novos recursos ao Banco Mundial, assim como a posição dos bancos comerciais que literalmente rejeitaram o Plano.

O terceiro facto foi criado pela queda progressiva dos preços das matérias-primas e dos produtos de exportação procedentes da América Latina e de outros países do Terceiro Mundo, o que é agravado pelas medidas proteccionistas dos grandes centros do mundo capitalista, a começar pelos Estados Unidos. É evidente que a deteriora-

ção dos termos de troca (sobem os preços dos produtos industrializados importados pela América Latina e baixam os preços dos seus produtos de exportação, o que gera uma verdadeira ruína financeira nas balanças de pagamento) constitui uma considerável drenagem de divisas para os devedores. Em tais circunstâncias, é altamente improvável que os devedores possam pagar os serviços da dívida nas condições exigidas pelos bancos credores internacionais.

O Plano Baker resulta, pois, insuficiente para contrabalançar este panorama negativo das operações financeiras dos países do Terceiro Mundo. E é precisamente aí que reside a sua grande debilidade.

A América Latina vive a sua mais longa e profunda crise dos últimos 50 anos. A dívida é um aspecto extremamente importante, mas não é o único. Não se trata dum problema conjuntural, como alguns pretendem apresentá-lo, colocando

a questão da dívida como factor determinante. É uma crise estrutural do modelo de crescimento sócio-económico seguido até ao presente e que, na América Latina, remonta ao início da década de 50. É este o fundo da questão e é isto que deve ser resolvido.

Porém, é difícil que cada país latino-americano supere, por si só, a respectiva crise, enfrentando isoladamente a ofensiva dos bancos internacionais, dos países industrializados e as pretensões dos Estados Unidos.

A integração latino-americana é uma urgência e uma necessidade. É uma via para fazer frente aos graves problemas da nossa época e, no caso específico do Plano Baker, para a sua revisão e adaptação às novas realidades dos nossos dias. ●

Pompeyo Márquez*

* O autor é presidente do MAS (Movimento para o Socialismo), um dos partidos políticos da esquerda venezuelana, e vice-presidente do Senado.

cadernos do

terceiro mundo

Portugal

anual (12 números)	850\$
semestral (6 números)	500\$

Espanha (12 números)	900\$
-----------------------------------	-------

Estrangeiro — Anual (12 números) por via aérea

Europa, Angola, Moçambique, Cabo Verde, Guiné-Bissau e São Tomé e Príncipe
23 dólares USA

Restantes Países	28 dólares USA
------------------------	----------------

Assinaturas

Qual o preço do "avanço da civilização"?

Uma jornalista visita os nativos das florestas de Bornéu e fala sobre a resistência dos aborígenes em abandonar as suas terras, uma imposição do governo que projecta construir ali a maior represa do Sudeste Asiático

Nas florestas tropicais do interior de Sarawak, em Bornéu, 5.200 nativos pertencentes a seis grupos étnicos vêm lutando pela preservação das suas terras e do seu estilo secular de vida. A ameaça que enfrentam assume a forma duma gigantesca represa que, se for construída, inundará cerca de 700 quilômetros quadrados (173 mil acres)

de floresta, juntamente com as casas de 11 comunidades nativas.

A construção da represa de Bakun — destinada a ser a maior do Sudeste Asiático — está programada para ter início ainda este ano ou o mais tardar em 1987. Quando terminada, ela terá 204 metros de altura e poderá produzir até 2.400mw (megawatts) de electricidade. Desse to-

tal, 750mw serão enviados, sob o Mar da China, para a Malásia peninsular através do mais longo sistema de cabos submarinos do mundo.

Segundo o governo da Malásia, o projecto vai acelerar o desenvolvimento do país: fornecerá energia barata, poupará diariamente ao Estado o equivalente a 85 mil barris de petróleo e promoverá, além da produção de madeira, a indústria turística. No entanto, alguns economistas vêem esta iniciativa com preocupação. O seu custo — estimado actualmente em 4 mil milhões de dólares — torna-o o projecto mais caro da história da Malásia.

"Numa época de recessão como a que atravessamos, o projecto é demasiado arriscado" diz Ismail Salleh, professor adjunto de Economia na Universidade Nacional, "principalmente porque a represa vai levar muito tempo até produzir algum lucro. E acabaremos ainda mais endividados junto dos bancos estrangeiros, quando a nossa dívida externa já é demasiado grande".

A represa tem enfrentado também uma forte oposição por parte dos grupos ecológicos locais, tais como os Amigos da Terra e a Sociedade de Protecção do Meio Ambiente. Esses grupos não só temem que a grande extensão de florestas tropicais a ser inundada perturbe o equilíbrio ecológico da região, como denunciam a destruição de mais de 30 mil acres de terra de cultivo e o deslocamento de 5.200 nativos (entre os quais os povos Kenyah, Kayan, Kajang, Ukit e Penan).

Estas organizações apontam ainda estudos científicos recentes que demonstram uma maior incidência de doenças graves



Uma avó kenyah com os seus netos: "não queremos ser expulsos"

transmitidas pela água, tais como a esquistossomose e a malária, entre pessoas que vivem perto de outras grandes represas. Estas doenças são propagadas por caramujos, mosquitos e outros organismos que se multiplicam nos lagos criados pelas hidroeléctricas.

Enquanto os técnicos esperam que a represa de Bakun tenha uma vida útil de 50 anos, os críticos observam que o processo de sedimentação do reservatório pode reduzir esse período para 30 anos, como aconteceu com a represa de Ambuklao, nas Filipinas, e com a de Peligre, no Haiti.

O primeiro-ministro, Mahathir Mohamed, atacou os grupos que se opõem a projectos de desenvolvimento como o da represa de Bakun "a pretexto de protegerem o ambiente natural". Recentemente, porém, o ministro da Ciência, Tecnologia e Meio Ambiente, Stephen Yong, apelou a que o ministério reexaminasse o projecto, uma vez que ele iria afectar o equilíbrio ecológico e as pessoas que vivem na região. "Talvez eles não se adaptem às mudanças", disse Yong, "nem adoptem um novo estilo de vida. Será difícil transferi-los para outra parte do país. Precisamos atender aos seus desejos".

Ansiedade e mal-estar

Há diferentes opiniões sobre como os nativos encaram o projecto. Os seus defensores afirmam que as pessoas afectadas irão recebê-lo muito bem, pois este irá permitir-lhes transferirem-se para ambientes mais "modernos". Não foi essa, no entanto, a impressão que recolhi.

Acabo de regressar duma viagem de 14 dias a essa remota área de florestas, onde a selva

virgem cresce em ambas as margens do turbulento rio Baluy, em cujas águas abundam peixes do tamanho de um braço de homem. A represa atravessará exactamente o rio Baluy, afluente do Grande Rejang.

Sob um clima de aparente tranquilidade, o que pude sentir foi uma grande ansiedade e mal-estar entre os povos nativos de Belaga. A palavra "Bakun" está em todas as bocas e em todas as mentes. A grande represa vai chegar, sobre isso ninguém duvida. Mas o resto é desconhecido. Quando será construída, para onde serão eles transferidos, como serão recompensados, que nova vida os espera? — nada disto lhes foi dito até agora.

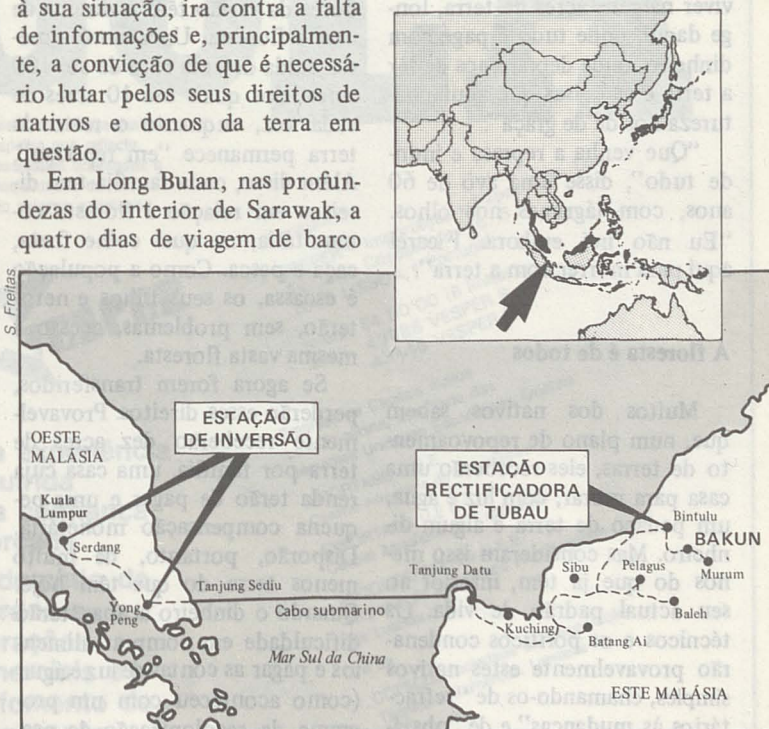
O resultado é que os ânimos começam a exaltar-se — uma mistura de desespero em relação à sua situação, ira contra a falta de informações e, principalmente, a convicção de que é necessário lutar pelos seus direitos de nativos e donos da terra em questão.

Em Long Bulan, nas profundezas do interior de Sarawak, a quatro dias de viagem de barco

da cidade mais próxima, encontrei um grupo de cerca de 600 a 700 nativos do grupo étnico Uma Baka Kenyah, em oito casas comunitárias espalhadas ao longo das margens do rio Baluy. Entre as pessoas com quem falei, a opinião era uma só: "não queremos sair daqui".

Todos os homens, mulheres e crianças que entrevistei manifestaram um grande apego às suas florestas e ao seu modo simples de vida, coisas que eles receiam ver desaparecer quando a represa os forçar a transferirem-se para outros lugares.

Numa outra comunidade, Long Geng, no rio Linau, os 1.200 membros do grupo étnico Badang Kenyah que residem em sete casas comunitárias mostraram-se igualmente contrários à represa. "Nunca fomos devida-



O mapa mostra a localização dos cabos submarinos que levarão energia eléctrica até à Malásia, através do Mar da China



Um nativo pescando em Bakun: "temos tudo o que precisamos para viver"

mente consultados", queixou-se um jovem de 20 anos. Outros disseram: "não queremos ter de viver nalguns acres de terra, longe daqui, onde tudo é pago com dinheiro, onde deixaremos de ter a terra e as coisas que aqui a natureza nos dá de graça".

"Que venha a represa e inunde tudo", disse uma avó de 60 anos, com lágrimas nos olhos. "Eu não irei embora. Ficarei aqui para morrer com a terra".

A floresta é de todos

Muitos dos nativos sabem que, num plano de repovoamento de terras, eles receberão uma casa para morar, com luz e água, um pedaço de terra e algum dinheiro. Mas consideram isso menos do que já têm, inferior ao seu actual padrão de vida. Os técnicos e os políticos condenarão provavelmente estes nativos simples, chamando-os de "refrac-tários às mudanças" e de "obstáculos ao progresso".

A verdade é que eles têm um

bom motivo para quererem ficar onde estão. Nos termos da lei consuetudinária, todos os moradores da região têm o direito de usar a floresta. Uma família média cuida de uma roça de até 100 acres, dos quais usa 10 acres de cada vez, enquanto o resto da terra permanece "em repouso". Além disso, cada família tem direitos em relação à floresta comunitária, na qual colhe fruta, caça e pesca. Como a população é escassa, os seus filhos e netos terão, sem problemas, acesso à mesma vasta floresta.

Se agora forem transferidos, perderão esses direitos. Provavelmente receberão dez acres de terra por família, uma casa cuja renda terão de pagar e uma pequena compensação monetária. Disporão, portanto, de muito menos terra do que têm hoje. Quando o dinheiro acabar, terão dificuldade em comprar alimentos e pagar as contas de luz e água (como aconteceu com um programa de recolonização de pessoas afectadas pela represa de Batang Air).

Porém, piores problemas os nativos prevêem para os seus filhos. Com apenas dez acres por família, a segunda geração e as seguintes não terão terra suficiente para o seu sustento.

Já no final da minha permanência em Long Geng, uma avó Kenyah de 60 anos cantou uma *parap* (uma oferenda, onde se serve vinho de arroz), homenagem tradicional da cultura local, raramente feita a um visitante:

Agradecemos a tua visita/pois receamos que em breve morramos afogados/por causa de Bakun./Estamos de luto devido aos nossos problemas./Ajuda-nos, por favor, diz aos teus amigos/e a todos os que vivem no mundo lá de fora/que temos problemas./ Lembra-te, por favor, de nós e da nossa situação/aonde quer que fores, onde quer que estejamos.

Pelo que vi nesta visita, acredito que estes homens e mulheres da floresta vivem uma vida mais feliz do que a que conhecemos nas cidades "civilizadas".

A represa de Bakun representa a imposição de um estilo de vida sobre outro, no qual os ditames da tecnologia moderna e da "civilização" se sobrepõem aos direitos dos povos indígenas sobre as suas terras, ao direito de continuarem o seu modo de vida, ao direito de sobreviverem com dignidade.

Mas talvez ainda venha a ser oferecida uma trégua aos nativos de Belaga. Um alto funcionário do governo anunciou recentemente que, embora o projecto da represa de Bakun tenha sido aprovado, a sua implantação pode ser adiada, dependendo da disponibilidade de verbas.

Teresa Apin/
Third World Network Features

**Estamos cá
como se estivessemos lá.
Somos uma ponte segura
na cooperação recíproca.**



uma Empresa privilegiada
na auscultação directa e
no diálogo negociador,
preparada e experimentada
como via das melhores condições
de parceria, que decorrem do
planeamento de
um grande mercado.

ANGOLA

O seu estatuto preferencial
é um espelho que reflecte
as necessidades orientadas e
as potencialidades do
comércio externo angolano.



**uma experiência
adquirida
uma confiança
reforçada
no domínio de
acordos e
operações
comerciais e
no fomento de
cooperação
técnica com a RPA.**

Consulte:

VESPER • Importação e Exportação, Lda.
Av. João Crisóstomo, 16, 3.º
1000 LISBOA • Portugal
telefs. 54 60 00 (8 linhas)
telex 43688 VESPER P
43446 VESPER P

Empresa de Capitais mistos
Luso-Angolana, associada das
seguintes Unidades Económicas Estadais:

IMPORTANG U.E.E.
Central Angolana de Importação

EXPORTANG U.E.E.
Central Angolana de Exportação

ANGODESPACHOS U.E.E.
Empresa de Despachos Alfandegários
de Luanda

e da
**COTECO, Sociedade de Cooperação
Técnica e Comercial, Limitada**

CAMINHO

O poema impossível

O «Fausto» de Pessoa

Manuel Gusmão

A poesia de Pessoa é uma fronteira decisiva na poesia portuguesa, particularmente activa, nomeadamente, na obra daqueles que começaram a escrever até aos anos 60. Quero dizer com isto que o melhor da poesia portuguesa nos anos 40 e 50 se situa em relação a essa fronteira, mesmo que de formas por vezes acentuadamente diferentes. A poesia que ignora Pessoa corre fatalmente o risco de falhar o seu voo. Interessa que a legítima importância da poesia de Pessoa não sirva de álibi para ocultar que a grande poesia portuguesa continuou e continua, não sirva de álibi para mal a amar, para a desconhecer. Que, precisamente, aquilo que foi e é a poesia de Pessoa não possa abusivamente ser utilizado para repetir o gesto, que não é uma fatalidade histórica, de canonizar um poeta para continuar a ignorar, a ocultar, a poesia, como paixão e necessidade historicamente renascente, para continuar, de múltiplas formas, a impedir o direito à poesia de hoje, agora.



o prazer de ter bons livros para ler

CDL a distribuição

A justiça do lado dos pequenos

Um tribunal da Malásia ordenou a suspensão das operações de uma transnacional, a Asian Rare Earth, após um processo movido por moradores da pequena cidade onde a fábrica produz resíduos radioativos

A pequena cidade de Bukit Merah, no norte da Malásia, acaba de impedir que uma transnacional continue a produzir uma substância radioativa que, segundo as denúncias da população, põe em risco a saúde dos 15 mil habitantes. A população obteve um mandato judicial ordenando a suspensão das operações da *Asian Rare Earth Company*, até que a mesma tome as necessárias medidas de segurança para evitar a contaminação radioativa do ambiente a partir dos seus resíduos.

A decisão da justiça foi tomada após três anos de controvérsia, que atingiu nível nacional, sobre os perigos dos resíduos radioativos. Afirmando que a radiação proveniente dos resíduos amontoados sem um mínimo de cuidado na fábrica punha em risco a sua saúde, oito moradores iniciaram um processo contra a fábrica, cujo capital tem participação do conglomerado japonês *Mitsubishi Chemical Industries*.

“Não queremos que aconteça aqui um acidente como o do Bhopal”, disse no tribunal o advogado dos moradores, Dr. G. S. Nijhar. “A empresa deve observar aqui os mesmos padrões

de segurança que adota nos países desenvolvidos”. Segundo os moradores, a fábrica não obedecia às normas internacionalmente aprovadas para o armazenamen-

remover e eliminar adequadamente todos os resíduos radioativos. Salientando que o que estava em jogo não eram “dólares nem centavos, mas a vida da população”, o juiz Abidin disse que, embora ainda não houvesse sinais evidentes de radiação, o perigo já existia, uma vez que um dos oito queixosos morreu recentemente de cancro.

Quer esta morte esteja ou não relacionada com o caso, o juiz disse no tribunal que “seríamos cegos se ignorássemos os efeitos da radiação, os quais no futuro manifestar-se-iam durante muitos anos”.

Ao deixar o tribunal, após



Populares protestam contra o perigo proveniente dos resíduos radioativos

to e eliminação de resíduos radioativos.

Além de conceder um mandato temporário contra a fábrica, o juiz do Supremo Tribunal, Dr. Anuar bin Datuk Zainal Abidin, ordenou que a transnacional tome providências imediatas para

anunciar a sua decisão, o juiz foi entusiasticamente aplaudido por uma multidão de três mil pessoas, que durante cinco horas aguardavam o resultado do julgamento no exterior do edifício. Mulheres com crianças ao colo e mulheres idosas compunham

terceiro mundo — 75

grande parte dessa multidão, que incluía não apenas residentes de Bukit Merah, mas também de outras duas cidades vizinhas — Lahat e Papan —, também elas com motivos para estarem contentes. A fábrica havia proposto anteriormente lançar os seus resíduos radioactivos num local próximo a essas duas cidades.

A fábrica da *Asian Rare Earth* produz ítrio — elemento usado em vários ramos industriais — a partir da monazita, substância encontrada na escória de estanho. No processo, o hidróxido de tório radioactivo é libertado como resíduo. Esta última substância pode apresentar perigo de radioactividade durante 10 mil milhões de anos. Não obstante, o governo da Malásia decidiu armazená-la como possível combustível nuclear para uso futuro pelo centro de pesquisas nucleares do país, o Centro de Pesquisas Atómicas de Tun Ismail (PUSPATI).

Esconder os resíduos

Em 1982, as autoridades tinham proposto inicialmente armazenar os resíduos em Parit, pequena cidade do estado de Perak, no norte da Malásia. Contudo, devido aos protestos dos habitantes de Parit, o plano foi abandonado.

Em Abril de 1984, foi escolhido outro local — um terreno baldio localizado a cerca de um quilómetro de Papan, outra cidade próxima. Mais uma vez, os fortes protestos e manifestações dos moradores obrigaram as autoridades a abandonar o plano.

Foi então necessário encontrar outro local para despejar os resíduos que, até então, ficariam no terreno da fábrica, em Bukit Merah. A preocupação dos moradores prendia-se com o facto de que a fábrica não estava a arma-

zenar os resíduos de acordo com os padrões internacionais de segurança. Ao invés disso, diziam os moradores, os resíduos eram acondicionados sem qualquer cuidado em tonéis e em sacos de plástico, atirados no terreno da fábrica e em terras adjacentes. Fotografias tiradas pelos moradores mostravam que os tonéis não eram devidamente cobertos e os sacos de plástico pareciam ter sido simplesmente amontoados uns sobre os outros. Segundo os moradores vizinhos à fábrica, esta tentava ocultar os resíduos, cobrindo-os parcialmente com areia.

Third World Network



Sacos de plástico com matéria radioactiva eram simplesmente abandonados

Além disso, segundo eles, a fábrica tinha lançado enormes quantidades de resíduos num lago próximo de onde parte um dos rios vizinhos da cidade de Papan; a relva em torno do lago tinha secado e a água do lago assumira uma cor avermelhada.

A fábrica alegou que sempre havia obedecido aos padrões internacionais de segurança e que os seus operários não tinham

sido afectados pela radiação, que se situava abaixo dos níveis perigosos.

Níveis elevados de radiação

A fim de provar os seus motivos, os moradores citaram as observações do professor Sadao Ichikawa, especialista de renome mundial, quanto aos efeitos da radiação de baixo nível. O professor Ichikawa havia visitado Bukit Merah em Dezembro de 1984, ocasião em que fizera medições dos níveis de radiação nas proximidades do local de arma-

zenamento da fábrica da *Asian Rare Earth*. No seu relatório, Ichikawa revelou que os níveis de radiação no local e vizinhanças eram muito mais elevados que a média natural de radiação no mundo, que é de 100.000 rem/ano, ultrapassando também o valor-limite de 500.000 rem/ano estabelecido como tolerável para a população pela Comissão Internacional de Protecção Radioló-

gica (ICRP).

As constatações do professor indicavam que o armazenamento temporário dos resíduos de tório, bem como o funcionamento da fábrica, apresentavam perigo tanto para as pessoas que morassem ou trabalhassem no local de despejo como na própria fábrica. A situação poderia ser igualmente perigosa a longo prazo para os residentes dos conjuntos habitacionais próximos.

Os moradores afirmaram ainda perante o tribunal terem conhecimento de um relatório de três especialistas da Agência Internacional de Energia Atômica (IAEA), que visitaram e inspecionaram a fábrica e o local de despejo de resíduos proposto na ocasião, em Papan. O relatório recomendava que "a actual pilha de resíduos de hidróxido de tório fosse eliminada imediatamente, uma vez que os tonéis não estão devidamente fechados, não estão protegidos contra chuvas e enchentes e não existe qualquer cobertura protectora ou zona de exclusão que impeça a radiação de contaminar o exterior".

As doze medidas

Ao mesmo tempo que o tribunal ordenou a suspensão operacional da transnacional e a eliminação dos seus resíduos radioactivos, exigiu que a mesma obedecesse às 12 medidas de segurança estipuladas pela IAEA. Entre estas, incluem-se:

- Construção de um edifício temporário, fechado, acima do solo, para armazenamento dos resíduos de hidróxido de tório;

- Estabelecer e manter uma zona de exclusão de 10 metros, de acesso controlado, em torno desse edifício temporário de armazenamento;

- Equipar o edifício tempo-

rário de armazenamento com um sistema de ventilação a fim de remover o hidróxido de tório do edifício antes da entrada dos operários;

- Cobrir e proteger contra a possível acção da chuva ou de enchentes os recipientes já cheios que estejam a aguardar transporte para a instalação de armazenamento;

- Estabelecer procedimentos rígidos de limpeza a fim de manter ao mais baixo nível possível a

a perder pode ser recuperado, mas não a vida de seres humanos. Não existe cura para os efeitos da radiação. Não há dinheiro que compre remédios para curá-la".

Os que se dedicam, na Malásia, à protecção do ambiente aplaudiram com entusiasmo a decisão judicial. Os Amigos da Terra da Malásia, organização que há anos vem ajudando os moradores a debater a questão, recebeu com satisfação a constata-



Depósito da Asian Rare Earth Company onde os resíduos eram guardados

exposição dos operários e do público à radiação.

O tribunal exigiu também que a fábrica empregue um especialista em radiação encarregado de fazer vigorar os melhores métodos de protecção contra radiação, além de fiscalizar as operações da mesma.

Ao concluir o seu julgamento, o juiz Anuar observou: "o dinheiro que (a companhia) venha

tação de que a justiça reconhece os perigos que representa a armazenagem de resíduos radioactivos. "Quando um tribunal reconhece que a saúde das pessoas é mais importante que os interesses menores da indústria, isso representa uma grande vitória", afirmou o presidente da organização, Mohamed Idris.

Yap Bing Nyi/
Third World Network Features

Um "best-seller" sobre Olga Prestes

Um jornalista brasileiro, Fernando Moraes, após vários anos de pesquisa em diversos países, lança um livro sobre uma mulher "decidida, valente, judia, comunista", que morreu numa câmara de gás na Alemanha nazi: a mulher de Luis Carlos Prestes

Nascido em Mariana, estado de Minas Gerais, em 1946, Fernando Moraes tem 26 anos dedicados ao jornalismo, tendo ganho vários prêmios pelos seus excelentes trabalhos de reportagem, como a série "Transamazônica", depois transformada em livro pela *Editora Brasileira*. Também em forma de livro, além de "Transamazônica", escreveu "A ilha", "Socos na porta", "Não às centrais nucleares" e "Primeira página". "A ilha", uma reportagem sobre a revolução cubana, já vendeu mais de 250 mil exemplares e foi editado, além do Brasil, na Alemanha Federal, Porto Rico, México, Argentina, Espanha e Venezuela. Escritor e jornalista, Fernando Moraes é também um activo político. Foi eleito deputado estadual

por São Paulo em 1978 e reeleito em 1982 pelo Partido do Movimento Democrático Brasileiro (PMDB) e é agora candidato a deputado federal e membro da Assembleia Constituinte, às eleições de 15 de Novembro de 1986.

Nove anos depois de escrever

"A ilha", Fernando Moraes torna a emocionar os seus leitores com uma história apaixonante, a vida de Olga Benário, judia, comunista e companheira de Luis Carlos Prestes, que o governo de Getúlio Vargas entregou, grávida, à Gestapo, para ser depois executada nas câmaras de gás nazis.

Depoimentos inéditos dos personagens da época, documentos secretos sobre a rebelião comunista de 1935 no Brasil (pesquisados nos arquivos alemães, brasileiros e norte-americanos), episódios de espionagem, paixão e violência compõem este livro fascinante. A seguir, a entrevista exclusiva a *caderanos do terceiro mundo*, onde Fernando Moraes explica os motivos que o levaram a empreender esta tarefa, as dificuldades que teve de vencer para reali-



Fernando Moraes: um livro fascinante fruto de um paciente trabalho



Passaporte falso utilizado por Prestes e Olga para entrarem no Brasil.

zã-la e o resultado finalmente alcançado.

Qual a razão que o levou a escrever sobre a vida de Olga Benário Prestes?

— Acho que, como uma boa parte da minha geração, ouvi falar dela ao longo da juventude. Mas eram sempre informações esparsas — ela era apenas “a judia bonita, mulher do Prestes, que Filinto Müller¹ deu de presente a Hitler quando estava grávida de sete meses”. Quando comecei a trabalhar em jornalismo, essa história — que a um só tempo me aterrorizava e fascinava — começou a crescer na minha cabeça, já com ar de reportagem. Mas seria ilusão supor que eu pudesse pesquisar ou escrever sobre Olga Benário no tempo da ditadura militar. Afinal, durante uma boa parte desse tempo, esteve vivo — e no poder — justamente o algoz de Olga, Filinto Müller. Então, foi preciso ter paciência e esperar com avidez que o ar se tornasse mais respirável no Brasil para mergulhar no assunto.

Esteve no seu pensamento resgatar também, através de Olga, o que tem sido a participação da mulher na história?

— Olga emerge da história — seja na luta da Juventude Comunista alemã, no começo do século, seja na revolta comunista de 1935², no Brasil, seja na organização de mulheres, nos campos de concentração nazi — como um símbolo da luta das mulheres. Aliás, é mais do que isso: eu vejo que muito do que é dito e pregado hoje por lideranças feminis-

tas, como sendo algo avançado para o nosso tempo, Olga já dizia — e vivia essas propostas há sessenta anos atrás. A questão da relação homem-mulher, as dificuldades de lidar com o ciúme possessivo, com o amor-propriedade, tudo isto aparece na vida de Olga. Parece que esses traços da sua personalidade contribuíram para que muita gente lesse o meu livro como algo de muito actual.

Arquivo Hélio Silva

¹Principal responsável pela repressão durante a ditadura de Vargas, tendo morrido num desastre de aviação quando exercia o mandato de senador pelo partido oficial ARENA, durante a presidência do general Médici.

²Em Novembro de 1935 teve lugar no Rio de Janeiro e no nordeste brasileiro uma revolta de carácter comunista sob o comando de Luis Carlos Prestes. No mesmo dia, a situação foi controlada pelo governo, tendo os seus principais líderes sido presos e processados, ao mesmo tempo que se desencadeou uma feroz repressão contra os sectores de esquerda.



Cartazes sobre a perseguição a Prestes (Paris, 1936-37)

Arquivo Hélio Silva



Olga viveu e morreu de acordo com os ideais que sempre defendeu

Deve ter sido bastante difícil reconstruir uma vida transcorrida – quase toda – na clandestinidade. Ainda por cima, porque essa clandestinidade acompanhou Olga por diversos países de dois continentes. Foi preciso viajar muito para reunir as informações indispensáveis à elaboração do livro?

– Eu fui obrigado, praticamente, a dar uma volta ao mundo para entrevistar pessoas e “fugar” arquivos em busca de informações, depoimentos, testemunhas vivas da saga de Olga Benário Prestes. Do Instituto do Movimento Operário, em Moscou, aos *National Archives*, em Washington, passando pela Fundação Feltrinelli, em Milão, e pelo Instituto de Marxismo-Leninismo, de Berlim Leste, indo a Buenos

Aires, a Paris, a Londres. Fui pessoalmente ou recorri a amigos para pesquisar tudo o que pudesse ter relação directa ou indirecta com ela. Entrevistei amigos e amigas de Olga do começo do século, companheiras de prisão aqui no Brasil ou nos campos nazis, falei com dirigentes comunistas e anônimos porteiros de hotéis, já aposentados, para que nada ficasse à margem desta história apaixonante.

Que outras dificuldades teve que superar para completar a pesquisa?

– A sua pergunta anterior já conta um pouco dessas dificuldades. A partir do momento em que aparece pela primeira vez aos olhos da multidão (em 1928, em Berlim, quando ela invade

uma prisão, de arma na mão, para libertar o namorado, preso sob acusação de espionagem) até ao último instante da sua vida, em 1942, Olga vive clandestina ou presa. Aqui no Brasil, por exemplo, nas raras citações em que ela aparece, é de forma subalterna, machista – ela é apenas “a mulher de Prestes”, como se não tivesse tido uma vida e uma história próprias. Tive dificuldades para levantar documentos no Itamaraty – claro, o papel da diplomacia brasileira naquela época foi, no mínimo, vergonhoso – e para localizar testemunhas vivas que tivessem estado com ela. Afinal, se estivesse viva, Olga teria 78 anos, e, como a sua militância foi muito precoce, os seus amigos de então já morreram, ou estão muito velhos.

Teria sido possível escrever “Olga” sem a ajuda de Luís Carlos Prestes?

– Não. Foi a partir dos primeiros depoimentos que ele me deu que percebi que ela não era só a “mulher do Prestes”. Foi ele quem me contou, pela primeira vez, que Olga já tinha uma história de luta quando se conheceram, no Inverno de 1934. E foi a partir do que Prestes me disse que decidi partir para a Alemanha e para os outros países. Sem ele, este livro teria sido impossível.

“Ela era uma mulher especial”

Ao contar a história de Olga – “uma história de amor e de intollerância”, segundo a sua própria definição –, acabou por escrever também uma história da revolta comunista de 1935. O que mais contribuiu, a seu ver, para o trágico desfecho dessas duas histórias que tanto se confundem?

– A tragédia de Olga, na mi-

nha opinião, transcende a questão política. Ela morreu porque continha características que, se em si próprias já eram intoleráveis, tanto mais graves se tornavam somadas numa só pessoa. Ela era uma mulher que fazia política num mundo de homens — e uma mulher especial: corajosa, decidida, determinada, valente; era judia, quando o seu país levava o preconceito anti-semita ao paroxismo; era comunista quando na Europa e no Brasil vicejava o nazi-fascismo; e, como se tudo isso não bastasse, era mulher de Luís Carlos Prestes no país de Vargas e de Filinto Müller.

Já a compreensão do fracasso da revolta comunista de 35 parece-me mais simples. Ainda que o episódio não tenha sido o centro da minha pesquisa e da minha preocupação, é inevitável que eu tenha tirado as minhas próprias conclusões: além de não existirem condições políticas e militares para o triunfo da revolta, havia um espião infiltrado no comando dos revoltosos. O meu livro comprova que Franz Paul Gruber, que o Comintern enviara ao Brasil como um quadro qualificado (um ano antes, ele havia sido processado por Hitler, à revelia, como comunista), era um agente duplo, trabalhava também para o *Intelligence Service*, da Grã-Bretanha.

À luz das minuciosas pesquisas que empreendeu sobre a repressão à revolta de 35, acha-se em condições de estabelecer termos de comparação entre a intensidade da tortura na época, incluído o período imediatamente posterior ao Estado Novo, e a da fase inaugurada com o golpe militar de 1964?

— Não tenho condições de

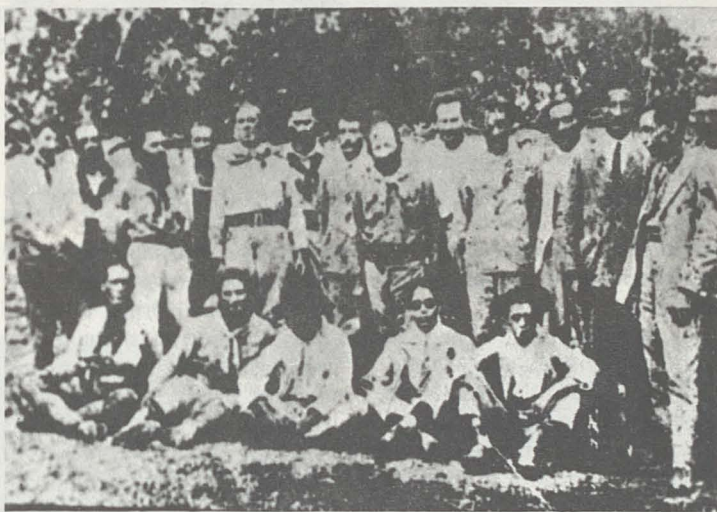
responder. Aliás, ninguém tem. Quem pode dizer se a “cadeira do dragão” de Fleury³ é mais selvagem que os maçaricos de Filinto Müller? A repressão que se seguiu a 35 e a 64 parece-me igualmente medieval. Aliás, muitos dos torturadores eram os mesmos em 1935 e em 1964.

Pode-nos falar do que qualificou de “relações promíscuas” entre a diplomacia brasileira e a Gestapo, a polícia política nazi?

— O caso do diplomata Mo-

esquadrinhava os arquivos da Gestapo para identificar se entre os estrangeiros presos no Brasil havia comunistas ou subversivos “de raça judia”, como dizia.

Foi ele quem farejou quase cem mil fotos e fichas policiais dos nazis para descobrir e revelar, triunfante, a Filinto Müller, que a mulher que tinha sido presa com Prestes não era nenhuma Maria Bergner Vilar ou Maria Prestes, mas a judia Olga Benário, procurada pela polícia alemã.



“Além de não existirem condições políticas e militares para a vitória da revolta, havia um espião infiltrado entre os rebeldes”

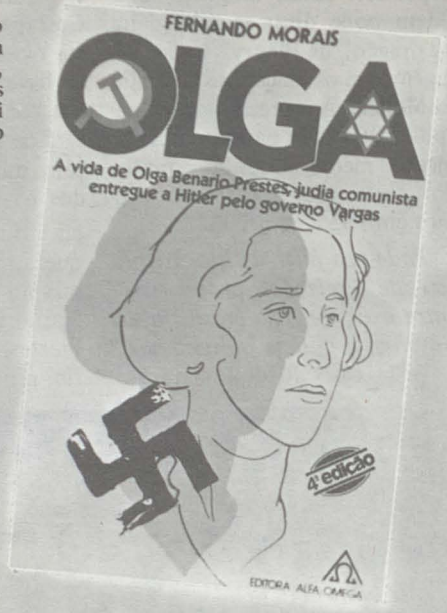
niz de Aragão, embaixador do Brasil em Berlim de 1935 a 1938, é exemplar. Esse senhor tinha relações privilegiadas não com o Reich, o Estado alemão, mas com a Gestapo, a polícia secreta nazi. Os manuscritos que ele dirigia ao Itamaraty — a que tive acesso através de fontes inconfessáveis — dão a medida da sua subserviência a Hitler, à SS e à Gestapo. Como um polícia, ele

Desgraçadamente, no entanto, o embaixador José Joaquim de Lima e Silva Moniz de Aragão — era esse o nome dele —, não era uma exceção. Documentos espalhados por arquivos de todo o mundo comprovam que esse era o comportamento, essa era a política oficial do governo e da diplomacia do Brasil naquela época.

Revelações inéditas

As pesquisas que realizou para escrever este livro modificaram a sua visão pessoal da história

Capa do livro
"Olga", um
best-seller no Brasil,
liderando as vendas
desde que foi
lançado



ria daquelas décadas? Quais são os elementos novos e as modificações?

— Hoje eu acredito que, em boa medida, o sucesso de "Olga" deve-se ao facto de não ser um amalgamado de factos já conhecidos. Embora escrito meio século depois do ocorrido, o livro traz revelações inéditas, tais como a comprovação de que Gruber era espião; a participação de agentes do Departamento de Estado norte-americano na repressão à revolta; os documentos de Moniz de Aragão a que me referi há pouco; a surpreendente loquacidade do argentino Rodolfo Ghioldi⁴, na prisão.

A visão que eu tinha — e acho que não apenas eu, mas a minha geração — dos episódios que envolveram o Brasil em 1935 era muito simplista, com os "bons" de um lado e os "maus" do outro. Três anos de investigações e

entrevistas mostraram-me que a história não aconteceu bem assim. Da mesma forma, terminei o livro convencido de que os tais "assassinatos de oficiais por comunistas, durante o sono", são pura lenda.

Como foi a sua separação de "Olga", depois de três anos de entrega e descobrimentos?

— O meu envolvimento emocional foi muito intenso. Primeiro, no começo do trabalho, era o repórter fascinado pelo assunto. Depois, eu mesmo, pessoa física, apaixonado pelo personagem. Houve alguém que captou esse sentimento muito bem. Acho que foi o Jorge Escosteguy, da revista *ISTOÉ*, que me disse: "tratava-se de uma obra apaixonada, e felizmente é assim. Sem paixão, este livro seria impossível". Eu concordo.

Numa entrevista ao "Jornal do Brasil", você declarou que pretende, agora, escrever sobre o

jornalista Assis Chateaubriand ou sobre o agente da polícia Sérgio Fleury, um delegado que se destacou pela ferocidade com que actuou na repressão durante os anos 60 e 70. O que o leva a sair de "Olga" para personagens tão diferentes?

— Darcy Ribeiro disse que aqui vive "um povão enorme que sintetiza os talentos e as taras de todas as raças". O Brasil é um universo sem fim de histórias gloriosas e miseráveis à espera de alguém que se dê ao trabalho de contá-las. Eu gostaria muito de poder fazê-lo. De Adhemar de Barros⁵ ao garoto de classe média de São Paulo que, sem razão aparente, matou o pai, a mãe e os quatro irmãos. A morte de Martins, Miragaia, Drauzio e Camargo, os quatro rapazes abatidos a tiro em São Paulo, em 1932, foi adocicada pela história oficial, mas é um episódio que dá livro, filme, peça de teatro, série de televisão, o que você quiser.

Através de Assis Chateaubriand, você faria um retrato de um certo Brasil. Escrever a história do delegado Sérgio Fleury mostraria um outro Brasil. E o capitão Sérgio Macaco⁶? Como é que Costa-Gavras ainda não o descobriu? Mas a minha grande tentação, agora, é contar a vida de Luís Carlos Prestes. Espero que ele aceite.

Artur José Poerner

⁵Político brasileiro (1901-1969). Exerceu o mandato de deputado em diversas legislaturas. Eleito, em 1962, governador de São Paulo participou nas tramas que levaram ao golpe de Estado de 1964. Posteriormente, foi proscrito pela ditadura.

⁶Sérgio Ribeiro Miranda de Carvalho, actualmente coronel, proscrito pela ditadura brasileira por não ter colaborado numa série de atentados planificados pelos altos comandantes da força aérea.

⁴Dirigente do Partido Comunista Argentino, na época ao serviço do Comintern.

O Momo anti-imperialista

Os uruguaios encontram no carnaval uma valiosa arma para enfrentar o "bombardeamento" colonialista dos meios de comunicação e as *murgas* e as *comparsas* negras são dois dos principais protagonistas dessa festa popular.

As ditaduras sempre tiveram problemas com as manifestações populares, por mais "inocentes" que estas aparentem ser. E quando, além disso, essas manifestações não provêm do exterior — mas do âmago da história do povo que as vive — então o

problema torna-se ainda mais grave.

No Uruguai, por exemplo, a ditadura sempre esteve em luta contra o carnaval. Por isso acorrentou-o, censurou-o, empobreceu-o, amordaçou-o, vigiou-o e ameaçou-o durante mais de uma

década. Durante todos esses anos, Momo conseguiu sorrir e, por debaixo desse sorriso, alimentar, manter e dar à luz novos filhos que foram enfrentar as armas com a ironia, o medo com a sátira e a morte com uma canção de esperança.

Hoje que o Uruguai recuperou a sua liberdade política, não é justo esquecer algumas dessas manifestações que durante os anos de escuridão foram como pão que permitiu ao povo prosseguir de pé, acreditando, seguindo em frente. Os grupos ou "blocos" de carnaval sempre combateram a tristeza. Entre eles, houve dois tipos que merecem uma atenção especial: as *comparsas lubolas* e as *murgas* (grupos folclóricos). As primeiras, pelo seu profundo significado histórico;



Fotos: Fernando Giordano

Durante os anos de ditadura, os grupos ou "blocos" de carnaval sempre combateram a tristeza



As festas foram um reduto de resistência para os negros escravos

as *murgas*, pela sua importância social. Ambas são hoje pilares da cultura popular uruguiaia.

As “comparsas” de negros “lubolos”

É por este nome que é conhecida popularmente no Uruguai a mais importante manifestação artística da cultura negra. Uma breve explicação histórica ajudará a compreender melhor o seu verdadeiro significado.

A cidade de Montevideo foi erguida em 1726 como praça-forte destinada a defender os interesses da Coroa espanhola ameaçados por Portugal.

Os seus fundadores foram emigrantes provenientes das Ilhas Canárias, tendo a cidade, já nos seus primeiros anos, passado a ser um importante porto de entrada de escravos provenientes de África. Em 1751, o número de escravos negros era de 157; mas de 1791 a 1810 Montevideo converteu-se no único porto do

Rio da Prata autorizado a centralizar esse infame comércio, razão pela qual, em 1803, os escravos negros constituíam cerca de um terço dos cinco mil habitantes da cidade.

Como não existiu no resto do território plantações, engenhos ou jazidas minerais, nem tão-pouco outros centros urbanos importantes que tivessem necessidade de concentração de mão-de-obra escrava, os negros fixaram-se tradicionalmente em Montevideo, submetidos, na sua maioria, aos trabalhos domésticos.

Esse tipo de trabalho possibilitou um contacto mais directo entre o senhor e o escravo, que determinou uma aculturação deste último à sociedade branca exploradora, de forma mais rápida e natural do que ocorreu noutras regiões do continente sul-americano. Isto, juntamente com o facto da emancipação dos escravos ter ocorrido mais cedo nesta parte da América (a primeira “liberdade de ventres” foi decretada em

1813 e a abolição total da escravidão foi promulgada em 1842) fizeram com que o escravo negro da Banda Oriental (primeira denominação nativa do actual território do Uruguai) fosse perdendo a sua identidade cultural de origem e, sobretudo, o sentido do ritual como factor de união frente à opressão.

Dada a origem diversa dos escravos (Moçambique, Mina, Congo, Benguela, Angola, Guiné, Quizambe e Camunda, entre outras), aos poucos foram-se formando pequenas comunidades que se reuniam em “salas” e congregavam os membros de cada “nação”. As “salas” estavam instaladas em casarões em ruínas da periferia, em propriedades alugadas ou cedidas pelos amos. Na “nação”, tanto os móveis velhos como a roupa em segunda mão que os negros vestiam nas festas, eram dados pelos amos. As festas eram um importantíssimo reduto de resistência para a população negra, que servia como “válvula de escape” para a tensão a que estavam constantemente submetidos.

Cada “nação” escolhia o seu “rei”, “rainha” e respectivos “cortesãos” segundo o grau de nobreza africana de origem, ou de acordo com a idade e com o respeito de que gozavam na comunidade. Os “reis” vigiavam a conduta dos seus súbditos, administravam as doações e as esmolas, confortavam e ajudavam os negros mais desamparados, oficiavam os enterros como “sacerdotes” e, sobretudo, cuidavam e davam assistência à preparação das “danças”, as quais, lentamente, se transformaram numa atracção popular muito difundida entre os brancos de Montevideo, especialmente aos domingos e em datas especiais.

Em relação à participação dos

negros nas celebrações do carnaval, já em 1760 a procissão do *Corpus Christi* foi encabeçada por três conjuntos de dançarinos: um de soldados, outro de negros e um terceiro de mulattos. Os primeiros dançavam ao som duma banda militar, enquanto os outros dois dançavam ritmos supostamente antecessores do *candombe*, dança e ritmo que constituem hoje a essência da cultura negra no Uruguai.

A incorporação definitiva e permanente do negro no carnaval de Montevideo com o *candombe* e através da *comparsa* (tal como se apresenta actualmente) aconteceu em 1870.

O "candombe"

Executado apenas por grupos de tambores (*cuerdas de tambores*) o *candombe* é um ritmo absolutamente hipnotizante, como todos os criados por culturas que nos seus rituais perseguem e alcançam o estado de "trance". É impossível tentar descrevê-lo e totalmente sem sentido tentar esquematizá-lo segundo o código musical tradicional.

Os tambores utilizados hoje são de madeira, unida por aros de ferro. Uma das extremidades é fechada com uma pele de animal (*lonja*) sobre a qual se bate com a mão ou com uma *baqueta*



O tambor é o instrumento principal do *candombe*

te. Existem quatro tipos de tambores (*chico, repique, piano e bombo*) com alturas e timbres diferentes, determinados pela largura da *lonja*. Cada tambor

executa figuras rítmicas diferentes, apoiando e dialogando com os outros. Hoje, o *candombe*, que não é cantado mas apenas tocado e dançado, já não conserva a melodia. O *candombe* foi também aproveitado pelos compositores de música popular e "cult", mas isso constitui um outro fenómeno.

Como dança, o *candombe* perdeu a sua rica coreografia original. Apenas subsistem, juntamente com os tambores e com o típico "passo de dança", alguns personagens, como a *mama vieja* e o *grammillero* (par de dançarinos fantasiados de velhos e vestidos com trajes da época colonial) ou o *escobillero* (espécie de malabarista que faz girar a grande velocidade por todo o corpo uma pequena vassoura). Hoje são também característicos os porta-bandeiras (que fazem drapejar as cores da *comparsa* e outros símbolos como estrelas e meia-luas), o porta-estandarte e



O *candombe* constitui hoje a essência da cultura negra no Uruguai

as *vedettes*, as bailarinas principais do corpo de baile, que sobressaem pelos seus movimentos, beleza e vestuário brilhante e cheio de plumas. Embora as *comparsas* participem da actividade dos *tablados*¹, elas atingem o seu maior brilho e esplendor nos desfiles.

O desfile de "Las llamadas"

Deste desfile participam apenas as *comparsas* de negros *lubolos* (nome que se dava antigamente aos brancos que se pintavam de negros). São denominados "llamadas" pelo costume que existia entre os integrantes das *comparsas* de sair pelo bairro ou pela região, chamando-se uns aos outros através dos tambores para se reunirem num determinado ponto e dali seguirem em desfile de forma mais ou menos improvisada.

Em 1956, o município de Montevideo (percebendo um aproveitamento turístico) oficializou o desfile e incorporou-o aos festejos do Rei Momo, constituindo actualmente um dos acontecimentos mais apreciados e aguardados do carnaval de Montevideo, o qual atrai um grande público não apenas local mas também estrangeiro. Através de quase 30 quarteirões, as *comparsas* de negros *lubolos* avançam lentamente ao ritmo do *candombe*, tocando e dançando continuamente, num extenuante esforço físico. Fecha a formação o cor-

ção de tambores que, segundo o poder de cada grupo, pode reunir de 20 a 60 *lonjas*. Eles avançam em formação precisa e rigorosa, estabelecida de acordo com a cadência imprescindível para que cada tambor escute os outros sem "atravessar" (sair do tempo, da métrica). Os *tamborileros* vestem-se de maneira uniforme e simples, lembrando, jun-



A "mãe negra" é um dos personagens típicos do *candombe*

tamente com a maior parte do *comparsa*, um divertimento da época colonial.

O negro e o "candombe" no Uruguai de hoje

Os negros constituem aproximadamente 3% dos habitantes do Uruguai e, embora se tenham integrado e misturado com a população branca, a sua situação dentro da sociedade é, no mínimo, confusa. Eles mesmos declaram não ter problemas com os brancos, mas não é difícil encontrar, uma vez por outra, factos extremamente reveladores.

Nalgumas cidades do norte, junto à fronteira com o Brasil (Rivera e Melo, principalmente), o problema racial existe de forma acintosa, com lugares públicos proibidos aos negros (estabelecimentos comerciais, clubes, etc.) e uma incitação constante às crianças no sentido de deixar claro as diferenças de cor. Em Montevideo, a segregação é mais subtil, menos evidente, mas não passa despercebida; considere-se, por exemplo, o escasso número de profissionais negros (especialmente nas áreas de educação, medicina e economia) ou os poucos cargos públicos importantes ocupados por pessoas de cor. No Uruguai, não há um único dirigente político negro. Também não há negros a atender

aos balcões dos bares e dos estabelecimentos comerciais, em geral, do centro. Embora a imensa maioria dos uruguaios se gabe de não ser racista choca-se ao ver um casal formado por um homem negro e uma mulher branca ou vice-versa. Além de estar à margem da vida pública nacional (excepto no desporto) o negro encontra-se disperso e isolado dos seus próprios "irmãos de raça" (como eles se denominam).

Nesta situação, o *candombe* constitui a única expressão cultural própria da raça negra no Uruguai.

¹ Teatros ao ar livre, construídos para e durante o carnaval em todos os bairros de Montevideo, onde actuam os grupos carnavalescos.

"Murgas"

As *murgas* (que tiveram a sua origem em 1908) são hoje a coluna vertebral do carnaval, uma das suas principais atracções. Por outro lado, talvez constitua a manifestação artística mais rica, viva e criativa da cultura popular de Montevideu.

O facto insólito de 90% dos *murguistas* serem provenientes da classe operária, não possuindo, em geral, qualquer conhecimento musical teórico prévio — ou seja, os conhecimentos que podem ser adquiridos em escolas e conservatórios de música — representa uma situação excepcional no panorama da cultura uruguaia. A *murga* é a única expressão artística de carácter colectivo no Uruguai, onde o proletariado urbano é protagonista. Constitui um fenómeno artístico que liga a música às artes plásticas, ao teatro, à poesia e à dança, tudo ao mesmo tempo.

Esses grupos reúnem uma média de 17 integrantes, três dos quais são instrumentistas (bombo, tambor e pratos). Os restantes formam o "coro" ou "as vozes".

A voz é o elemento principal para o *murguista*, a sua faculdade mais valiosa. É ela que define, antes de mais nada, a sua participação ou não no conjunto e depois o seu valor e importância dentro dele. A técnica particularíssima de emissão de voz desses artistas, não tem nada de semelhante com as técnicas utilizadas na música coral ocidental. Está relacionada, sim, e muito, com a técnica de emissão de voz dos vendedores de jornais, sorvetes, verduras e doces quando estes chamam a atenção para a sua mercadoria, aos gritos pela rua, diariamente, ano após ano. Essa forma de cantar é uma marca

da *murga*.

O coro está distribuído em grupos (*cuerdas*) de: *primos* (que cantam a primeira voz, a melodia básica), de *segundos* (vozes graves, que fazem a segunda voz) e uma terceira voz chamada de *tercia* que canta as notas mais agudas. Estas três vozes são as básicas, embora existam outras que podem en-

nado sinal do director, o caos toma ordem e a música pára. O coro alinha-se formando uma meia-lua de frente para o público e atenta aos gestos (nervosos, precisos) do director. Este, então, indica a nota de entrada de cada *cuerda* e, depois de já todos terem o tom, vai-se embora...

O repertório da *murga*, consta de três partes: apresentação, can-



Os *murguistas* dançam sem nunca formarem coreografias prefixadas

tremear-se com elas.

Num determinado ritmo ("ritmo de *murga*"), espécie de marcha rápida e sincopada, parente próxima do *candombe*) os *murguistas* sobem ao palco dançando, saltando, percorrendo todo o estrado, correndo e movendo o corpo continuamente, esquivando-se uns dos outros sem nunca formar figuras ou esquemas de dança prefixados. Esta independência total de movimentos, juntamente com a ostentação e colorido do vestuário, produzem uma fascinante e sugestiva mistura plástica, impossível de passar despercebida aos olhos de qualquer espectador. A um determi-

ções (são executadas até três) e a retirada.

Adaptando livremente ao seu ritmo as melodias de conhecidas canções e músicas populares, a *murga* desenvolve o seu argumento, fazendo desfilar nele os acontecimentos mais singulares do ano, os personagens que sobressaíram ou simplesmente situações e estórias inventadas sob uma óptica que visa sempre despertar a atenção do público de duas formas: com o humor e com a reflexão.

Ela provoca o riso ou o sorriso através da astúcia, do gracejo, do sarcasmo, do absurdo, da piada burlesca ou do chiste grossei-



As comparsas atingem o seu maior brilho e esplendor durante os desfiles

ro, e a reflexão através da crítica social, da ironia, da sátira, da denúncia e do protesto. Tudo isto é apresentado, não em quadros separados, mas tudo misturado, construído habilmente numa linguagem simples, apoiada em versos corriqueiros que as pessoas captam e memorizam rapidamente.

A "retirada" é o momento mais emocionante de toda a actuação e talvez aquele de maior importância. Baseada, em geral, em textos de tom épico, que estimulam a esperança, o acreditar na alegria, o enfrentar a dor e a tristeza, a música apoia-se, em geral, em tempos nostálgicos, em intervalos menores (musicalmente falando). Não é uma despedida triunfal, forte, festiva. Ao contrário, as melhores retiradas levam o público à beira das lágrimas, quando não o fazem mesmo chorar. Mas a tristeza da mensagem é sempre um adeus circunstancial. Leva consigo a saudação e o firme desejo de que o próximo carnaval os trará de volta ao contacto fraternal,

ao abrigo do riso, dos aplausos e do coração do seu povo.

Resistência e identidade

A resistência cultural ao regime militar que governou o país entre 1973 e 1984, teve nas *murgas* um dos baluartes mais queridos e procurados pelo povo uruguaio. A denúncia e o protesto, habilmente passados através duma sátira, fintando a censura e expondo-se a prisões e a ameaças, fez crescer o respeito e o carinho do povo pelas *murgas*. O decidido compromisso com o povo, assumido por várias das mais importantes *murgas* do país, produziu uma verdadeira comoção nos carnavais dos anos 81, 82, 83 e 84.

As *murgas* ultrapassaram os espaços habituais do carnaval, levando a sua mensagem ao longo do ano a todos os tipos de lugares. Actualmente as *murgas* conseguiram também uma grande divulgação através da gravação de discos, da rádio e da televisão.

Mas, acima das circunstâncias

políticas, a *murga* converteu-se hoje na expressão mais representativa da cultura artística uruguaia. É também com ritmo de *murga* que os compositores de música popular criaram as canções mais apreciadas e lembradas pelo povo uruguaio nos últimos anos.

A busca duma identidade cultural e a luta contra o bombardeamento colonialista dos meios de comunicação nas mãos das transnacionais deverão basear-se necessariamente na criação duma linguagem própria, viva e criativa. E foi também no carnaval, nessa festa popular, irreverente e aparentemente rude e inofensiva, que os uruguaios encontraram as armas mais valiosas para a defesa da sua cultura.

Maurício Ubal*

* Poeta e compositor uruguaio integrante do grupo "Rumbo", e co-autor com Ruben Olivera da música "A redoblar", tema alusivo às "retiradas" das *murgas*, música que se transformou, a partir de 1980, num hino da luta antiditatorial no Uruguai.

Nova vitória militar contra a RENAMO

O governo de Moçambique anunciou oficialmente, em Março último, a ocupação do principal acampamento da RENAMO situado na importante província de Inhambane. A

operação, conhecida pelo nome de código "Décimo sétimo aniversário dos nossos heróis", inflingiu um sério golpe aos planos dos grupos contra-revolucionários.

Era precisamente através da zona costeira dessa província que a África do Sul alimentava em grande parte a subversão contra o regime liderado pelo presidente Samora Machel.

Mas a importância da operação não foi apenas militar. A província de Inhambane é uma das mais importantes do país no que se refere à produção agrícola. Ela produz cereais, castanha de caju, algodão e madeiras, cuja exploração poderá agora ser retomada. Mais: no distrito de Homoine, localizado na parte centro-sul da província, estavam a ser levados a cabo trabalhos de prospecção petrolífera, cadernos do terceiro mundo esteve repre-

Dois mil homens tomam de assalto um dos mais importantes centros de operações dos contra-revolucionários, encarregado de dar cobertura ao desembarque de armas e munições

verno convidou um grupo de jornalistas nacionais e estrangeiros para visitar o acampamento da RENAMO e verificar o sucesso militar das forças militares moçambicanas.



A RENAMO sofreu mais um golpe militar das forças armadas moçambicanas

sentado pelo nosso correspondente em Maputo, Etevaldo Hipólito. Eis o seu relato da visita:

Dada a importância da operação, o go-

O local onde havia sido instalado o acampamento central dos contra-revolucionários na província de Inhambane encontra-se rodeado por quilómetros de espesso matagal, com altas árvores cujo emaranhado dificultava a localização e identificação do acampamento pelos aviões de reconhecimento.

Por terra, o acesso à área é feito através de um extenso areal. Em determinados trechos, no meio da espessa vegetação aparecem pequenas ilhas de cactos, alguns maiores do que um homem de estatura média; os bosques por eles formados tornam

humanos. Crâneos esbranquiçados pelo sol e pela chuva, colunas vertebrais retorcidas, espalhados aqui e ali constituem um testemunho mudo, mas eloquente, do clima de barbárie até há pouco existente na área. Os corpos em estado de decomposição confirmam as denúncias feitas pelos camponeses que sobreviveram ao terror. De acordo com os seus depoimentos, a maioria das vítimas eram pessoas suspeitas de pertencerem ao Partido FRELIMO ou de serem funcionários do governo.

À semelhança do que ocorre noutras partes do país, as vítimas eram também cidadãos comuns, e

até mesmo membros da RENAMO. Neste último caso, o assassinato tinha como objectivo advertir os recrutas — constituídos por jovens raptados nas aldeias —, para o perigo que corriam caso manifestassem qualquer descontentamento ou incorressem em actos de indisciplina.

Até 1984, a província de Inhambane era considerada uma das mais problemáticas de Moçambique. A seca havia envolvido a população no drama que atingiu o país, com carência alimentar e sérios problemas de saúde pública. A situação havia-se agravado com a actuação dos contra-revolucionários, cujas acções terroristas acabaram por se



Os jovens combatentes moçambicanos celebram a vitória contra a RENAMO

a paisagem ao redor ainda mais agressiva. Para alcançar o ponto de destino, a coluna militar que conduzia um grupo de jornalistas teve que ir abrindo picadas através da mata cerrada.

Com dois quilómetros de largura por quatro de comprimento, a área abriga uma série de cabanas construídas com troncos de madeira e destinadas aos diferentes serviços, além do posto de comando e das habitações. Quando se viram atacados — primeiro pela artilharia estacionada a cerca de dez quilómetros e depois por forças de infantaria —, os contra-revolucionários deixaram no local material militar, bens roubados à população e até mesmo conjuntos de arco e flecha utilizados para caçar.

Ao redor do acampamento e a poucos passos no interior da mata, podem ser encontrados restos

estender a todo o território provincial.

Tendo-se infiltrado na província dois anos antes, a RENAMO tentou no início ganhar o apoio ou, pelo menos, a conivência da população. Esta foi uma tática aplicada apenas nesta província, devido às suas características especiais; no resto do país a política da RENAMO foi de simples terrorismo, inclusive com a população civil, tática que deu certo durante algum tempo. O êxito deste tipo de acção assentava essencialmente na in experiência política dos camponeses e na relativa abundância de alimentos na região, que no início não fora das mais atingidas pela seca.

A in experiência dos camponeses explica-se pelo facto da província de Inhambane não ter sido cenário da luta de libertação nacional não tendo eles,



Eduardo Jgimo, administrador do distrito de Homoine

por essa razão, se envolvido no combate directo contra o colonialismo português.

Quanto à alimentação, este factor teve um peso determinante porque a disponibilidade de comida não colocou, num primeiro momento, os contra-revolucionários da RENAMO em confronto aberto com a população. Desta forma eles puderam dedicar-se à tarefa principal nesta província: a construção da infra-estrutura essencial ao desembarque de armas e de combatentes procedentes da África do Sul.

Alguns camponeses acreditaram inicialmente que poderiam ficar à margem do confronto, como se a luta contra a RENAMO dissesse exclusivamente respeito ao governo. Esta posição foi favorecida pela tática adoptada pela RENAMO de distribuir géneros quando os alimentos começavam a escassear em determinadas áreas, ocultando evidentemente o facto de eles serem produto de saques realizados noutros locais. Nesse sentido não se pode ignorar o papel

desempenhado por alguns chefes tribais, que deram uma certa cobertura à RENAMO pelo facto de verem no regime instituído pela FRELIMO o fim dos seus privilégios.

A situação mudou quando a seca se estendeu por toda a província. Cada saco de milho, raiz de mandioca ou naco de caça tornou-se então objecto de disputa entre os camponeses e a RENAMO. A partir de então a população descobriu a verdadeira face da contra-revolução, que não teve escrúpulos em roubar as colheitas à custa de assassinatos, torturas e violações.

Contudo, o drama vivido por milhares de pessoas teve o seu lado positivo. Os acampamentos criados pelo governo para coordenar a assistência às vítimas do banditismo permitiram o início de um intenso trabalho político e organizativo no seio da população. No campo da defesa, ficou demonstrado que, para o cidadão comum, a forma mais eficiente de combater a RENAMO era o alistamento nas milícias.

Um facto que despertou a atenção dos jornalistas que estiveram na zona de guerra foi a participação de civis nas operações desencadeadas contra a RENAMO. Durante todo o período de trabalho realizado na área esteve presente Eduardo Jgimo, administrador do distrito de Homoine, dando mostras que o seu cargo não é meramente burocrático.

A participação de quadros do aparelho de Estado na luta armada já havia sido constatada por nós

"O drama vivido por milhares de pessoas teve o seu lado positivo"



em 1982. Durante um ataque a um acampamento da RENAMO em Nyakodja, na mesma província de Inhambane, no meio do tiroteio ouvimos alguém chamar pelo director da empresa estatal EN-CATEX, dando-lhe orientação de tiro. Num posterior encontro com o governador Pascoal Zandame-la, secretário-geral da Organização Nacional de Professores, abordámos a questão da mobilização da população. De acordo com as suas palavras, o Partido FRELIMO, do qual é secretário provincial, estava a realizar uma ampla campanha de politização, visando que cada cidadão se sentisse de alguma forma comprometido com a solução dos problemas que afectavam a região.

No interior do próprio governo havia um empenho para que os responsáveis a diversos níveis mantivessem um contacto directo com a realidade. Como tal, reuniões importantes para a província não ocorrem apenas na capital, elas são também realizadas nos distritos. Todo o dirigente deve participar de cursos de preparação político-militar.

Através destas medidas as tarefas de defesa e segurança não passam apenas pelo governo, envolvem também a própria população, estreitando as relações entre o povo e as forças armadas. Nos combates que culminaram recentemente com a queda do principal acampamento da RENAMO esteve presente, entre outros funcionários do governo, o responsável pela Administração do Parque Imobiliário do Estado. Quando é necessário levar à cabo uma acção no campo militar, cabe ao partido mobilizar a população, integrando-a, segundo o seu grau de preparação, nas operações. A participação é voluntária, não havendo discriminação quanto ao sexo, raça ou confissão religiosa.

Em geral, as mulheres ajudam a transportar mu-

nições, atendem os feridos e exercem vigilância. Porém, não é raro encontrar mulheres combatentes, de arma na mão (Ver caixa).

A construção da vitória

Os contactos mantidos com combatentes e civis na província de Inhambane permitiram-nos comprovar que a vitória alcançada sobre a RENAMO foi consequência de um longo trabalho político e militar. Há dois anos era praticamente impossível sair da capital provincial depois do entardecer. Mesmo de dia, a partir do quilómetro sete começava a zona de perigo. Hoje, não há um palmo de território que não possa ser percorrido.

Armando Camilo, de 22 anos, um "veterano" da guerra contra

o banditismo, que juntamente com o equipamento regulamentar carrega um conjunto de arco e flecha encontrado no acampamento central da RENAMO, conta com bom humor como foi o seu primeiro combate, na zona de Pomeme.

Com os dois primeiros estrondos ficou bastante assustado, quase apavorado, mas depois do terceiro foi-se acostumando. Hoje, segundo afirmou, não tem a menor intenção de solicitar a sua desmobilização, apesar da dura vida que leva no mato, desde que se alistou em 1982.

O comando militar, que aos poucos foi dando um novo curso à guerra, encontra-se a cargo do major-general Domingos Fondo, um experimentado combatente da luta de libertação que desde 1963 milita nas fileiras do Partido FRELIMO. Durante a luta contra o colonialismo português desempenhou um activo papel nas ofensivas desencadeadas em Cabo Delgado, no extremo norte do país. Em 1973, a sua experiência de combate



Domingos Fondo, comandante militar de Inhambane

ficou comprovada no desbaratamento da famosa "Operação Nô Górdio", montada pelo regime colonial para liquidar a resistência nacionalista moçambicana.

Este homem de aparência simples é o comandante militar da região de Inhambane. O seu gabinete é a carlinga dos blindados. O respeito dos seus subordinados foi conseguido com a sua presença constante nas frentes de combate. No trajeto para o acampamento central, Domingos Fondo indica-nos um dos locais onde a RENAMO lhe montou uma emboscada, a qual, certamente, não teria sido a primeira nem será provavelmente a última. De acordo com o seu depoimento, participaram na ofensiva que tomou o acampamento da RENAMO dois mil homens, incluindo um contingente enviado da vizinha província de Gaza.

Divididos em subunidades, os combatentes foram envolvendo os alvos a partir de quatro direcções. O primeiro combate verificou-se no dia 17 de Fevereiro, no distrito de Massinga. Depois vieram os combates de Morrumbene e Homoine. Em apenas três dias os principais redutos tinham caído nas mãos do governo. O ponto alto da operação foi a tomada do centro de operações situado nas proximidades de Lagoa Dikila, na planície de Manianje, cerca de 100 quilómetros ao norte da capital provincial.

Com um indisfarçado orgulho, Domingos Fondo relata-nos também a história da aldeia comunal de Vavate. A região estava nas mãos do inimigo desde 1982. Dois anos mais tarde, depois de uma série de combates, os bandidos foram expulsos. Os habitantes que tinham conseguido fugir regressaram e, juntamente com pessoas libertadas do cativeiro imposto pela RENAMO, optaram por organizar as suas vidas em moldes colectivos.



Domingos Elias



Anders Nilsson

Na ofensiva contra a RENAMO participaram dois mil homens, que foram envolvendo o seu alvo

Um total de 650 famílias cultivam a terra, na qual foi erguido um monumento ao capitão Kapiropiri que, vindo da distante província de Tete, morreu heroicamente em combate em Inhambane.

O major-general Domingos Fondo afirma que outras aldeias comunais poderão surgir na região. Erguidas

no meio de coqueiros e cajueiros, circundadas por plantações de amendoim e mandioca, abrigando escolas e postos médicos, "elas irão assinalar importantes vitórias sobre a contra-revolução."

Este desejo é compartilhado pelos camponeses que, no acampamento central ocupado pelas FAM, mantiveram um encontro com a imprensa nacional e estrangeira. Para Celestina Ouana e seu marido, Xavier Ghigombo, cego, o sonho é ter uma casa numa aldeia tranquila. Já o ancião Sombola Chituisse, curvado sobre uma bengala improvisada, pensa em recomeçar de novo a sua vida.

Etevaldo Hipólito
terceiro mundo — 93

“Seguir o exemplo de Josina Machel”

□ Quando perguntámos a Constância Ngaira porque razão ela participou nos combates contra a RENAMO, ela decide contar-nos a origem da sua opção de integração na frente de luta.

“Num dia de 1982 eu acordei o meu marido de madrugada e contei-lhe que acabara de decidir alistar-me nas milícias populares. Até então eu era uma pacata dona de casa e o meu marido não entendia o que me podia ter levado a adoptar semelhante decisão. Lembrei-lhe a minha amarga experiência com o regime colonial: um

As mulheres participaram activamente na luta de libertação e estão agora no combate aos contra-revolucionários



irmão chicoteado até à morte. E com os argumentos que encontrei demonstrei-lhe que a opressão que os bandidos armados tentam agora implantar

no país é a mesma que nós moçambicanos padecemos na época do colonialismo português.”

Constância começou o seu treino militar naquele mesmo ano e a partir de então tem estado presente nas tarefas de organização dos serviços de apoio aos combatentes, tanto nos acampamentos como na frente de batalha.

“Quando os meus soldados caem feridos, ajudo nos primeiros socorros, preparo chá ou papa para eles”, diz em tom maternal, ao mesmo tempo que com a mão direita arruma uma dobra da capulana, a tradicional faixa de tecido colorido que as mulheres moçambicanas usam por cima da saia.

O marido já aceita o trabalho que a afasta de casa durante períodos que se estendem por vezes até três meses. Além das tarefas corriqueiras, mas essenciais ao funcionamento dum acampamento, Constância dedica-se também à mobilização popular, particularmente das mulheres, além de participar nos combates contra a RENAMO.

Machavana, Tchoromwe, Marrumana, Nyakodja, Nyadjera e Vavate são algumas das regiões onde Constância esteve na frente de batalha. Em Nyakodja teve oportunidade de ver, pessoalmente, como ela transportava material de guerra até aos pontos mais avançados e como, enquanto as balas assobiavam ao redor, levava, juntamente com outras mulheres, os feridos para a retaguarda.

“Tenho pena de ter que largar as tarefas de casa, mas devo seguir o exemplo da mamã Josina Machel que lutou até ao fim para libertar o nosso povo”, afirma. (E. H.)

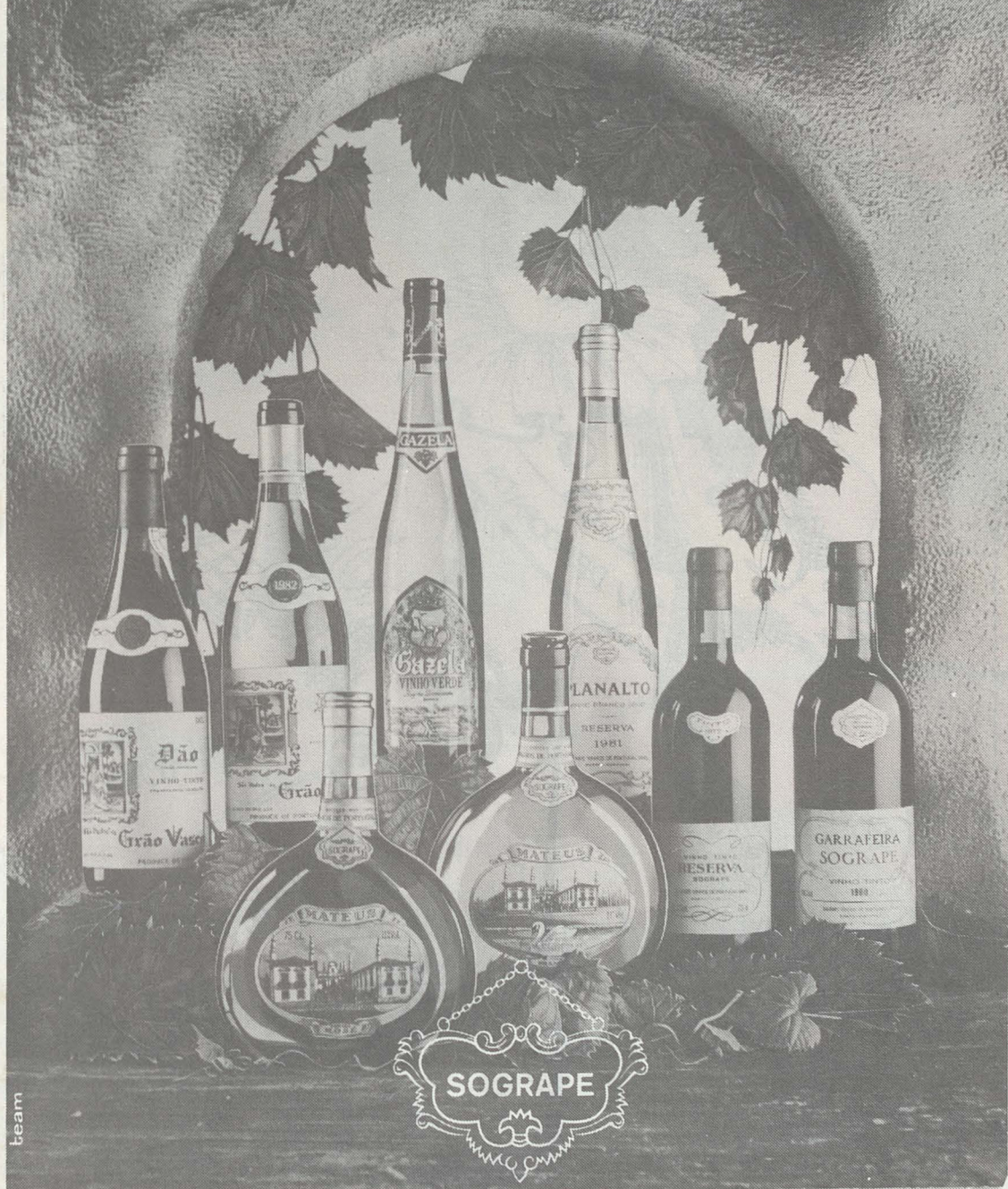
Maria Chipande: o adeus à militante

□ Maria Chipande, 41 anos, mãe de cinco filhos, esposa do ministro moçambicano da Defesa, Alberto Chipande, uma das 50 vítimas do acidente aéreo ocorrido em 30 de Março último no norte de Moçambique, foi sepultada em Muedá (província de Cabo Delgado) no dia 7 de Abril, junto ao monumento erguido em memória das vítimas do massacre de 16 de Junho de 1960 levado a cabo pelas autoridades coloniais portuguesas.

Natural de Kunamuhipope, actual Imbule, no planalto de Mueda, perto da fronteira com a Tanzânia, Maria Chipande era militante da Frente de Libertação de Moçambique desde os primeiros anos do movimento. Estiveram presentes na cerimónia fúnebre, Marcelino dos Santos (número dois da hierarquia da FRELIMO), Graça Machel, mulher do presidente Samora Machel, Joaquim Chissano, ministro dos Negócios Estrangeiros, além de outros altos dirigentes do país.

O desastre que vitimou a dirigente da FRELIMO ocorreu quando um avião Antonov-26, da Força Aérea Moçambicana, com 50 passageiros a bordo caiu e se incendiou logo após ter levantado vôo da cidade de Pemba, capital da província de Cabo Delgado.

LONGA TRADIÇÃO DE QUALIDADE

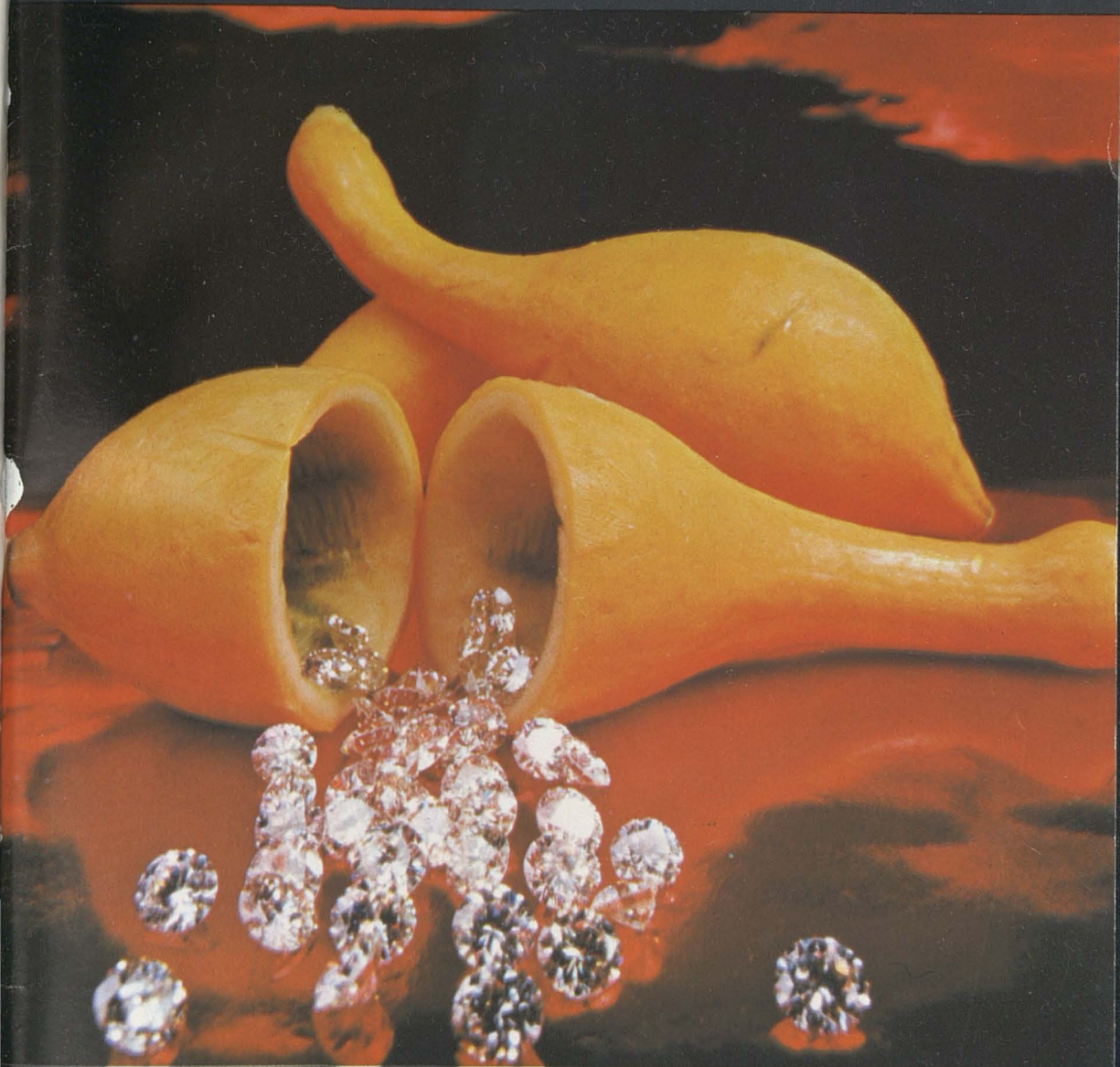


Humor

PINOCHET NÃO TEM QUEM O APLAUDA...



Não existe nada mais precioso para um povo do que a sua liberdade.



Diamantes de Angola
Ao Serviço da Reconstrução Nacional



**nosso petróleo
onde
é necessário...**

Sociedade Nacional
de Combustível de Angola

ONANGOL

rua duarte pacheco pereira, 8
c.p. 1316 • Luanda
telex 3148 3260